



INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS PARNAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

SHIRLEY RAQUEL FRAZÃO LOPES

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO INSTRUMENTO DE PERMANÊNCIA NA
EPT: um guia para imersão na Política de Assistência Estudantil do IFPI
(POLAE)

Parnaíba (PI)
2021

SHIRLEY RAQUEL FRAZÃO LOPES

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO INSTRUMENTO DE PERMANÊNCIA NA
EPT: um guia para imersão na Política de Assistência Estudantil do IFPI
(POLAE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Parnaíba do Instituto Federal do Piauí, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando dos Santos Souza

Parnaíba (PI)
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Lopes, Shirley Raquel Frazão

L864a Assistência estudantil como instrumento de permanência na EPT : um guia para imersão na Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE) / Shirley Raquel Frazão Lopes. - 2021.
129 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba, 2021.

Orientador : Prof. Dr. Luís Fernando dos Santos Souza.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Permanência escolar. 3. Assistência estudantil. 4. Guia POLAE. I. Título.

CDD - 378.013

Elaborado por Sindya Santos Melo CRB 3/1085

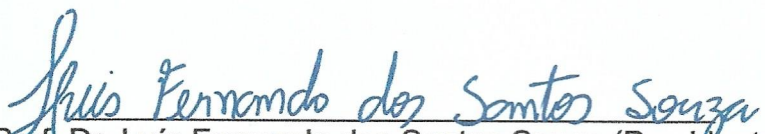
SHIRLEY RAQUEL FRAZÃO LOPES

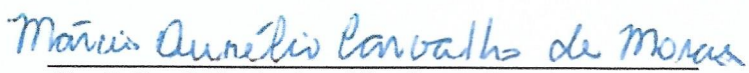
**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO INSTRUMENTO DE PERMANÊNCIA
NA EPT: um guia para imersão na Política de Assistência Estudantil do
IFPI (POLAE)**

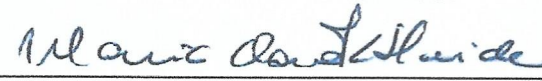
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Parnaíba do Instituto Federal do Piauí, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em: 15 de dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Luís Fernando dos Santos Souza (Presidente)
Instituto Federal do Piauí


Prof. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes
Instituto Federal do Piauí


Prof^a. Dr^a. Maria Clara Kaschny Schneider
Instituto Federal de Santa Catarina

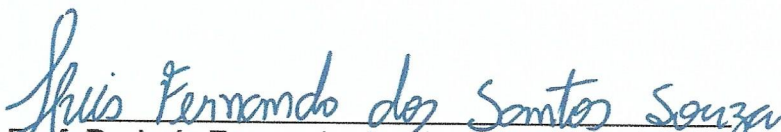
SHIRLEY RAQUEL FRAZÃO LOPES

GUIA DA POLAE

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Parnaíba do Instituto Federal do Piauí, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em: 15 de dezembro de 2021

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Luís Fernando dos Santos Souza (Presidente)
Instituto Federal do Piauí


Prof. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes
Instituto Federal do Piauí


Prof^a. Dr^a. Maria Clara Kaschny Schneider
Instituto Federal de Santa Catarina

Dedico à Santíssima Trindade e a Nossa Senhora.

Dedico também à minha mãe, Armida, e ao meu saudoso pai, João.

AGRADECIMENTOS

À Santíssima Trindade e a Nossa Senhora que sempre iluminam o meu caminho;

Aos meus pais, minha mãe, Armida, que me oferece seu amor e suas orações e ao meu saudoso pai, João, pelo incentivo que sempre me ofertou e pelo orgulho que deve estar sentindo da filha;

Ao meu esposo, Oséas, pelo seu amor e por acreditar no meu potencial;

Ao meu irmão, Cláudio, a minhas irmãs, Lílian e Cristiane, e a meu cunhado José Paulo, pelo amor e carinho que dispensam a mim, o que me faz sentir tranquila e amada;

A toda a família Prestes, em especial, Ozéas e Cleuza, Antônia, Lúcio, Rejane, Renilda, Marcos, Osias, Ana, Osiel e José pelo carinho, torcida e interesse por meu crescimento acadêmico e profissional;

A todos os colegas de mestrado, em especial, Talyta, com os quais compartilhamos dúvidas, angústias e momentos de alegria e realização;

Às colegas de trabalho do IFPI, em especial, Clefra, Erotides, Maura, Maria e Kênnia, que contribuíram com dedicação para o produto educacional;

Ao meu orientador, Luís Fernando, por ter acompanhado esse processo apontando caminhos;

Aos professores Márcio Aurélio e Maria Clara que compuseram a banca examinadora de qualificação e de defesa, por suas ricas contribuições;

A todos os professores que contribuíram para o processo de aprendizado e construção deste trabalho;

À Diretoria de Comunicação do IFPI, pela colaboração junto ao produto educacional;

À Pró-reitora de Extensão, Divamélia e à Diretora de Assistência Estudantil, Zilda, pelo apoio nessa caminhada e pelas intervenções realizadas;

Aos estudantes do IFPI/Campus Parnaíba que participaram da pesquisa com prontidão e interesse, cuja colaboração foi fundamental para este trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa, derivada do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), tem como tema norteador a Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) implementada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), por meio de sua Política de Assistência Estudantil (POLAE). A pesquisa teve como objetivo geral analisar como o acesso aos programas, serviços e ações da Política de Assistência Estudantil do IFPI pode contribuir para a qualidade na permanência dos estudantes. Seus objetivos específicos foram: descrever as ações da Política de Assistência Estudantil do IFPI; investigar as informações que os estudantes do IFPI detêm sobre a POLAE e as formas de sua divulgação existentes no âmbito do IFPI; e elaborar produto educacional por meio do qual sejam divulgados os programas, serviços e ações da Assistência Estudantil no IFPI. O referencial teórico inclui as temáticas: educação, educação profissional, políticas públicas, permanência escolar e assistência estudantil, além de legislações federais e documentos do IFPI. Para a pesquisa de campo, um questionário foi aplicado junto aos estudantes matriculados no 2º ano/período nos cursos oferecidos pelo IFPI/campus Parnaíba. A partir dos dados coletados e condensados, foi feita uma análise quanti-qualitativa e utilizada a técnica da análise de conteúdo de Bardin (2016). Como resultado da pesquisa bibliográfica e documental, ficou evidenciada a importância dos programas, serviços e ações previstos na POLAE para a permanência escolar com qualidade dos estudantes do IFPI. Entretanto, a pesquisa de campo evidenciou o conhecimento ainda insuficiente e equivocado sobre a POLAE por uma parte dos estudantes, revelando a necessidade de ampliar as formas de divulgação dessa Política, objetivo a que se propõe o Guia da POLAE, produto educacional elaborado a partir da pesquisa.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; permanência escolar; assistência estudantil; Guia POLAE.

ABSTRACT

This research, derived from Professional Master in Professional and Technological Education, has as theme the Student Assistance in Professional and Technological Education (PTE) implemented in Federal Institute of Education of Piauí (IFPI) through its Student Assistance Policy (POLAE). The research has as general objective to analyze how the access to the programs, services and actions of IFPI's Student Assistance Policy can contribute to the quality of the students' permanence. Its specific objectives are: to describe the actions of IFPI's Student Assistance Policy, to investigate the information that IFPI's students hold about POLAE besides the existing forms of POLAE dissemination within IFPI, and to elaborate an educational product through which the programs, services and actions of Student Assistance at IFPI can be disseminated. The theoretical framework includes the thematic: education, professional education, public policies, school permanence and student assistance, as well as federal legislation and IFPI documents. For the field research, a questionnaire was used to collect data from students enrolled in the 2nd year/period in the courses offered by the IFPI/campus Parnaíba. From the collected and condensed data, a quanti-qualitative analysis was made and the content analysis technique by Bardin (2016) was used. As a result of the bibliographic and documental research, it became evident the importance of the programs, services and actions provided in the POLAE for the school permanence with quality of IFPI's students. However, the field research showed that some students still have insufficient and mistaken knowledge about POLAE, revealing the need to expand the ways in which the policy is disseminated, which is the purpose of the POLAE Guide, educational product elaborated from the research.

Keywords: professional and technological education; school permanence; student assistance; POLAE Guide.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Abas do Guia da POLAE.....	108
Figura 2 - Página inicial do Guia da POLAE.....	109
Figura 3 – Página “Acompanhamento profissional”	109
Figura 4 – Página “Conversa sobre a POLAE”	110
Figura 5 – Página “Apresentação”	110
Figura 6 – Página “POLAE e EPT”	111
Figura 7 – Página “Perguntas e respostas”	111
Figura 8 – Página “Quiz sobre a POLAE”	112
Figura 9 – Página “Onde encontrar notícias da AE”	112
Figura 10 – Espaço “Notícias”	113
Figura 11 – Página “Contatos”	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Assistência Estudantil na legislação brasileira (Constituições Federais, Leis de Diretrizes e Bases da Educação e Planos Nacionais de Educação)	28
Quadro 2 – Linha do tempo da Assistência Estudantil (AE) no Brasil (Ensino Superior e Educação Profissional)	39
Quadro 3 – Programas Universais/POLAE	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Concepção dos estudantes sobre a POLAE.....	87
Gráfico 2 - Programas, serviços e ações da POLAE que os estudantes indicaram conhecer.....	89
Gráfico 3 – Programas, serviços e ações da POLAE que os estudantes consideram ser direcionados apenas para estudantes de baixa renda.....	92
Gráfico 4 – Programas, serviços e ações da POLAE dos quais os estudantes participam	95
Gráfico 5 – Motivo pelo qual os estudantes não participam dos programas, serviços e ações da POLAE.....	95
Gráfico 6 – Formas pelas quais os estudantes têm ou tiveram informações sobre a POLAE.....	97
Gráfico 7 – Melhor forma, segundo os estudantes, para receber informações sobre a POLAE.....	98
Gráfico 8 – Melhor formato de apresentação das informações sobre a POLAE, segundo os estudantes.....	99
Gráfico 9 - Categorias de perguntas espontâneas sobre a POLAE.....	100
Gráfico 10 – Avaliação do produto educacional “Guia da Polae”	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE - Assistência Estudantil

BDBTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAEs - Coordenação/Comissões de Assistência Estudantil

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB – Conselho da Educação Básica

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CF - Constituição Federal do Brasil

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONSUP – Conselho Superior

DAE - Diretoria de Assistência Estudantil

DAE/MEC - Departamento de Assistência ao Educando do MEC

DIRCOM – Diretoria de Comunicação do IFPI

DTI - Diretoria de Tecnologia e Informação

EAAP - Escola de Aprendizizes Artífices do Piauí

EP - Educação Profissional

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ETFPI - Escola Técnica Federal do Piauí

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IES – Instituições de Ensino Superior

IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFPI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MEC - Ministério da Educação

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

OMS - Organização Mundial da Saúde

PAA - Programa de Atendimento Alimentar

PAE - Programa de Atendimento ao Educando

PAEVS - Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI
PEBE - Programa Especial de Bolsa de Estudo
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-IT - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico
PIBIC Jr - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PIBIC-IT Jr - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico Júnior
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE - Plano Nacional de Educação
POLAE - Política de Assistência Estudantil
PRAEI - Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante
PROEX - Pró-reitoria de Extensão do IFPI
PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SciELO - Scientific Electronic Library Online
Setec/MEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC
SIFAE - Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante
SISU - Sistema de Seleção Unificada
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDICs – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNED – Unidade de Ensino Descentralizada
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	166
2 REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA.....	20
2.1 Processo histórico de implementação da Assistência Estudantil no Brasil	20
2.1.1 Políticas Públicas: instrumento de interesses antagônicos	20
2.1.2 Marcos legais e históricos da Assistência Estudantil no Brasil.....	255
2.1.2.1 A Assistência estudantil na legislação brasileira	266
2.1.2.2 Percurso da Assistência Estudantil no ensino superior	299
2.1.2.3 Percurso da Assistência Estudantil na Educação Profissional	34
2.2 Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica	41
2.2.1 Ensino dual e o ciclo de reprodução das desigualdades sociais.....	42
2.2.2 Assistência Estudantil na EPT: instrumento para minimizar as desigualdades educacionais e para a formação integral.....	46
2.3 Assistência Estudantil no Instituto Federal do Piauí (IFPI)	50
2.3.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí: histórico	51
2.3.2 Histórico da Assistência Estudantil no IFPI	53
2.3.3 Processo de construção e implementação da POLAE	57
2.4 Assistência Estudantil no IFPI: instrumento para a qualidade da permanência dos estudantes.....	61
2.4.1 Assistência Estudantil enquanto política de permanência.....	62
2.4.2 Possibilidades de contribuição da POLAE para a qualidade da permanência dos estudantes do IFPI	66
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	79
3.1 Pesquisa de campo: local e amostra.....	81
3.2 Coleta e análise de dados	82
3.3 Produto Educacional	84
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	86
4.1 Apresentação e análise dos dados coletados na pesquisa de campo	86
4.2 Meios de divulgação da Assistência Estudantil no IFPI	102
5 O PRODUTO EDUCACIONAL – GUIA DA POLAE	104
5.1 Concepção, planejamento e produção do guia	104
5.2 Apresentação do produto	1077
5.3 Avaliação do produto.....	114

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS.....	1199

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de pesquisa sobre o tema Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em especial a desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), considerando que a Assistência Estudantil na EPT implementada no IFPI, por meio de sua Política de Assistência Estudantil (POLAE), objetiva reduzir as desigualdades educacionais entre os estudantes e contribuir para o acesso a uma formação na perspectiva integral. Para isso, é fundamental a ampla divulgação das informações sobre a Política possibilitando o acesso a seus programas, serviços e ações.

O estudo está inserido na linha de pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, que foca nas estratégias transversais e interdisciplinares as quais possibilitam formação integral e significativa do estudante. A inserção do estudo nessa linha considera que prática educativa não se limita à prática docente, portanto a Assistência Estudantil (AE), enquanto inserida na Política Educacional, é parte do processo ensino/aprendizagem. A pesquisa fez parte do macroprojeto 2 da referida linha – Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT -, considerando que a POLAE, enquanto conjunto de ações que visam contribuir com a permanência e o êxito dos alunos na escola, contribui com a inclusão daqueles que estariam à margem do processo educacional por sua condição social de pobreza.

Esta investigação, portanto, justificou-se na área de Ensino, considerando que os programas, serviços e ações da POLAE aos quais os estudantes podem ter acesso influenciam diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, as condições para concretização do ensino perpassam também pela condição de permanência e êxito dos estudantes, sendo, inclusive, pressuposto para elaboração do projeto político-pedagógico do ensino médio integrado à educação profissional, “considerar as necessidades materiais dos estudantes, bem como proporcionar condições didático-pedagógicas às escolas e aos professores” (BRASIL, 2007a, p. 56). A Assistência Estudantil é, pois, implementada no IFPI de modo a proporcionar a todos os seus discentes a oportunidade de formação integral prevista no Documento-base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio, compreendida como “[...] formação completa para a

leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (BRASIL, 2007a, p. 41).

Desta forma, a pesquisa mostra-se socialmente importante, considerando-se que, por meio da POLAE, o estudante pode ter acesso a um conjunto de ações que objetivam o seu atendimento integral, envolvem ações de acompanhamento pedagógico, psicológico, social e de saúde, além de alimentação e provimento de recursos financeiros, podendo contribuir com o processo de ensino e aprendizagem. A POLAE prevê, portanto, ações sobre fatores internos e externos à sala de aula que refletem diretamente no contexto escolar, tornando-se instrumento de acesso, permanência e êxito dos estudantes no processo de formação integral, sendo fundamental para isso.

Sentia-se necessidade, na instituição, de um estudo sobre o tema que possibilitasse o replanejamento nas ações de divulgação da POLAE no âmbito do IFPI e contribuísse para maior acesso a essas informações de forma a ampliar a busca dos estudantes pela AE e a melhoria na qualidade da permanência acadêmica.

O estudo justifica-se ainda, pelo fato de a pesquisadora ser Assistente Social, servidora do IFPI e encontrar-se lotada na Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), vinculada à Pró-reitoria de Extensão do IFPI (PROEX), Diretoria responsável pelo gerenciamento da POLAE, por meio de ações de planejamento, orientação e monitoramento da referida Política.

Por ocasião da prática profissional diretamente relacionada à Assistência Estudantil, ansiou-se por um estudo sobre a POLAE com base em literatura especializada que analisasse como o acesso aos seus programas, serviços e ações poderia contribuir para a qualidade na permanência dos estudantes do IFPI.

Além disso, também durante a prática profissional, foi observado pouco conhecimento sobre a POLAE, mesmo que os profissionais envolvidos diretamente com a Assistência Estudantil divulgassem-na aos estudantes, e as redes sociais do IFPI sejam ativas e atualizadas. A partir de então, questionava-se se as formas de divulgação disponíveis no âmbito do IFPI eram suficientes para o alcance de todos os seus estudantes e para a compreensão e apreensão das informações sobre os programas, serviços e ações da POLAE.

O estudo partiu das seguintes hipóteses: i) a POLAE é instrumento para permanência escolar com qualidade dos estudantes do IFPI; ii) os estudantes do

IFPI ainda não detêm conhecimento sobre os programas, serviços e ações da POLAE de forma ampla e satisfatória; iii) as formas de divulgação da POLAE no âmbito do IFPI ainda são restritas.

A pesquisa, deste modo, teve o intuito de analisar a contribuição da POLAE para a permanência com qualidade dos estudantes do IFPI. A problemática da pesquisa, portanto, é: de que forma a Política de Assistência Estudantil do IFPI pode contribuir para a qualidade na permanência dos seus estudantes? E, para responder a essa pergunta, é importante descrever as ações da POLAE, investigar as informações que os estudantes detêm sobre a política e quais as formas de acesso a essas informações disponíveis no âmbito da instituição.

A investigação considera, então, que o acesso à informação permite ao cidadão a busca por seus direitos, e, portanto, o conhecimento dos estudantes do IFPI sobre a POLAE e seus programas, serviços e ações é fundamental para que eles busquem participar do que a Política oferece. Assim, no usufruto de seus direitos, os alunos podem ter suas dificuldades educacionais minimizadas, aproveitar a oportunidade de permanência com qualidade na escola e receber uma formação integral. A pesquisa em questão considera, portanto, que o acesso a direitos perpassa pela ampla informação e, por esse motivo, a Assistência Estudantil, a permanência escolar e o acesso à informação são postos sob o foco desta investigação.

O objetivo geral do trabalho é analisar como o acesso aos programas, serviços e ações da Política de Assistência Estudantil do IFPI pode contribuir para a qualidade na permanência dos estudantes. A pesquisa tem ainda os seguintes objetivos específicos: a) descrever as ações da Política de Assistência Estudantil do IFPI; b) investigar as informações que os estudantes do IFPI detêm sobre a Política de Assistência Estudantil da instituição e quais as formas de divulgação da Política existentes no âmbito do IFPI; c) elaborar produto educacional por meio do qual sejam divulgados os programas, serviços e ações da AE no IFPI, de modo que incentive o acesso e busca pelos estudantes à Assistência Estudantil.

A partir da pesquisa, foi planejada, como produto educacional, a elaboração de um Guia da POLAE, por meio do qual sejam amplamente divulgados os programas, serviços e ações da Política, de modo que incentive o acesso e busca pelos estudantes junto à Assistência Estudantil. O Guia poderá ser acessado por meio do endereço: <https://sites.ifpi.edu.br/guiapolae/>, hospedado no site oficial da

instituição ou por QRCode ¹.

O resultado da pesquisa está apresentado a seguir em seis capítulos, sendo dividido conforme temática trabalhada. O primeiro capítulo é esta Introdução que descreve a justificativa, a problemática da pesquisa e os objetivos. No segundo capítulo, são apresentados e discutidos os referenciais teóricos que embasam a pesquisa, estando subdividido em quatro itens que apresentam as seguintes temáticas: (i) o processo histórico de implementação da Assistência Estudantil no Brasil, (ii) a Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica, (iii) a Assistência Estudantil no Instituto Federal do Piauí e (iv) a Assistência Estudantil no IFPI: instrumento para a qualidade da permanência dos estudantes. No terceiro capítulo, constam os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, bem como o processo de concepção do produto educacional. No quarto capítulo, apresentam-se os dados coletados na pesquisa de campo e, paralelamente a isso, eles são discutidos com base no referencial teórico; e, no quinto capítulo, apresenta-se e descreve-se o produto educacional. Nas considerações finais, são realizadas reflexões sobre a Assistência Estudantil enquanto instrumento para a permanência e a formação integral, bem como sobre a importância de seu acesso pelos estudantes para a sua permanência escolar com qualidade. Ainda, nas considerações finais, são apresentadas sugestões para futuros trabalhos de pesquisa.

¹ QRCode do Produto educacional – Guia da POLAE:



2 REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA

2.1 Processo histórico de implementação da Assistência Estudantil no Brasil

A Assistência Estudantil tem sido destaque na última década, no Brasil, nos debates sobre permanência e sucesso acadêmico, em especial no ensino superior por ocasião da ampliação do acesso a esse nível de ensino pela população de baixa renda. Essa ampliação vem ocorrendo em decorrência de políticas de expansão das universidades e de políticas educacionais afirmativas, fruto de movimentos sociais e de interesses institucionais que têm demandado políticas públicas que atendam a ambos. Portanto, para compreender a Assistência Estudantil enquanto política, faz-se necessário apresentar inicialmente, uma breve discussão sobre políticas públicas, política social e educacional, suas concepções e funções construídas em um contexto sociopolítico e econômico de interesses antagônicos.

A partir dessa compreensão, é apresentado, ainda neste capítulo, um resgate histórico do processo de implementação da Assistência Estudantil no Brasil, trazendo as normativas que a fundamentam e a preveem, bem como o processo de sua construção e regulamentação no ensino superior e na educação profissional, foco deste trabalho.

2.1.1 Políticas Públicas: instrumento de interesses antagônicos

A organização da sociedade capitalista, na qual os meios de produção estão nas mãos de grandes empresários, deixa à margem um contingente populacional que, segundo a visão marxista, possui apenas sua força de trabalho a ser empregada para produzir riqueza para poucos, num processo de exploração do trabalhador. Tal processo é agravado por situações paralelas, como trabalhos informais e precarizados, provocando pauperização, miséria e vulnerabilidade social das classes populares.

Essa contradição fundamental da sociedade capitalista – entre o trabalho coletivo e a apropriação privada de atividade, das condições e frutos do trabalho – está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redunde, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social;

porém, de outro lado e na sua contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive naqueles considerados “primeiro mundo” (IAMAMOTO, 2009, p. 28).

Nesse contexto, o mercado de trabalho capitalista não absorve todos os trabalhadores, gerando pobreza, desemprego, fome, crime, violência, drogadição, entre outras expressões que continuam em processo constante de crescimento diante da reestruturação econômica brasileira e como consequência da distribuição dos meios de produção, conforme Iamamoto (2015).

A divisão de classes na sociedade capitalista, na qual a maior parcela da população se encontra desprovida de bens de produção, bem como da riqueza produzida, impede o acesso da maioria da população a condições dignas e à efetividade de seus direitos enquanto cidadãos. A divisão de classes, portanto, expressa um processo de exclusão que aprofunda a desigualdade existente em nossa sociedade e é condição de existência do capitalismo, sendo exclusão definida por Faleiros (2006, p. 4) como “[...] negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território”.

A partir desse contexto social, a sociedade demanda do Estado ações e investimentos de recursos públicos que intervenham na realidade social, organizados e definidos em forma de políticas públicas, configurando-se, portanto, em ações governamentais que expressam um jogo de forças entre projetos societários com interesses contraditórios. As políticas públicas, definidas por Souza (2006, p. 26) como a tradução dos propósitos eleitorais dos governos democráticos “[...] em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”, objetivam a transformação de uma situação concreta e são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática. Constituem-se, segundo Almeida e Alencar (2011, p. 63), de “[...] práticas articuladas às disputas sociais e aos processos de estabelecimentos dos consensos sociais, que se voltam para a reprodução de formas de sociabilidade [...]”, sendo, portanto, reflexo do dinamismo das relações sociais, econômicas, políticas e históricas que compõem a sociedade.

Especialmente a partir da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII, com impactos também no Brasil, problemas sociais surgiram oriundos

do êxodo rural provocado pela mecanização do campo. Novas relações econômicas e precárias condições de vida e de trabalho são formadas e se agravam nos grandes centros urbanos levando a organizações das massas populares e a demanda por políticas sociais definindo um contexto de conflito entre o Estado e a classe majoritária da sociedade.

Diante dessa realidade determinada pelo sistema, o Estado tende a promover políticas sociais como instrumento de controle social, mas que, concomitantemente, são formas de reconhecer e atender os direitos das classes populares visibilizados por meio de manifestações sociais, considerando que

A afirmação do conjunto das políticas sociais em sua dimensão política pública não decorre diretamente das ações do Estado, embora seja seu principal promotor, e tampouco do reconhecimento de sua inscrição apenas aos circuitos de controle social das classes dirigentes sobre a classe trabalhadora, mas como produto histórico de uma luta entre projetos societários distintos, assumindo assim, também, um significado estratégico nos processos de reconhecimento dos direitos das classes subalternizadas (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 65).

Como uma espécie de respostas às lutas classistas, portanto, as políticas sociais são estratégias de amenizar a situação de vulnerabilidade em que a população está inserida e de reconhecimento de direitos, buscando um equilíbrio entre o sistema capitalista e as classes populares que sofrem as consequências desse sistema, evitando conflitos e mantendo a ordem, considerando que o Estado precisa construir essa legitimidade enquanto provedor das necessidades dos cidadãos, ao tempo em que objetiva atender a interesses econômicos. Desta forma, as políticas sociais são formas de mediação entre os interesses capitalistas e as necessidades sociais e, constituindo-se em ações do Estado para atender a demandas da população, são o caminho para o fortalecimento da cidadania. Portanto,

[...] levar as políticas sociais ao limite de cobertura numa agenda de lutas dos trabalhadores é tarefa de todos os que têm compromisso com a emancipação política e a emancipação humana, tendo em vista elevar o padrão de vida das majorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais. Debater e lutar pela ampliação dos direitos e das políticas sociais é fundamental porque engendra a disputa pelo fundo público, envolve necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto real nas suas condições de vida e de trabalho e implica um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos (BEHRING;

BOSCHETTI, 2011, p. 190).

Ressalta-se, deste modo, a importância de dar visibilidade às necessidades populares na agenda política, visto que, na sociedade neoliberal, as políticas sociais se subordinam à política econômica. Ademais, os problemas sociais que advêm da concentração de bens e riquezas nas mãos de um grupo restrito são apresentados de forma camuflada como problemas inerentes a um grupo restrito de indivíduos que não possuem habilidades e qualificação profissional, portanto não são absorvidos pelo mercado de trabalho sendo responsabilizados pela sua situação de desemprego e pobreza.

Esse discurso capitalista de responsabilização do sujeito por sua situação socioeconômica, bem como as desigualdades sociais estabelecidas no Brasil pelo processo de acumulação capitalista têm consequências, inclusive na Política de Educação. Segundo Saviani (2007), a divisão de classes tem reflexos na política de educação, considerando a separação entre educação propedêutica e educação profissional ainda vigente em nosso país, visto que a classe dominante da sociedade recebe a educação direcionada ao preparo para os trabalhos intelectuais e os estudos científicos, enquanto que a educação voltada para as massas populares se restringe a um modo estritamente profissional numa perspectiva de preparação apenas para o trabalho produtivo de forma a atender as demandas da produtividade e do dinamismo.

Desta forma, o Estado propicia a oportunidade de elevação de escolaridade e possibilita a qualificação profissional por ocasião da pressão de “[...] setores financeiros internacionais que consideram a educação como um investimento do Estado para a promoção do desenvolvimento tecnológico e econômico do país” (MAGALHÃES, 2013, p. 31).

A Política de Educação, historicamente, tem-se configurado como o resultado de uma relação conflituosa entre o Estado e a massa popular, servindo de instrumento comum entre as classes, porém de interesse ambíguo em um processo contraditório de relações entre as mesmas. O Estado visa à educação direcionada aos trabalhadores como estratégia de reprodução da força de trabalho, enquanto que as classes populares objetivam a conquista do direito à educação universal e de qualidade o que representa a possibilidade de superação de sua condição de pobreza a partir da conquista de seus direitos civis, visto que a educação é condição

para conhecimento e reflexões sobre a realidade e reivindicação dos direitos. Como indica Marshall (2012, p.73),

O direito à educação [...] deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado. [...] os direitos civis se destinam a ser utilizados por pessoas inteligentes e de bom senso que aprenderam a ler e a escrever. A educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil.

Entretanto, historicamente, o que se apresenta à camada popular brasileira como oportunidade de educação é o ensino profissional limitado ao ensino de técnicas, ao tempo em que a classe alta tem acesso à educação de amplo conhecimento das ciências, configurando-se uma profunda diferenciação entre a educação profissional e a educação científica, estabelecendo-se um fosso entre as classes. Conforme Silva (2013, p. 134),

A emergência da educação profissional no modo de produção capitalista, ou educação para os ofícios, corresponde à socialização da fragmentação do trabalho e, sobretudo, à dicotomia entre quem concebe (gerencia) as atividades de produção e quem executa o processo. A educação profissional é destinada às atividades de caráter mais terminal da produção cuja perspectiva está orientada para aspectos instrumentais do processo produtivo.

Além dessa dicotomia histórica entre educação profissional e educação propedêutica que mantém as configurações da sociedade capitalista, seja qual for o nível de educação a que os alunos acessem, a situação de vulnerabilidade social às quais as classes populares estão submetidas deixa os estudantes pobres em situação de desigualdade na permanência e sucesso acadêmico. As dificuldades econômicas de se manterem na escola, bem como sua realidade familiar e comunitária influenciam no seu desempenho acadêmico e, deste modo, a política de educação que tem o pressuposto de ser pública e universal, portanto acessível a todos, torna-se uma realidade distante daqueles que se encontram inseridos em um complexo sistema econômico excludente devido à dificuldade de permanência e conclusão escolar. Nesse contexto de pobreza, encontram-se estudantes de todos os níveis de ensino, demandando ações que lhes possibilitem não só o acesso à educação, mas a condições de permanência e conclusão acadêmica com qualidade.

Neste trabalho, as discussões sobre condições de permanência e êxito no âmbito escolar e as ações de assistência ao estudante estão direcionadas aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), enquanto instituições que desenvolvem ações de assistência aos discentes tendo por base o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto Federal nº 7.234, de 10 de julho de 2010, como forma de minimizar as desigualdades educacionais entre os estudantes (BRASIL, 2010a). O Estado adota a Assistência Estudantil como parte das ações de democratização da universidade pública, levando em consideração não apenas o acesso pela expansão das vagas ou pela adoção do sistema de cotas, mas a democratização na perspectiva de dar oportunidade de permanência e conclusão com qualidade àqueles que ingressam no ensino superior.

Inicialmente pensado para atender os estudantes do ensino superior das Universidades, o PNAES expandiu seu alcance, incluindo os Institutos Federais de Educação, foco deste trabalho. Por isso, faz-se necessário um resgate histórico do processo de concepção e construção da Política de Assistência Estudantil no Brasil para que se possa compreender esse processo como uma conquista, fruto de movimentos estudantis e debates de dirigentes das IFES.

2.1.2 Marcos legais e históricos da Assistência Estudantil no Brasil

O estudo do processo histórico da Assistência Estudantil no Brasil requer um resgate da legislação que prevê ações de assistência ou auxílios na política de educação. Desta forma, serão destacadas neste item, inicialmente, as Constituições Federais do Brasil (CF), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Planos Nacionais de Educação (PNE) enquanto legislações que são referências quanto ao direito à educação e que enfatizam ações voltadas aos discentes. Em seguida, será apresentada uma sequência de fatos históricos sobre os quais a Assistência Estudantil construiu sua trajetória no ensino superior, espaço onde se configurou a assistência ao estudante, levando à aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Posteriormente, serão destacados os passos percorridos pela Assistência Estudantil no ensino profissional brasileiro, origem da Educação Profissional e Tecnológica, também incluída no PNAES e foco desta discussão.

2.1.2.1 A Assistência estudantil na legislação brasileira

O direito à educação só é plenamente alcançado mediante condições não apenas de acesso, mas também de permanência e êxito escolar. Deste modo, a prerrogativa do direito à educação nas Constituições Brasileiras passa pela previsão de ações de assistência aos estudantes. A Constituição Federal do Brasil de 1934, primeira Constituição a apresentar um capítulo destinado à educação e à cultura, já previa, em seu Art. 157, a aplicação dos fundos de educação em auxílios a “[...] alunos necessitados mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934), numa perspectiva de atendimento ao estudante para sua permanência, embora com ações focalizadas.

Posteriormente, no período do Estado Novo, a promulgação da Constituição Federal de 1937 representa um retrocesso no que diz respeito ao reconhecimento dos deveres do Estado em relação à educação, prevendo sua responsabilidade apenas quando a família não pudesse manter seus filhos em instituições particulares. Além disso, a atenção aos alunos de baixa renda era concedida em forma de caixa escolar mantida pela contribuição daqueles que tinham recursos financeiros para arcar com as taxas escolares (BRASIL, 1937), havendo, desta forma, uma transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade em relação à educação.

Prosseguiu-se com a previsão de assistência aos alunos pobres nas Constituições Federais do Brasil de 1946 e 1967, em seus artigos 172 e 169, respectivamente, afirmando que “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, 1967). Segundo Cavalheiro (2013, p. 32) “[...] as ações governamentais priorizaram o ensino básico nos anos 1950 e 1960: foram criados os programas nacionais da Merenda Escolar e do Livro Didático”, sendo a assistência educacional desenvolvida de forma ainda focalizada.

A partir da década de 1980, no processo de redemocratização do país e em um contexto de movimentos sociais que demandavam por seus direitos, a Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - mantiveram a mesma intenção de prever ações voltadas aos estudantes,

destacando como o primeiro dos princípios que orientam o ensino: “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, 1996). Previam ser dever do Estado o “[...] atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988, 1996). Essa previsão na legislação já era um indício da intenção de adequar-se às demandas sociais conforme insurgissem a partir do aprofundamento das desigualdades sociais, por meio de uma política de assistência ao estudante.

A LDB de 1961 - Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – já destacava a Assistência Social Escolar e, como incumbência dos sistemas de ensino, o provimento de “serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem” aos seus discentes (BRASIL, 1961). Em seguida veio a LDB de 1971 – Decreto 5.692, de 11 de agosto desse ano, fixando as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus - pela qual os serviços de assistência educacional disponibilizariam auxílios para “[...] material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar” (BRASIL, 1971), numa perspectiva de atendimento com ações mais amplas. Ainda na educação básica, a LDB de 1996 - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – traz em seu Art. 4º o dever do Estado de atender ao educando, “[...] em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1996), embora não estivesse prevista a assistência ao estudante como parte das despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino.

O Plano Nacional de Educação (PNE), em seus dois períodos de vigência, faz menção à Assistência Estudantil, porém, com perspectivas diferentes. O Plano Nacional de Educação (2001-2010) - Lei nº 10.172/2001 - traz a temática da Assistência Estudantil, fazendo referência à “adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa trabalho e outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001). Essa lei é um dos marcos para o reconhecimento da importância da Assistência Estudantil para a Política de educação enquanto política que visa à igualdade de condições não apenas para o acesso, mas também para a permanência na escola, embora ainda fosse condicionada ao bom desempenho do estudante.

Já o PNE 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, traz a intenção de “ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao(à) aluno(a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 2014a). O PNE traz, ainda, nas suas metas específicas para o ensino superior e ensino profissional, estratégias de ampliação e investimentos, respectivamente, em ações voltadas para a Assistência Estudantil visando à permanência e conclusão dos estudantes, já definidas a partir de uma nova concepção de assistência estudantil enquanto instrumento para possibilitar a formação de qualidade.

A previsão legal das ações da Assistência Estudantil no Brasil, discutidas neste item, está tabulada no quadro 1 como forma de apresentar recortes dos textos oficiais sobre os quais foram feitas as discussões.

Quadro 1 – Assistência Estudantil na legislação brasileira (Constituições Federais, Leis de Diretrizes e Bases da Educação e Planos Nacionais de Educação)

Legislação	Redação
CF/1934	Art. 157 - prevê a aplicação dos fundos de educação em auxílios a “[...] alunos necessitados mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas”.
CF/1937	Art. 129 - “À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos estados e dos municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais”. Art. 130 - “o ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.”
CF/1946	Art. 172 - “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”. Cavalheiro (2013, p. 32) destaca que “As ações governamentais priorizaram o ensino básico nos anos 1950 e 1960: foram criados os programas nacionais da Merenda Escolar e do Livro Didático”.
CF/1967	Art. 169 - § 2º- “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”.
CF/1988	Art. 206 - prevê “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Art. 208 – “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”
LDB/1961	Título XI – prevê Assistência Social Escolar a ser provida com “[...] os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos”.
LDB/1971	Art. 62 – prevê serviços de assistência educacional que disponibilizariam auxílios para “[...] material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e

	dentário e outras formas de assistência familiar”.
LDB/ 1996	Art. 3º - prevê como princípio “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Art. 4º - prevê o dever do Estado de atender ao educando, “[...] em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”, embora não estivesse prevista a assistência ao estudante como parte das despesas de manutenção e de desenvolvimento de ensino.
PNE (2001-2010) Lei nº 10.172/2001	Objetivo 34 do Ensino Superior - “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico”
PNE (2014-2024) Lei nº 13.005/2014	Meta 7 – Estratégia 7.17) “ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao(à) aluno(a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Meta 11 – Estratégia 11.12) “elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos(as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio” Meta 12 – Estratégia 12.5) “ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior”.

Fonte: Elaborado pela autora com base em revisão bibliográfica e documental.

2.1.2.2 Percurso da Assistência Estudantil no ensino superior

Em nível de ensino superior especificamente, Kowalski (2012) relata que, em 1928, no mandato de Washington Luís, o governo brasileiro mantinha uma casa do estudante em Paris, na qual os jovens da elite do país estavam estudando, numa clara ação voltada para manter a classe rica no ensino superior, sendo que, no Brasil, a 1ª casa do estudante foi construída em 1930, no governo Getúlio Vargas.

Sobre a década de 1930, Kowalski (2012) e Magalhães (2013) destacam o Decreto Federal nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que versava sobre o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras e o apoio do Ministério da Educação à criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937. Esse Estatuto previa a assistência material ou espiritual para incentivar a vida social dos universitários, por meio de associações, congressos e extensão, a dispensa de taxas escolares, com posterior indenização, bem como medidas de previdência e beneficência aos estudantes pobres que obtivessem mérito em suas atividades (BRASIL, 1931).

O Estatuto fazia uma clara alusão à concessão de benefícios por meritocracia e, considerando que a educação superior no Brasil “[...] esteve desde sua gênese voltada prioritariamente para jovens pertencentes aos segmentos sociais mais

favorecidos economicamente [...]”, definia-a, ainda, como “[...] uma arena de interesses e conflitos, especialmente por se tratar de uma esfera que possibilita ascensão social e econômica e é marcada por sua funcionalidade para a manutenção da estrutura social desigual” (MAGALHÃES, 2013, p. 30).

Andrés (2011, p. 3), por sua vez, ao refletir sobre a origem das ações de Assistência ao estudante em vulnerabilidade, destaca que, na década de 1970, universidades demonstraram preocupação com o provimento direto ou indireto da moradia estudantil e da alimentação por meio dos restaurantes universitários. Destaque também, para as décadas de 70 e 80, fazem Kowalski (2012), Magalhães (2013) e Imperatori (2017), devido à criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC), dando ênfase aos programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica.

Posteriormente, foi elaborado pelo MEC o Plano de Ação do Departamento de Assistência ao Educando (DAE) com vigência de 1980 a 1985. Esse plano, partindo da ideia de concepção de educação como direito social, organizava as ações de assistência direcionadas aos estudantes de baixa renda dos três níveis de ensino (1º, 2º e 3º graus), tendo entre seus objetivos: universalizar a educação fundamental, manter o ritmo de crescimento do ensino de 2º grau e aperfeiçoar o ensino superior de modo a facilitar o acesso a esse nível de ensino a diferentes grupos sociais, tendo como linhas prioritárias de ação as direcionadas às populações de baixa renda (BRASIL, 1980). A previsão de ações voltadas aos alunos de baixa renda torna esse Plano de Ação o precursor da configuração atual em que são desenvolvidas as ações de Assistência Estudantil nas IFES ao prever a atuação sobre um conjunto de fatores que influenciam na qualidade da permanência do estudante, ampliando a concepção de assistência estudantil para o atendimento ao aluno na sua integralidade com previsão de ações voltadas para a alimentação, moradia, transporte, saúde, arte, esporte, extensão comunitária e pesquisa, com o objetivo de

[...] propiciar uma assistência efetiva aos estudantes carentes de recursos, amparados por lei, com a finalidade de garantir o acesso e a permanência na escola, atendendo, prioritariamente, às populações de baixa renda das zonas rurais e periferias urbanas (BRASIL, 1980, p.16).

A meta era contribuir para ampliar as possibilidades acadêmicas dos discentes. Entretanto, posteriormente, foi extinto o departamento, o que deixou as ações de assistência ao estudante sem uma orientação nacional e, assim, segundo Imperatori (2017, p. 288), “a assistência passou a ser composta por ações escassas e pulverizadas [...] marcada por relações clientelistas, que impediam a sua consolidação”.

Na década de 1980, o Brasil viveu um processo de redemocratização e de promulgação da Constituição Federal de 1988, envolvendo movimentos em defesa da cidadania e de direitos sociais e políticos. Nesse contexto, foram iniciadas as discussões mais sistematizadas sobre o direito de acesso ao ensino superior, o que levou a uma maior visibilidade das necessidades que os estudantes que ingressavam nas universidades apresentavam para se manterem na instituição, e aprofundaram-se as discussões sobre o acesso, como lembra Kowalski (2012).

Ao final da década de 1990, a partir da Conferência Mundial sobre Educação Superior promovida pela UNESCO, em 1998, extraiu-se a Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI, a qual indica que “uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos” enfrentados por grupos específicos e grupos menos favorecidos, “[...] tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior” (UNESCO, 1998). Posteriormente, em 2009, deliberou-se que igualdade não era apenas uma questão de acesso ao ensino superior, mas “[...] a participação e a conclusão efetiva, enquanto o estudante recebe um auxílio” que deve incluir “suporte financeiro e educacional adequados para aqueles que vivem em comunidades pobres e/ou marginalizadas” (UNESCO, 2009).

Entretanto, a década de 1990 foi marcada por novas configurações sociopolíticas estabelecidas pelo projeto neoliberal o qual defende o estado mínimo tendo como consequência a aprovação da LDB em 1996. Essa lei prevê que toda forma de assistência ao estudante não será parte das despesas de manutenção e de desenvolvimento de ensino, caracterizando um período de restrição de recursos orçamentários direcionados à Assistência Estudantil.

Essa mesma contenção de despesas públicas desencadeou o início da expansão das instituições de ensino superior, em especial, as privadas, pois afinal, como destaca Magalhães (2013, p. 23),

Para a ideologia neoliberal o principal objetivo da educação superior é o de contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade no mundo do trabalho, considerando desnecessária a produção nacional de conhecimento científico e tecnológico e prescindindo, portanto, da forma de organização educacional que prevê a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Entretanto não é possível negar que a expansão do acesso ao ensino superior atende a reivindicações das classes populares, considerando que a educação é um dos caminhos para a redução das desigualdades sociais no país. Portanto o direito à educação universal, gratuita e de qualidade é pauta das reivindicações dos movimentos sociais, do contrário, conforme indica Magalhães (2013, p. 34), “[...] a manutenção dos padrões de desigualdade em relação à educação escolarizada impede o pleno exercício da cidadania”.

Nas décadas seguintes, seguiu-se a expansão das Universidades Federais, com o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que tem como objetivo “[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior [...]” e como uma de suas diretrizes a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (BRASIL, 2007b). Observa-se, então, o aumento no número de estudantes de camadas mais populares, ampliando a demanda por ações que compensem a desigualdade de condições de permanência existentes entre os discentes.

Desta forma, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987, relata que a preocupação com a situação de vulnerabilidade de estudantes que ingressavam no ensino superior e as consequentes dificuldades de permanência na instituição já eram pautas de seus encontros desde então. Os participantes defenderam, junto ao Ministério da Educação (MEC), a definição de políticas de ação voltadas ao atendimento das necessidades dos estudantes de forma a garantir as condições de permanência acadêmica com qualidade (FONAPRACE, 2012, p. 14).

O FONAPRACE, com base em pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES, realizada em 1996, apresentou ao MEC justificativa para que haja “[...] debates, formulação e implantação de políticas sociais que garantam a permanência dos alunos de graduação no interior das instituições” (FONAPRACE, 2012, p. 19). O relatório da pesquisa demonstrou que

44,29% dos estudantes encontravam-se nas classes pobres, havendo, portanto, demanda de assistência a esse público. Não seria, pois, suficiente garantir o acesso da população ao ensino superior, havia a necessidade de garantir também condições de permanência a esse cidadão, do contrário, o seu direito à educação não seria efetivado.

Os estudos realizados pelo FONAPRACE (2012) identificaram que a evasão e a retenção escolar têm como uma das suas causas a dificuldade financeira dos discentes, portanto o atendimento às demandas de transporte, alimentação, moradia, entre outras questões, é fundamental para a permanência e o êxito desses estudantes nas IFES. A partir desse levantamento, o FONAPRACE (2012) relata que vários encontros se sucederam para defesa, inclusive, da Assistência Estudantil como uma questão de investimento e, ainda, que articulações políticas facilitaram a inclusão ao Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, da temática da Assistência Estudantil direcionada ao estudante de baixa renda, entretanto ainda condicionada ao seu bom desempenho, conforme já relatado.

A partir de então, ampliaram-se as discussões do FONAPRACE sobre o assunto, resultando na elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil, em 2001 e atualizado em 2007, que estabeleceu as “[...] diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos, e demonstrou aos órgãos governamentais a necessidade de destinação de recursos financeiros para a assistência estudantil” (FONAPRACE, 2012, p. 25). O documento afirma também que

Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (ANDIFES, 2007, p. 4).

O referido Plano foi, portanto, o primeiro passo para a implantação de um Programa, em nível nacional, de Assistência Estudantil como referência para implementação de ações voltadas para a permanência com qualidade dos estudantes das IES.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi, então, instituído pela Portaria Normativa/MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007, sendo seguida de

novos estudos e documentos originários de discussões que mantinham o posicionamento do FONAPRACE em defesa da Assistência Estudantil e de uma matriz orçamentária própria para as IFES. Entre eles, segundo o FONAPRACE (2012), documentos com propostas de organização da Assistência Estudantil elaborados a partir do seminário “O Serviço Social na Assistência Estudantil”, ocorrido em maio de 2010, bem como do relatório do “I Fórum Brasileiro de Políticas de Esportes nas IFES”, ambos apresentados na 47ª reunião do FONAPRACE. Tais discussões culminaram em deliberações que favoreciam a organização institucional das ações da Assistência Estudantil.

Esse processo levou à aprovação do Decreto Federal nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES e inclui ainda os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) como executores do Programa (BRASIL, 2010a). Com sua aprovação, segundo Guedelho (2017, p. 19), o Decreto Federal nº 7.234/2010 - PNAES confere “[...] às ações de assistência estudantil um status de programa social e aparato de política pública a partir de uma normatização em nível federal que prevê objetivos, público alvo, áreas estratégicas e recursos orçamentários”, sendo previsto, no PNAES, o desenvolvimento de ações nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Têm-se seguido à aprovação do decreto estudos e seminários que embasam as ações de Assistência Estudantil nas diversas áreas que envolvem a assistência ao estudante. A partir da aprovação do PNAES, a política de assistência estudantil tem sido reconhecida como estratégia de ampliação de oportunidades aos estudantes, em especial os de baixa renda, estando, inclusive, entre as estratégias para atender à Meta 12 do PNE 2014-2024 que objetiva a expansão da educação superior, ratificando a importância da assistência ao novo perfil de estudantes que ingressam no ensino superior oriundos de diferentes classes sociais.

2.1.2.3 Percurso da Assistência Estudantil na Educação Profissional

Para se analisar a forma como têm sido promovidas ações de assistência ao estudante na educação profissional, faz-se necessária uma breve contextualização

de cada período em que a Educação Profissional no Brasil tem-se desenvolvido até se chegar aos Institutos Federais de Educação, na forma como hoje são constituídos.

Cabe iniciar relatando que a Assistência Estudantil na Educação Profissional tem sua origem no assistencialismo aos mais pobres, considerando que os IFs têm origem no século XIX com as escolas profissionalizantes direcionadas para a ocupação e capacitação da população pobre e formação de mão de obra como forma de diminuir a situação de pobreza em que estavam inseridos.

A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de ‘amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte’, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes. (RAMOS, 2014, pp. 24/25).

A educação profissional é, pois, considerada, nas suas origens, +uma forma de assistência aos “desamparados” e de manutenção da ordem social. Entretanto Ramos (2014) relata que, no início do século XX, período de implantação das indústrias no Brasil, a educação profissional mudou do foco assistencialista para a preparação de trabalhadores para o exercício profissional. Destaque é dado para as Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909 pelo presidente Nilo Peçanha, embora ainda fossem direcionadas aos pobres, com o duplo objetivo de qualificar mão de obra e manter o controle social dos “[...] filhos das classes proletárias, jovens e em situação de risco social, pessoas potencialmente mais sensíveis à aquisição de vícios e hábitos ‘nocivos’ à sociedade e à construção da nação” (BRASIL, 2010b). A partir da década de 1930, com o crescimento industrial do país, intensificou-se a concepção de ensino profissional enquanto modalidade de ensino voltada para o trabalhador.

Souza (2017) lembra que a Constituição Federal de 1937 faz referência ao público da educação profissional como sendo a camada pobre da sociedade, conforme seu art. 129 que prevê que “O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. [...]”, sendo assim, a educação profissional tem sido campo para ações de assistência estudantil voltadas para o atendimento às necessidades financeiras dos discentes. Nesse mesmo ano, as Escolas de Aprendizes Artífices foram

transformadas em "[...] Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus" (BRASIL, 2009), sendo posteriormente, em 1942, transformadas em Escolas Industriais e Técnicas o que, segundo a publicação do MEC "Institutos Federais: um novo modelo em educação profissional e tecnológica - concepções e diretrizes" (BRASIL, 2010b), formaliza a vinculação do ensino industrial ao sistema de ensino do país.

Para regulamentar o ensino nas referidas escolas, Souza (2017) e Ramos (2014) citam que foram aprovadas as Leis orgânicas de diversos ramos da economia, como o industrial, o comercial e o agrícola. Essas leis, como demonstra Souza (2017), previam o atendimento às necessidades dos estudantes que não tivessem meios financeiros suficientes para a continuidade de seu processo de formação profissional. As autoras consideram essas leis como precursoras da assistência estudantil na educação profissional, visto que a assistência escolar prevista era direcionada para o suprimento de demandas financeiras e não para a manutenção da ordem e da moral, sendo importante destacar que objetivavam a permanência dos discentes no contexto educacional.

Destaque para o ano de 1959, quando as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em Escolas Técnicas Federais com autonomia didática e de gestão, segundo o MEC (BRASIL, 2009), e quando houve a aprovação do Decreto Federal nº 47.038 que aprovou o regulamento do ensino industrial prevendo, em seu título V, a organização de uma "caixa escolar" pelos estabelecimentos de ensino e tendo como um de seus objetivos "propiciar ajuda e assistência a alunos necessitados" (BRASIL, 1959).

A partir da LDB de 1961 - Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, o ensino técnico industrial, agrícola e comercial passou a integrar o sistema de ensino. Sendo parte do sistema, as ações de assistência ao estudante previstas no seu título XI como assistência social escolar convergiam também para os estudantes daquela modalidade ao serem providos com "[...] os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos (BRASIL, 1961). Apesar disso, as ações de assistência social não foram consideradas despesas com o ensino, mesmo ligadas a ele, não havendo, portanto, garantia de recurso.

Maiores discussões sobre a educação profissional ocorreram na década de 1970, período marcado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico que buscavam a aceleração da economia no país, indo na contramão mundial que se

encontrava em recessão, conforme lembram Brasil (2010b) e Ramos (2014). Na busca pelo desenvolvimento econômico e industrial, a educação profissional destacou-se, a ponto de ser aprovada a LDB de 1971 - Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 – segundo a qual o ensino profissional seria compulsório ao ensino de segundo grau de maneira a qualificar todos os estudantes para o trabalho em curto prazo. Segundo Ramos (2014, p. 31),

Mantinha-se, no entanto, dois eixos de atuação: a formação acelerada de operários para realização do trabalho simples, e a formação de técnicos de nível intermediário, em menor número, para realizar a função de prepostos nas multinacionais, em paralelo com a formação propedêutica destinada às classes mais favorecidas.

É importante lembrar que, em se tratando de Assistência Estudantil, a LDB de 1971, em seu art. 62, estabelece a obrigatoriedade da assistência estudantil prevendo “serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1971).

A globalização, que marca as relações econômicas e políticas mundiais na década de 1980, caracteriza o desenvolvimento das tecnologias nos processos de produção o que requer capacitação e modernização do trabalhador para o uso da tecnologia. No entanto, no Brasil, os anos 80 também são recordados pelas altas taxas inflacionárias e endividamento externo, conforme Ramos (2014). A crise econômica refletiu-se nos rumos que a política de educação estava tomando e a então compulsoriedade do ensino profissional no ensino do 2º grau foi extinta pela Lei 7.044, de 18 de outubro de 1982, estabelecendo, em seu art. 4º, §2º, que “À preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1982). A facultações pela profissionalização considerou o período de recessão econômica e o decréscimo dos postos de trabalho, problemas que o país enfrentava e, paralelo a isso, as camadas mais pobres da população almejavam a elevação da escolaridade com o acesso ao ensino superior, como destaca Souza (2017).

Considerando que a década de 80 foi o período de grandes manifestações pela cidadania e pelo acesso universal à educação, mesmo com a extinção do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) do MEC, a sua concepção de educação como direito converge com as manifestações estudantis. O grande

destaque vai para a União Nacional dos Estudantes (UNE), em prol do acesso e permanência na educação e para as discussões e documentos produzidos pelo FONAPRACE em defesa da assistência ao estudante de baixa renda, além dos artigos 36 e 39 da LDB de 1996 dedicados à organização da educação profissional. Esse contexto levou à regulamentação da Assistência Estudantil nas Universidades e nos Institutos Federais por meio do Decreto Federal nº 7.234/2010, organizando e institucionalizando ações que, por vezes, já eram executadas nas instituições.

Ressalta-se aqui o Plano Nacional de Educação 2014-2024 que prevê, em sua Meta 11, “triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio” apresentando entre suas quatorze estratégias “elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil” (BRASIL, 2014a), reconhecendo a necessidade de atender as demandas dos estudantes de baixa renda, na perspectiva de garantir a superação das desigualdades educacionais.

Esse é o retrato das origens da educação profissional no Brasil o que nos dá uma clara visão de que ela foi pensada para ser destinada à população pobre para ser mão de obra operária, enquanto uma pequena parcela da população ingressa no ensino superior para ocupar cargos intelectuais, trazendo ainda consequências sociais históricas no país. Essa discussão é aprofundada no próximo item, onde se apresenta uma discussão sobre o ensino dual, enquanto mantenedor das desigualdades sociais, e se expõe a Assistência Estudantil desenvolvida na Educação Profissional e Tecnológica na forma como se apresenta atualmente como instrumento para educação na perspectiva de formação integral.

Finalizando este item, é apresentada, no quadro 2, uma linha do tempo que condensa os principais fatos históricos que marcaram a AE no ensino superior e na Educação Profissional, apresentados de forma paralela, para uma melhor visualização desse percurso histórico.

Quadro 2 – Linha do tempo da Assistência Estudantil (AE) no Brasil (Ensino Superior e Educação Profissional)

PERÍODO	AE no Ensino Superior	AE na Educação Profissional (EP)
Século XIX	Ensino Superior para elites, não há registro de AE direcionada aos pobres no ensino superior neste período.	EP como assistencialismo – escolas profissionalizantes direcionadas para a ocupação e capacitação da população pobre.
Início século XX	<u>1928</u> – o governo brasileiro (Washington Luís) mantinha uma casa do estudante para os filhos das elites em Paris.	Industrialização no Brasil – a EP mudou do foco assistencialista para a preparação de trabalhadores para o exercício profissional, <u>1909</u> – Criação das Escolas de Aprendizes Artífices – ainda direcionadas aos pobres, mas com o duplo objetivo de qualificar mão de obra e manter o controle social.
Década 30	<u>1930</u> – 1ª casa do estudante no Brasil, no governo Vargas. <u>1931</u> - Decreto nº 19.851 – Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras – previa a assistência material ou espiritual para incentivar a vida social dos universitários, a dispensa de taxas escolares, com posterior indenização, e medidas de previdência e beneficência aos estudantes pobres que obtivessem mérito em suas atividades. <u>1937</u> – Apoio do Ministério da Educação à criação da UNE.	Crescimento industrial do país – intensifica-se a concepção de ensino profissional enquanto modalidade de ensino voltada para o trabalhador. <u>CF/1937</u> – faz referência ao público da educação profissional como sendo a camada pobre da sociedade – Art. 129 que prevê que “O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. [...]” (BRASIL, 1937). <u>1937</u> – Escolas de Aprendizes Artífices transformadas em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus.
Década 40	-	Leis orgânicas - industrial, comercial, agrícola – previam o atendimento às necessidades dos estudantes que não tivessem meios financeiros suficientes, na perspectiva de suprimento de demandas financeiras para a permanência escolar e não manutenção da ordem e moral.
Década 50	-	<u>1959</u> – Escolas Industriais e Técnicas transformadas em Escolas Técnicas Federais com autonomia didática e gestão. <u>Decreto 47.038/1959</u> – regulamento do ensino industrial que previa a organização de “caixa escolar” pelos estabelecimentos de ensino tendo entre seus objetivos “propiciar ajuda e assistência a alunos necessitados” (BRASIL, 1959).
Década 60	<u>1961</u> – I Seminário Nacional de Reforma Universitária promovido pela UNE – Proposta: criação de um sistema eficiente de assistência ao estudante que foi engavetado pelo Regime Militar.	<u>LDB/1961</u> – o ensino técnico industrial, agrícola e comercial passou a integrar o sistema de ensino e, sendo parte do sistema, as ações de assistência ao estudante previstas no seu título XI como assistência social escolar convergiam também para os estudantes desta modalidade ao serem providos com “[...] os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos” (BRASIL, 1961).
Década 70	<u>1970</u> – universidades demonstram preocupação com o provimento direto ou indireto da moradia estudantil e da alimentação por meio dos restaurantes universitários. Andrés	Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico: buscavam a aceleração da economia no país. <u>LDB/1971</u> – EP seria compulsório no ensino de 2º grau.

	(2011, p. 3).	Art. 62 – estabelece a obrigatoriedade da AE prevendo “serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1971).
Década 80	Plano de Ação do Departamento de Assistência ao Educando (DAE/MEC) - precursor da configuração atual das ações de Assistência Estudantil nas IFES. Discussões mais sistematizadas sobre o direito de acesso ao ensino superior e condições de permanência. <u>1987</u> – Criação do FONAPRACE	<u>1982</u> – Lei 7.044, de 18 de outubro – extingue a compulsoriedade do ensino profissional no ensino do 2º ano. Art. 4º “À preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1982).
Década 90	Período de restrição de recursos orçamentários direcionados à Assistência Estudantil – início da expansão das instituições de ensino superior, em especial, as privadas. <u>1996</u> – FONAPRACE – pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES – apresenta ao MEC justificativa para a implantação de políticas sociais que garantam a permanência dos alunos de graduação. Conferência Mundial sobre Educação Superior/1998	<u>Lei nº 8.948/1994</u> – Transformação das escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. <u>LDB/1996</u> – artigos 36 e 39 dedicados à organização da educação profissional. <u>Decreto nº 2.208/97</u> – regulamentou o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da LDB/96, instituindo a separação curricular entre o ensino técnico e o ensino regular.
Década 2000	<u>2001</u> – Elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil, em 2001 e atualizado em 2007. <u>2007</u> – Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril – REUNI – Expansão das Universidades Federais. <u>2007</u> – Instituído o PNAES pela Portaria Normativa/MEC nº 39, de 12 de dezembro. Conferência Mundial da Educação Superior/2009.	<u>Decreto nº 5.154/2004</u> – revogou o Decreto nº 2.208/97, estabelecendo a possibilidade de articulação da educação profissional técnica com o ensino médio regular na forma integrada.
Década 2010	<u>2010</u> - Decreto Federal nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES, incluindo ainda os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Programa. <u>2013</u> – Programa de Bolsa Permanência – Portaria MEC nº 389, de 09 de maio de 2013. <u>2014</u> – Lei nº 13.005, de 25 de junho - PNE 2014-2024 (Meta 12 – Estratégia 12.5) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(as) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior.	<u>2014</u> - Lei nº 13.005, de 25 de junho - PNE 2014-2024 (Meta 11 – Estratégia 11.12) elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos(as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

Fonte: Elaborado pela autora com base em revisão bibliográfica e documental.

2.2 Assistência Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica

No ciclo de reprodução capitalista, as desigualdades sociais se acentuam, tendo consequências diretas nas relações trabalhistas e no sistema educacional, levando a parcela da população desfavorecida a se tornar dependente do acesso às políticas sociais. Por sua vez, essas políticas são instrumentos que podem atenuar as consequências da desigualdade social, ao tempo em que mantêm a configuração da sociedade capitalista, a qual, segundo a visão marxista, é exploratória e excludente.

A partir dessa reflexão, é apresentada, neste item, uma análise das configurações econômicas sob as quais se formou a educação profissional no Brasil e as consequências sociais de uma educação baseada no dualismo, ou seja, na separação entre a educação propedêutica e a educação profissional que acentua as desigualdades sociais. Apresenta, ainda, a legislação educacional criada no decorrer dos anos, voltada para a educação profissional, enfatizando o Decreto nº 5.154/2004 pelo qual foram restabelecidos os princípios norteadores de uma política de Educação Profissional articulada com o Ensino Regular através da Educação Profissional Técnica de Ensino Médio, trazendo a perspectiva de uma formação integral e omnilateral (BRASIL, 2004).

Posteriormente, são analisadas as formas pelas quais a Política de Assistência Estudantil pode contribuir para minimizar as desigualdades educacionais dos estudantes agravadas pela sua realidade socioeconômica, bem como para o desenvolvimento de uma formação voltada para os princípios da formação integral, apontando os pontos de convergência entre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a legislação que embasa a formação integral. Considera-se, para isso, que a educação, na forma que todos possam ter acesso e nela possam permanecer com sucesso, é o fundamento para a transformação social e para a consolidação da democracia, favorecendo o efetivo exercício da cidadania, com base em uma reflexão crítica.

A Política de Assistência Estudantil, portanto, é analisada enquanto instrumento de promoção da formação integral do estudante, observando-se as ações voltadas para o atendimento às suas necessidades financeiras, bem como as ações que promovem o atendimento ao estudante na sua integralidade, direcionadas para a formação ampla e integral.

2.2.1 Ensino dual e o ciclo de reprodução das desigualdades sociais

A Revolução Industrial ocorrida no século XVIII na Inglaterra e expandida para outros países, inclusive o Brasil, promoveu a ampliação do uso de máquinas grandes e modernas e, com isso, a necessidade de trabalhadores capacitados para operá-las. A demanda por mão de obra desenvolveu novas configurações das relações trabalhistas pelas quais a produção do operário promovia o lucro dos empresários a partir de uma relação de exploração. Assim, o período industrial, de modo mais intenso que o período escravista e feudal, deu continuidade ao processo de pauperização da maior parte da população. Como afirma Netto (2001, p. 42), “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”, caracterizando, assim, a contradição capitalista, pela qual, ao tempo em que o trabalhador produz riqueza, ele se vê dela desprovido, já que se concentra apenas nas mãos dos proprietários dos meios de produção, através da alienação do trabalho do operário.

A necessidade de ampliação da produção e de aumento nos lucros traz a demanda por trabalhadores capacitados para operar a maquinaria moderna e tecnológica e, deste modo, as escolas profissionalizantes são expandidas com o intuito de preparar o trabalhador de forma rápida para a execução de tarefas de produção e para atender aos interesses do empresariado, mantendo a concentração de riqueza nas mãos de um pequeno grupo da sociedade.

Sobre a profissionalização do trabalhador, Ciavatta (2005) destaca que, nos países latinos, inclusive o Brasil, a qualificação para a produção tem sido valorizada historicamente, de forma que a educação tem sido caracterizada pelo dualismo, ou seja, pela separação entre a educação geral e a educação profissional. A política educacional brasileira tem, então, dado esse direcionamento para a educação profissional, a qual é voltada para a formação da classe trabalhadora, ao tempo em que a formação intelectual seria destinada àqueles que ocupam os altos postos, na perspectiva de manter o domínio intelectual sobre os operários. Deste modo, “[...] a institucionalização da educação profissional no Brasil foi pautada numa pedagogia tecnicista, de base pragmática [...]”, conforme Araújo e Rodrigues (2010, p. 53).

Moura (2007) e Ramos (2014) relatam que, a partir do século XX, a demanda pela preparação de operários deu destaque à Educação Profissional (EP) a ponto de essa modalidade educacional ser prevista na legislação brasileira considerando

interpretações diferentes ao longo da história. Sobre isso, destacam-se a Lei nº 5.692/1971 a qual estabeleceu a profissionalização compulsória em todo o 2º grau prevendo a educação de nível médio profissionalizante para todos, e a Lei nº 7.044/1982, pela qual foi extinta a obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau, desta forma, ressurgindo a dualidade escolar (BRASIL, 1971, 1982).

Ressalta-se, em especial, a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (nova LDB) que apresentava a Educação Profissional (EP) como processo educacional específico, dando um caráter de educação voltada somente para o desenvolvimento de habilidades produtivas, sendo prevista a sua implementação de forma articulada com o ensino regular em instituições de ensino médio ou em cooperação com instituições da iniciativa privada (BRASIL, 1996). Porém, segundo Santos (2017), os interesses do mercado educacional não demoraram a provocar uma reforma educacional, disposta pelo Decreto nº 2.208/1997 o qual previa a desarticulação do Ensino Profissional do Ensino regular, deixando a educação profissional ser oferecida apenas em instituições especializadas privadas (BRASIL, 1997).

Entretanto, com o Decreto nº 5.154/2004, foram restabelecidos os princípios norteadores de uma política de Educação Profissional articulada com o Ensino Regular através da Educação Profissional Técnica de Ensino Médio que trouxe a perspectiva de uma formação integral e omnilateral (BRASIL, 2004). É uma proposta socialista marxista que, conforme Ciavatta (2014), visa à formação do ser humano em sua totalidade, não apenas técnico-científico para a produtividade, mas também levando em conta seus aspectos físico, mental, cultural e político, evitando, desta forma, o dualismo na educação o qual tira a oportunidade de formação crítica e ampla a todos.

Sobre isso, Gramsci (1982) defende a escola unitária, apontando que a educação profissional integrada com o ensino propedêutico é meio para formação de homens capacitados para a produção, mas também aptos para cargos dirigentes, podendo a escola, desta maneira, ser espaço para a formação de trabalhadores intelectuais. A escola unitária proposta por Gramsci (1982) visa, portanto, à maturidade intelectual do jovem e do trabalhador, numa defesa da classe trabalhadora enquanto classe capaz de superar sua condição de submissão.

Ciavatta (2005), ao definir a formação integrada como sendo aquela em que a educação geral é inseparável da preparação profissional com o objetivo da formação

plena do cidadão para a sua atuação na sociedade e nos processos produtivos, parte do entendimento de trabalho como princípio educativo. Para ela, a relação entre trabalho e educação é indissociável, considerando o caráter formativo do trabalho e a educação como instrumento de formação ampliada do ser humano e criticando, desta forma, o dualismo na educação ainda presente na educação brasileira (CIAVATTA, 2005).

Sobre o trabalho como princípio educativo e a busca pela unidade entre teoria e prática, Moura (2007, p. 22) afirma que

[...] é fundamental atentar para o fato de que o trabalho como princípio educativo não se restringe ao “aprender trabalhando” ou ao “trabalhar aprendendo”. Está relacionado, principalmente, com a intencionalidade de que através da ação educativa os indivíduos/coletivos compreendam, enquanto vivenciam e constroem a própria formação, o fato de que é socialmente justo que todos trabalhem, porque é um direito subjetivo de todos os cidadãos, mas também é uma obrigação coletiva porque a partir da produção de todos se produz e se transforma a existência humana e, nesse sentido, não é justo que muitos trabalhem para que poucos enriqueçam cada vez mais, enquanto outros se tornam cada vez mais pobres e se marginalizam – no sentido de viver à margem da sociedade.

Desta forma, segundo Frigotto (2007), o dualismo na educação expressa os interesses capitalistas de preparo da grande massa trabalhadora para o trabalho simples e mecanizado, sem conhecimento crítico, sem análise científica, sem formação integral. Este modelo de educação profissional ratifica as diferenças entre as classes sociais, considerando que o conhecimento das ciências seria apresentado apenas no Ensino Médio regular acessível a uma pequena parcela da população que não tem pressa para inserção no mercado de trabalho, enquanto que a grande maioria da população, que busca a profissionalização, teria acesso apenas a instruções e técnicas profissionais, levando a manutenção de sua condição de trabalhador para a reprodução do sistema econômico.

Deste modo, a grande diferença entre as classes é agravada por ocasião de impedir a oportunidade de escolarização ampla e de qualidade às camadas mais pobres da sociedade cujos sujeitos necessitam ingressar cedo e manter-se no mercado de trabalho, principalmente informal e precarizado, para garantir o sustento da família. E assim, o trabalho precoce, o baixo nível de escolaridade e o

desemprego fazem parte do ciclo de exclusão e vulnerabilidade com consequências, como pobreza, violência, drogadição, desestruturação familiar, algumas das “expressões da questão social”.² Deste modo,

[...] a pobreza não é apenas compreendida como resultado da distribuição de renda, mas refere-se à distribuição dos meios de produção e, portanto, às relações entre as classes, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados tanto na órbita material quanto espiritual (intelectual, cultural e moralmente) (IAMAMOTO, 2015, p. 160).

A pobreza é constituída e mantida pelas relações entre as classes, nas quais a classe que tem mais força econômica e política se sobrepõe à outra seja pelo processo produtivo, seja pelo processo educativo, tendo como consequência a exclusão da maioria da população ao acesso a condições dignas de vida, à efetividade de seus direitos enquanto cidadãos e aprofundando a desigualdade existente em nossa sociedade. A exclusão, nestes termos, constitui

[...] um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros, estruturante da vida das pessoas e coletividades, diversificada, relacional, multidimensional, e com impactos de disparidade, desigualdade, distanciamento, inferiorização, perda de laços sociais, políticos e familiares, com desqualificação, sofrimento, inacessibilidade a serviços, insustentabilidade e insegurança quanto ao futuro, carência e carenciamentos quanto às necessidades, com invisibilidade social, configurando um distanciamento da vida digna, da identidade desejada e da justiça (FALEIROS, 2006, p. 4).

Caracteriza-se, assim, um ciclo de reprodução do sistema econômico, com consequências no contexto educacional: ou o sujeito não consegue manter-se na escola, devido a sua situação de vulnerabilidade, perpetuando, desta forma, sua situação de marginalização junto ao processo educacional, ou o sujeito se limita apenas a cursos de profissionalização imediatistas para formar o contingente de

² “Expressões da questão social” é um termo que surgiu no século XIX, a partir do processo de urbanização e industrialização, e o consequente, empobrecimento da classe operária, definido por Iamamoto (2009, p. 27) como sendo “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”, que apresenta como raiz comum, a produção social que é cada vez mais coletiva, tornando o trabalho mais amplamente social, mas os seus frutos permanecendo monopolizados por uma pequena parcela da sociedade.

operários. Enquanto que, do contrário, a inserção e permanência do sujeito no processo educacional e sua formação técnica ampla e integral possibilitam a elevação da escolaridade, a ampliação de seus conhecimentos e o posicionamento crítico sobre sua condição e sobre a sociedade na perspectiva de oportunizar a superação de sua condição excludente. Dessa forma, as ações da Política de Assistência Estudantil podem contribuir para minimizar as dificuldades educacionais e para a formação de base integral, conforme se pode constatar na análise apresentada a seguir.

2.2.2 Assistência Estudantil na EPT: instrumento para minimizar as desigualdades educacionais e para a formação integral

A Política de Assistência Estudantil desenvolvida na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) atua sob dois grandes desafios: minimizar as dificuldades de permanência na escola dos estudantes cuja realidade socioeconômica apresenta problemas de transporte, dificuldades financeiras, alimentação escassa e a necessidade de trabalhar para sustentar a família; e, ainda, contribuir com o desenvolvimento de uma formação voltada para os princípios da formação integral. Precisa, para isso, considerar que a possibilidade de articulação entre a Educação Profissional e o Ensino Médio, restabelecida pelo Decreto MEC nº 5.154/2004, é apontada por Moura (2013) como sendo uma travessia para a educação omnilateral, proposta socialista marxista na qual a educação deveria contemplar a formação integral do indivíduo, na perspectiva da oportunidade de formação para além do tecnicismo e da produtividade, e para uma formação no seu sentido amplo e emancipador.

Deste modo, considerando que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) é referência no país na modalidade de Educação Profissional, a seguir será feita uma reflexão sobre a contribuição da Política de Assistência Estudantil junto aos estudantes da EPT, desenvolvida na RFEPCT por meio dos Institutos Federais, mediante a situação socioeconômica vulnerável a que muitos estão inseridos. Também será abordada a possibilidade de uma formação de base unitária e de caráter emancipatório, fundamentada na concepção de formação integral tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, conforme aponta Moura (2013).

Sobre a formação humana omnilateral, Pacheco (2020, p.11) a indica como um dos princípios educativos dos Institutos Federais, afirmando que

A formação humana omnilateral inclui o trabalho, a ciência, a cultura e a educação esportiva ou física. A educação humanística é parte inseparável da educação técnica e tecnológica, em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho. A Educação Integral é princípio educativo básico e identidade fundante dos IFs.

Pacheco (2020, p. 19) aponta, ainda, a existência de alguns desafios a serem superados, entre eles a consolidação de “um novo conceito institucional”, “a formação de uma nova cultura institucional diferente daquela recebida na universidade”, “aprofundar a compreensão do significado de Educação Integral, Ensino Médio Integrado, Formação Humana Integral (Omnilateral) e Politécnica” e ainda a “Formação permanente de técnicos e docentes não apenas didático-pedagógica, mas sobre o significado dos Institutos”.

É importante salientar que, a partir de 2005, o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), criou o Plano de Expansão da RFEPCT com o intuito de ampliar a presença dessas instituições em todo o território nacional, buscando “melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país” (BRASIL, 2018). Houve, então, um crescimento expressivo no corpo discente composto de jovens e adultos de diversas classes sociais. Esse crescimento apontou a necessidade do planejamento e implementação de ações que priorizassem o atendimento àqueles estudantes em situação de vulnerabilidade social, de modo a minimizar as dificuldades enfrentadas e a possibilitar o acesso e a permanência no processo educativo.

No caso, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola é um dos objetivos a que se propõe a assistência ao estudante, desenvolvida nos Institutos Federais de Educação. A assistência ao discente tem por base o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria MEC nº 39/2007 e, posteriormente, disposto pelo Decreto Federal nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que, por sua vez, se fundamenta no Plano Nacional de Assistência Estudantil o qual

estabelece os princípios norteadores das ações de Assistência Estudantil. Segundo o Plano,

Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (ANDIFES, 2007, p. 4).

Portanto, visando amenizar as dificuldades educacionais e promover a igualdade de oportunidades àqueles que estão na iminência de evasão escolar em razão de sua situação socioeconômica, um olhar especial é voltado aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, levando em consideração sua condição financeira que impede sua permanência escolar no mesmo nível de qualidade que os demais. Desta forma, a prioridade de atendimento a essa parcela de estudantes é prevista no § 1º do Art. 3º da Portaria Normativa do MEC nº 39/2007 e no Parágrafo único do Art. 4º do Decreto 7.234/2010.

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2007c, 2010a).

Deste modo, a Política de Assistência Estudantil tem como uma de suas ações de maior destaque a concessão de benefícios financeiros. Entretanto as ações previstas pelo PNAES vão além dos benefícios financeiros; preveem ações desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Assim, pelas ações previstas no PNAES, o aluno pode ser beneficiado com auxílios financeiros, dando oportunidade de arcar com despesas, como: transporte, alimentação e moradia, como também receber apoio pedagógico e psicológico e acompanhamento social para o melhor desempenho em seu processo ensino-aprendizagem; pode ainda

desenvolver atividades de culturas e de esporte como ações de incentivo e, ainda, receber atendimento à saúde.

A Assistência Estudantil desenvolve, portanto, ações que convergem com o desenvolvimento de atividades curriculares conforme previstas no documento-base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio o qual afirma que um currículo deve integrar “[...] a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais elevadas; a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento” (BRASIL, 2007a).

Toda essa perspectiva de formação integrada encontra-se regulamentada pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Educação Básica (CNE/CEB) nº 6/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Essa Resolução apresenta, entre os seus princípios norteadores: a articulação entre a formação do Nível Médio e o Ensino Profissional, visando à formação integral do estudante; o respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, nos remetendo à dimensão cultural da formação integral; a clara explicitação do trabalho assumido como princípio educativo; a indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; o reconhecimento das diversidades dos sujeitos, das culturas e das formas de produção (BRASIL, 2012a).

Atrelada a essas diretrizes estão as premissas sob as quais a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é desenvolvida conforme Decreto Federal nº 8.268/2014 que alterou o Art. 2º do Decreto 5.154/2004 afirmando que:

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:
I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia;
III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e
IV - a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2014b).

Observa-se que tais diretrizes vão ao encontro dos princípios pelos quais o Plano Nacional de Assistência Estudantil (ANDIFES, 2007) é regido, entre eles, podemos citar: a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES; a formação ampliada na sustentação do pleno

desenvolvimento integral dos estudantes; a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania; o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central. O Plano apresenta ainda entre seus objetivos específicos: assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico.

Para isso, as ações multiprofissionais e socioeducativas desenvolvidas pela Assistência Estudantil têm importante papel na formação do estudante, partindo de dois eixos, segundo Miotto (2009a): a socialização das informações e o processo reflexivo. Ambos possibilitam aos estudantes o acesso ao conhecimento, levando-os à construção de sua autonomia e à formação de novas concepções e interpretações de mundo, abrindo espaço para refletir sobre sua realidade e suas possibilidades.

Desta forma, a Política de Assistência Estudantil visa à promoção da formação integral do estudante, oferecendo não apenas o atendimento às suas necessidades financeiras, mas também ações de caráter universal por meio da promoção de programas e ações socioeducativas multidisciplinares de atendimento integral ao estudante, permitindo-lhe ser compreendido na sua integralidade e direcionando as ações para a busca da formação crítica e emancipatória.

Contribuindo com esse processo de formação ampliada, a AE, embora não permita a superação real das condições de desigualdades de classes historicamente estabelecidas, tem como objetivo oferecer condições de permanência e êxito aos estudantes que estariam à margem do processo educacional, portanto sem perspectiva de transformação da vida pessoal, familiar e social.

2.3 Assistência Estudantil no Instituto Federal do Piauí (IFPI)

A assistência estudantil na educação profissional vem se configurando desde os tempos da Escola de Aprendizes Artífices, como relatado no capítulo que discorre sobre o processo histórico de implementação da política de Assistência Estudantil no Brasil. No Estado do Piauí, não foi diferente. Do fornecimento apenas da alimentação escolar, no início do século, até a aprovação de uma Política de

Assistência Estudantil regulamentada e com a previsão de ações amplas voltadas para a permanência e a formação integral do estudante, a assistência estudantil desenvolvida no IFPI é institucionalizada por um processo de construção coletiva e reconhecimento da importância de atendimento às demandas educacionais de todos os estudantes, em especial daqueles oriundos de famílias de baixa renda. Esse processo é descrito a seguir, entretanto, previamente, faz-se necessário contextualizar o Instituto Federal do Piauí (IFPI), enquanto instituição campo do estudo.

2.3.1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí: histórico

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) tem suas origens no início de século XX, quando, por interesses econômicos e políticos do Brasil, o Presidente Nilo Peçanha decretou, em 1909, a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionalizantes visando atender a duas demandas: ocupar e profissionalizar os desempregados, ex-escravos e formar mão de obra para as indústrias que estavam surgindo no país, acompanhando o processo de industrialização que ocorria nos países europeus, com destaque para a Inglaterra. No caso de Teresina, capital do Estado do Piauí, segundo Rêgo e Rodrigues (2009) e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI (PDI) 2020-2024. (IFPI, 2020), foi criada a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI) com o propósito de formar profissionais para o trabalho manual. A partir de então, seguiram-se adaptações da EAAPI às novas demandas do país e do Estado transformando-se, no ano de 1937, em Liceu Industrial, então secundarista, e posteriormente, em 1965, em Escola Industrial Federal do Piauí.

Já em 1967, segundo o PDI 2020-2024 (IFPI, 2020), a citada Escola Industrial Federal do Piauí teve sua denominação alterada para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), após a criação e reconhecimento pelo MEC dos cursos técnicos de Agrimensura, Edificações e Eletromecânica, visando adequar-se às exigências da sociedade industrial e também tecnológica (RÊGO; RODRIGUES, 2009). Com o passar dos anos, os cursos industriais ginasiais se extinguíram ao tempo em que se expandiram os cursos técnicos da área de serviços, como Administração, Contabilidade, Estatística e Secretariado, sendo, a década de 1980 e 1990, marcos para o desenvolvimento e modernização da Escola em Teresina e para a educação

técnica na cidade de Floriano, pois, em 1994, foi construída a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) nessa cidade.

A transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) iniciou-se por meio da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que previa a implantação dos CEFETs em cada Estado de modo gradual (BRASIL, 1994). No Piauí, então, esse processo ocorreu entre 1997 e 1998, quando a mudança para CEFET-PI trouxe maior desenvolvimento físico e organizacional, com destaque para a expansão de seus cursos, inclusive Licenciaturas, Mestrado e Doutorado Interinstitucionais. No ano de 2007, foram inauguradas mais 3 (três) UNEDs, nas cidades de Picos, Parnaíba e na Zona Sul de Teresina.

No ano de 2008, a Lei Federal nº 11.892, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia,

instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008, Art. 2º).

Com a transformação, o IFPI ganhou status de Instituição de Ensino Superior, desenvolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão e, a partir de 2010, foram inaugurados os campi nas seguintes cidades do interior do Estado: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí, seguidos de Pedro II, Oeiras e São João, em 2012. Posteriormente, em 2014, foram implantados campi em Campo Maior, Valença e Cocal, concretizando o processo de expansão e interiorização do IFPI. O objetivo era ofertar educação técnica e superior às comunidades das microrregiões do Piauí, evitando a migração dos estudantes para a capital em busca de cursos que pudessem oferecer qualificação profissional, na perspectiva de inserção no mercado de trabalho, conforme Rêgo e Rodrigues (2009). A interiorização visou também ao desenvolvimento socioeconômico da região, como consequência do “avanço da escolaridade [...] dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos” (IFPI,

2020). Foram criados, ainda, 3 (três) campi avançados, quais sejam, Dirceu Arcoverde (na capital), José de Freitas e Pio IX. Totalizando atualmente 20 campi e uma Reitoria com sede em Teresina, o IFPI oferta cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos concomitantes/subsequentes ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados, além de cursos de formação inicial e continuada, cursos a distância, especializações, mestrados e doutorados.

Com a missão de “promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais”, o IFPI apresenta-se à sociedade como uma instituição referência não apenas no ensino profissional e tecnológico, mas como uma instituição de formação de cidadãos e com responsabilidade social baseada em valores, como: ética, respeito, solidariedade, diálogo, participação, transparência, equidade e responsabilidade.

2.3.2 Histórico da Assistência Estudantil no IFPI

A Assistência Estudantil na Educação Profissional no Estado do Piauí tem suas origens em 1910, na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí na qual era oferecido, inicialmente, um lanche à tarde, para, posteriormente, em 1913, ser oferecido o almoço e mantido o lanche, sendo que, apenas em 1930, após a construção de um refeitório, seria oferecido café da manhã, almoço e lanche, segundo Rêgo e Rodrigues (2009); entretanto o programa foi desativado em 1966, sendo reativado apenas em 1971, por meio de um convênio celebrado com a Fundação Nacional de Merenda Escolar do MEC para oferecer lanche nos turnos manhã e tarde até o ano de 1992, ano em que ocorreu uma reforma no prédio e esse serviço ficou suspenso até 1994, sendo, então, retomado.

Rêgo e Rodrigues (2009, p. 23) relatam ainda que, no ano de 1998, foi implantado o Programa de Atendimento Alimentar (PAA) pelo qual passaram a ser oferecidas as duas refeições principais, o almoço e o jantar, com o objetivo de atender as demandas dos estudantes, em sua maioria, oriundos “[...] de famílias de baixas condições socioeconômicas e/ou que trabalham no comércio local, não dispondo, por isso, de tempo nem poder aquisitivo para deslocarem-se para suas casas e fazerem as principais refeições”.

Outra ação de assistência ao estudante relatada por Rêgo e Rodrigues (2009, p. 63) trata-se da Caixa Escolar inicialmente ativa de 1950 até 1958, com a

finalidade de “[...] proporcionar ajuda financeira e assistencial a alunos carentes, bem como colaborar para excursões, visitas, passeios, festividades e promoções escolares com fins educativos”, sendo reativada em 1975 instituída por um regimento interno aprovado por portaria ministerial, funcionando até 2004 após um período desativado.

Na década de 1970, ainda segundo Rêgo e Rodrigues (2009), por meio de um convênio entre o Departamento de Assistência ao Educando do MEC (DAE) e a então Escola Técnica Federal do Piauí, foi criado o Programa de Bolsas Escolares, que abrangia a bolsa de trabalho, pela qual os estudantes prestavam serviço na escola ou no comércio, e a bolsa de estudo direcionada aos filhos de trabalhadores sindicalizados, levando à criação do Programa Especial de Bolsa de Estudo (PEBE) que funcionou até 1986.

No ano de 1997, foi criado o Programa de Atendimento ao Educando (PAE) vinculado à Gerência de Apoio ao Ensino, unidade da Reitoria, com a finalidade de

atender alunos oriundos de famílias de baixa renda [...] tendo em vista proporcionar ações minimizadoras das disparidades sociais existentes na comunidade estudantil, face às precárias condições sociais e econômicas vivenciadas por estes alunos (RÊGO; RODRIGUES, 2009, p. 85).

O PAE, além de auxílio financeiro por meio de bolsas transporte, alimentação, apoio administrativo, monitoria, iniciação científica, previa também assistência psicossocial e pedagógica aos estudantes.

A partir da aprovação do PNAES, em 2010, o PAE foi reestruturado para acompanhar as orientações do PNAES estando previstos os seguintes auxílios: transporte, alimentação, moradia, apoio aprendizagem e iniciação ao trabalho. Também envolvia a concessão de bolsas para projetos de apoio técnico-científico e de extensão, sob a coordenação da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) na Reitoria, ao tempo em que, nos campi, suas ações ficavam a cargo das Diretorias de Extensão por meio das Comissões Multidisciplinares de Assistência Estudantil, conforme registrado na POLAE (IFPI, 2021a).

Embora ainda não houvesse um regulamento aprovado por instâncias institucionais superiores, a Assistência Estudantil no IFPI, baseada no Decreto Federal nº 7.234/2010, já tinha reconhecimento como ação institucional, a partir da

sua previsão nos documentos institucionais, a saber: Regimento Interno Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Regimento Interno Geral do IFPI, aprovado pela Resolução CONSUP nº 20, de 06 de dezembro de 2011, em seu art. 1º, “apresenta as normas que disciplinam as atividades das unidades organizacionais integrantes da estrutura organizacional do IFPI” (IFPI, 2011a), descrevendo a estrutura organizacional do Instituto e as competências previstas para cada unidade organizacional. No caso, as ações da assistência estudantil são previstas como de competência da PROEX, definida no art. 94 como “unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de extensão para o IFPI” e, conforme o art. 95, com competência de “definir programas e projetos de escolarização inclusiva e assistência estudantil” (IFPI, 2011a).

Subordinado à PROEX ficou o, então, Departamento de Extensão Comunitária, atual Diretoria de Assistência Estudantil, com as seguintes competências relacionadas diretamente com a assistência ao estudante, segundo o art. 99 do Regimento Interno:

- III – definir e organizar as ações de assistência estudantil;
- IV – estabelecer políticas e regras para concessão de bolsas de auxílio: alimentação, transportes, trabalho e outros;
- V – planejar, orientar e monitorar metas estabelecidas pertinentes às alternativas relativas aos programas e projetos de assistência estudantil e comunitária;
- [...]
- XI – orientar e supervisionar as ações/atividades relativas à assistência social, psicológica, pedagógica e de saúde do estudante; (IFPI, 2011a).

Esse documento descreve ainda, no art. 101, as competências da Coordenação de Assistência Estudantil, unidade organizacional subordinada ao Departamento de Extensão Comunitária, responsável por planejar, organizar, executar, coordenar e controlar as atividades da área para o IFPI, destacando-se entre elas:

- I – identificar as demandas sociais junto à comunidade interna;
- II – acompanhar a execução de programas e projetos de assistência estudantil;

III – monitorar as ações de assistência estudantil que viabilizem a permanência e êxito dos estudantes oriundos de famílias de baixa renda durante o curso;

IV – propor as políticas e regras para concessão de assistência estudantil e outros;

[...]

VII – coordenar e acompanhar os recursos necessários para a execução dos projetos e programas de assistência estudantil;

[...]

IX – controlar as ações/atividades relativas à assistência social, psicológica, pedagógica e de saúde do discente;

(IFPI, 2011a).

O artigo 101 estabelecia, ainda, que a coordenação e controle das ações da assistência estudantil nos campi seriam das Coordenações de Extensão.

Ações de assistência ao estudante estavam previstas também no Plano de Desenvolvimento Institucional referente ao período de 2010/2014 (PDI 2010-2014), aprovado pela Resolução CONSUP nº 21, de 07 de dezembro de 2011, ao apresentar como umas das metas da dimensão “extensão”:

Implantar um programa institucional de assistência estudantil que possibilite condições mínimas de atenção aos alunos provenientes das classes sociais desfavorecidas, visando ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao acesso e permanência dos estudantes nos Campi (IFPI, 2011b, p. 23).

Estavam entre os indicadores de qualidade educacional referentes à política de atendimento aos discentes voltadas ao acesso e à permanência dos alunos na escola: a) democratização do acesso privilegiando os menos favorecidos e excluídos sociais; b) preocupação com os alunos que apresentam maior dificuldade no processo de ensino e aprendizagem; e c) erradicação da evasão escolar, definidos para isso, programas de apoio pedagógico e financeiro, atendimento à saúde, alimentação, auxílio transporte e programa de moradia.

Destarte, tanto o Regimento Interno quanto o PDI (2010-2014) já caracterizavam as ações da assistência estudantil como mais abrangentes, visando ao atendimento pleno com vistas ao desempenho educacional com qualidade a partir do envolvimento multiprofissional, com especial atenção aos estudantes oriundos de famílias menos favorecidas economicamente.

Ademais, a necessidade de atender ao Ofício Circular nº 42/2011 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) que recomendava

uma regulamentação específica da Assistência Estudantil com a devida aprovação por seus Conselhos Superiores, e que envolvessem “os setores da assistência social, coordenação pedagógica, psicologia, com critérios claros de acesso dos estudantes populares” (BRASIL, 2011) levou a uma revisão das ações da Assistência Estudantil desenvolvidas no IFPI. Esse processo de revisão culminou com a aprovação da Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE) em 2014, resultado de uma reorganização de trabalho, discussões e troca de experiências com outros institutos que passavam pelo mesmo processo conforme relatado no item a seguir.

Deste modo, a partir da aprovação da Política, os PDIs seguintes trazem um planejamento mais direcionado e fundamentado na POLAE de modo a aprimorar as ações. No PDI 2015-2019, aprovado pela Resolução CONSUP nº 69, de 16 de dezembro de 2014, o destaque são as metas para extensão que apontam a necessidade da implantação de um sistema eletrônico de acompanhamento das ações da assistência estudantil, bem como o propósito de garantir alimentação e atendimento à saúde gratuitamente a todos os estudantes do IFPI, além da descrição de ações da POLAE que visam à permanência do estudante no processo educacional, entre as políticas de atendimento ao discente (IFPI, 2014a). Por sua vez, o PDI vigente atualmente pelo período de 2020 a 2024, aprovado pela Resolução CONSUP nº 09, de 17 de fevereiro de 2020, apresenta, entre os objetivos estratégicos da PROEX, “fortalecer a política de assistência estudantil” (IFPI, 2020), com destaque para aplicação do recurso prioritariamente no atendimento aos estudantes em vulnerabilidade social e no restaurante estudantil, e para as ações multiprofissionais.

Deste modo, a POLAE, atualmente consolidada e atualizada pela Resolução CONSUP nº 35, de 19 de maio de 2021, se configura como uma política institucional, reconhecidamente integrante de uma política maior, a Educação, em que os sujeitos demandam ações que vão além do ensino, e que requerem intervenções que minimizem as suas dificuldades educacionais, tendo respaldo em documentos legais e institucionais (IFPI, 2021a).

2.3.3 Processo de construção e implementação da POLAE

O processo de construção de uma política institucional de assistência ao estudante requer, além de bases legais que norteiem a sua configuração, o envolvimento e a convergência de concepções entre gestão e técnicos. Oliveira (2016) relata que a transição entre o PAE e a POLAE ocorreu em um momento de transição de gestão em que a equipe do então Departamento de Extensão Comunitária tomou a iniciativa de reestruturar as ações da Assistência Estudantil no IFPI com base no PNAES.

A partir da formação de uma Comissão composta por Assistentes Sociais mais experientes no IFPI e com mais proximidade territorial, conforme Oliveira (2016), foram feitos estudos sobre as políticas já instituídas em outros Institutos, em especial no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). O documento que resultou foi uma proposta encaminhada aos órgãos superiores do IFPI que defendia a Assistência Estudantil abordando a relação entre educação e questão social na defesa de programas de atendimento universais e, especialmente, de programas voltados ao estudante em vulnerabilidade social.

Assim, no dia 08 de abril de 2014, a proposta da POLAE foi submetida ao Conselho Superior (CONSUP)³ e aprovada, sem muitas ressalvas, pela Resolução CONSUP nº 14 (IFPI, 2014b), iniciando um novo período para a Assistência Estudantil no IFPI, a partir de então regulamentada e organizada para melhor planejamento e execução de ações direcionadas à permanência e êxito acadêmico. Assim, conforme Diniz (2020, p.148), “A assistência estudantil, orientada por programas como o PNAES, foi institucionalizada no IFPI de forma integrada às ações relacionadas à inclusão social e ações afirmativas”. Ressalta-se que, ainda no ano de 2014, houve necessidade de acréscimo de alguns termos utilizados na POLAE e adequação na sua redação, sendo essas pequenas alterações aprovadas pela Resolução CONSUP nº 31, de 10 de junho de 2014 (IFPI, 2014c).

A implementação de uma nova política institucional requereu, pois, uma avaliação do seu primeiro ano. No ano de 2015, foi solicitado às Coordenações/Comissões de Assistência Estudantil⁴ (CAE) dos campi que

³ Órgão máximo do IFPI, composto pelo Reitor, docentes, discentes, servidores técnico-administrativos, alunos egressos, representantes da sociedade civil, representante do MEC, diretores-gerais dos campi, todos com mandato de 2 (dois) anos (IFPI, 2009, Art. 8º).

⁴ Coordenação/Comissões previstas na POLAE como as responsáveis pela execução da Política nos *campi*, composta por, no mínimo, um(a) Assistente Social, um(a) Pedagogo(a)

realizassem avaliações da Política junto aos servidores e estudantes. Para essa avaliação, foi sugerida a utilização de um questionário ou livre manifestação sobre a política com o objetivo de avaliar a POLAE após seu primeiro ano de implementação, com base nas experiências de implantação nos *campi* sob os diversos olhares dos profissionais envolvidos, ao tempo em que foram solicitadas sugestões de alteração na POLAE para aprimoramento da Política. Dessa avaliação, foram gerados relatórios e sugestões apresentados no I Encontro dos Profissionais da Assistência Estudantil do IFPI, realizado nos dias 04 e 05 de novembro de 2015, na Reitoria, promovido pela Diretoria de Assistência Estudantil⁵, à qual esta pesquisadora já estava vinculada. O Encontro contou com a participação de 54 profissionais sendo: “19 Assistentes Sociais, 15 Psicólogos, 13 Pedagogos, 03 Técnicos em Assuntos Educacionais, 01 Enfermeiro, 01 Nutricionista e 02 Assistentes de Alunos” (IFPI, 2015, p. 02).

Deste encontro, um número considerável de sugestões de ajustes na POLAE foi condensado, o que gerou uma reformulação na Política, aprovada pela Resolução CONSUP nº 27, de 19 de abril de 2016, na qual, destacam-se, entre as alterações aprovadas, a revisão das competências das categorias profissionais envolvidas com a Assistência Estudantil e dos critérios de permanência do estudante em programas previstos na POLAE (IFPI, 2016). Ressalta-se que esse processo de avaliação não se encerrou, visto que, por ser executada em um contexto dinâmico, como é o processo educacional, e ter estreita relação com as expressões da questão social, a POLAE requer revisões que partem das reuniões e discussões que têm sido realizadas, em especial em conjunto com os(as) Assistentes Sociais que vivenciam as diversas nuances que o contexto educacional pode apresentar e estão à frente na execução das ações da POLAE. As revisões e discussões periódicas da POLAE resultaram em sua atualização e consolidação, aprovada pela Resolução Normativa CONSUP nº 35, de 19 de maio de 2021, a qual revoga as resoluções anteriores, sendo, portanto, a versão apresentada e analisada neste estudo.

É importante ressaltar que, gerenciando a POLAE, está a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE) subordinada a Pró-reitoria de extensão (PROEX) e, nos

e um(a) Psicólogo(a), sendo presidida, preferencialmente, por um(a) Assistente Social (IFPI, 2021a, Art. 33).

⁵ A partir de 2015, houve mudança de nomenclatura e o Departamento de Assistência Estudantil ganhou o *status* de Diretoria de Assistência Estudantil.

campi, as Coordenações/Comissões de Assistência Estudantil organizam, executam, coordenam e controlam as atividades da Política. Essas comissões são compostas por: assistentes sociais, pedagogos(as) e psicólogos(as), podendo possuir ainda, em seu quadro, técnicos em assuntos educacionais, nutricionistas, médicos, profissionais de enfermagem, odontólogos(as), docentes e outros profissionais de áreas afins (IFPI, 2021a, Art. 40).

Para o acompanhamento das ações desenvolvidas pela POLAE, foi implantado, no ano de 2017, pela Diretoria de Tecnologia e Informação (DTI) o Sistema de Fluxo de Atendimento ao Estudante (SIFAE), um sistema informatizado que surgiu a partir da demanda de registro dos atendimentos realizados pelos profissionais aos estudantes para posterior acompanhamento profissional. Por meio do SIFAE, é possível gerir os atendimentos, cadastrar os beneficiários dos programas da POLAE, realizar encaminhamento de alunos por parte dos servidores docentes e técnico-administrativos; realizar encaminhamento de estudantes entre setores; além de possibilitar a gestão das ações da Assistência Estudantil pela DAE, a gestão de despesas do restaurante e gerar relatórios de ações e previsão de aplicação de recursos. O SIFAE tem sido uma ferramenta de registro de ações e de cadastro de beneficiários que muito tem contribuído para a visibilidade e o gerenciamento das ações da Assistência Estudantil.

Além do SIFAE, outro instrumento de acompanhamento das ações da Assistência Estudantil tem sido a “Tabela de Indicadores do PAEVS”, instrumento de coleta de dados quantitativos de estudantes atendidos, tendo como indicadores a permanência/evasão e a aprovação/retenção, a partir do número de estudantes atendidos por todos os benefícios do PAEVS. Embora esses indicadores nos tragam apenas o quantitativo, os números são o ponto de partida para investigação posterior mais aprofundada sobre as motivações desses dados, levando a reflexão acerca das estratégias direcionadas à permanência e ao êxito educacional e envolvendo ações de acompanhamento multiprofissional previstas na Política de Assistência Estudantil.

Desta forma, conforme Diniz (2020, p. 149),

A Política de Assistência Estudantil (POLAE) no âmbito do IFPI se traduz como um mecanismo de visibilidade social, uma vez que os estudantes que ingressam na instituição são, em sua maioria, fragilizados socioeconomicamente e necessitam de ações que

minimizem os efeitos das desigualdades tão presentes no contexto acadêmico. Destarte, estratégias para acesso, permanência e êxito acadêmico são repensadas com vistas a potencializar a formação com qualidade, é neste direcionamento que se justifica e se legitima a assistência estudantil no IFPI.

Portanto, a POLAE, ao apresentar, como um de seus princípios, a garantia de igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão do curso no IFPI, e, como objetivo, promover condições para o acesso, a permanência e a conclusão do curso pelos estudantes do IFPI, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino, toma como referência para suas ações a permanência com qualidade no processo educativo dos estudantes, temática ainda pouco discutida no âmbito acadêmico, embora necessária para que, nas análises sobre processo formativo, sejam observadas as variantes que podem influenciar e contribuir para que esse percurso seja proveitoso, tema esse discutido no próximo item.

2.4 Assistência Estudantil no IFPI: instrumento para a qualidade da permanência dos estudantes

O direito à educação não se concretiza apenas com o acesso ao sistema educacional. Embora o acesso à educação profissional técnica de nível médio, bem como ao ensino superior esteja em processo de crescimento, considerando o processo de expansão desses sistemas de ensino e as políticas afirmativas, o ingresso na instituição de ensino é apenas o início dos muitos percalços que o estudante enfrenta, entre eles, o desafio de permanecer na instituição e concluir com êxito seu curso. Para dar suporte ao enfrentamento desses desafios, é fundamental que o Estado direcione seus esforços também para o planejamento, execução e avaliação de ações que visem proporcionar condições aos estudantes de permanência e conclusão do seu percurso acadêmico, não deixando de considerar que essas condições devem prever a qualidade na permanência, visto que ela tem como consequência a conclusão com sucesso do processo formativo, alcançando, desta forma, a concretização do direito à educação previsto em lei.

O item que segue traz o resultado de pesquisa bibliográfica acerca da categoria “permanência” na educação e suas concepções, estabelecendo um paralelo com as ações da política de assistência estudantil enquanto instrumento

para viabilizar a qualidade na permanência do discente no âmbito escolar. Em seguida, discutem-se, com base em pesquisa bibliográfica e, ainda, documental, as possibilidades de contribuição da POLAE, objeto de estudo deste trabalho, para a qualidade da permanência dos estudantes do IFPI.

2.4.1 Assistência Estudantil enquanto política de permanência

Antes de dar início aos estudos sobre Assistência Estudantil enquanto política de permanência, faz-se necessário destacar que, neste estudo, o termo “permanência” não segue a ideia de continuidade em determinado lugar ou estado, nem tampouco de estagnação ou paralisação, considerando a compreensão de que “ficar ou manter como ocorrendo da permanência oblitera outros significados que podem estar associados aos atos em permanecer na escolarização apesar de todas as vicissitudes consequentes desta” (RESENDE, 2019, p. 42). Desta forma, será considerada a concepção de permanência como processo dinâmico de interlocução entre o contexto real escolar e o social, levando em conta a definição de Santos (2009, p. 68), segundo a qual, permanência é

[...] o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência. A permanência deve ter o caráter de existir em constante fazer e, portanto, ser sempre transformação. Permanecer é estar e ser *continuum* no fluxo do tempo, (trans)formando pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construidoras (SANTOS, 2009, p. 68).

A partir do entendimento da permanência como um processo ativo e de transformação, evidencia-se que a permanência escolar requer ação de todos os sujeitos envolvidos: Estado, instituição, profissionais, estudantes e família em um trabalho conjunto de valorização das potencialidades e dos instrumentos disponíveis nele.

Sobre a temática permanência escolar, destacam-se os estudos de Carmo e Carmo (2014) e Carmo e Lima (2019) que analisam a produção em torno da categoria “permanência” como sendo reduzida e recente. Os autores fazem uma interessante análise sobre a necessidade de haver mais estudos sobre permanência a partir de uma pesquisa em torno do termo evasão escolar e constatarem a enorme

diferença entre a quantidade de publicações sobre evasão e os estudos sobre permanência.

Segundo Carmo e Lima (2019, p. 71), grande destaque tem sido dado à evasão, e isto se deve ao fato de que esse fenômeno gera números “[...] a fim de calcular a ‘qualidade da educação’ pelo uso eficiente (nem sempre eficaz) dos recursos públicos [...]” sendo, portanto, esses dados valorizados como meios de justificar a necessidade de investimentos em políticas de combate à evasão. Entretanto, ainda segundo Carmo e Lima (2019), esses dados são, por vezes, oriundos de interpretações equivocadas ou simplistas quando são considerados casos de evasão toda ausência ou forma de desligamento do discente da instituição.

Carmo e Arêas (2019) destacam a existência de duas vertentes que se formam na construção da categoria permanência: a permanência enquanto estar presente na escola e a permanência considerando o envolvimento, a expectativa e a aprendizagem do estudante, a partir do suporte de que ele dispõe. Sobre a primeira vertente, os autores concordam com Carmo e Lima (2019) ao afirmarem que é possível dizer ser aquela que tem mais visibilidade, pois gera dados numéricos; e destacam que o segundo aspecto, embora de difícil mensuração e requeira análises mais amplas, é o que de fato demonstra o impacto na permanência do estudante com qualidade no processo educativo.

Sendo assim, recentes debates têm-se voltado para o que de concreto está ao alcance das instituições: a permanência dos estudantes, de forma a defender que políticas sejam voltadas para propiciar as condições necessárias para o seu percurso acadêmico. Considera-se que se governo e instituições trabalharem para garantir condições de permanência, o olhar será voltado para o sucesso ao invés do insucesso e, desta forma, será possível ter a permanência como referência para os estudos sobre políticas de educação e sobre o fenômeno de planejar ações que mantenham o alunado na escola, com atenção voltada para o que se tem de real e próximo.

Deste modo,

[...] a permanência deixa de ser lida como a antítese da ausência. E uma ou outra são constitutivas das artes do fazer o comum no plural nos processos de escolarização em ação. Uma e a outra são constitutivas dos regimes plurais e múltiplos dos envolvimento que marcam as ações na escola entre uns e outros, presentes na ausência ou ausentes apesar de presentes (RESENDE, 2019, p. 43).

A permanência é, pois, reflexo de ações que visam superar as possíveis ou já concretas dificuldades existentes no decorrer do processo escolar que provocam o desligamento ou o não envolvimento do alunado com as atividades escolares.

Assim, a permanência entendida como “o direito que o estudante possui de iniciar e concluir seus estudos com qualidade, gozando de todo o suporte acadêmico, social e político disponíveis nas instituições de ensino públicas em que estão matriculados até concluírem os estudos” (OLIVEIRA; CARMO, 2019, p. 78), tem sido, na última década, foco de ações que visam ao atendimento ao estudante na sua integralidade. Ressalte-se que o termo “permanência” é permeado de análises que Oliveira e Carmo (2019) categorizaram em seis temas, sendo eles: a) a ampliação do tempo do estudante na escola; b) o ordenamento jurídico; c) o acesso de grupos específicos à instituição escolar; d) a escolarização de adultos; e) a permanência como longevidade escolar; e f) os programas e ações desenvolvidos pela Política de Assistência Estudantil nas instituições públicas.

Dentre esses seis temas, interessam a este trabalho: os programas e ações desenvolvidos pela Política de Assistência Estudantil nas instituições públicas enquanto conjunto de ações que visam promover a permanência do estudante com qualidade, partindo do pressuposto de que a inclusão educacional da população de baixa renda em níveis educacionais mais elevados ultrapassa o acesso à instituição.

As ações da AE se voltam, em especial, aos que se encontram em situação de desigualdade educacional por sua condição socioeconômica e de vulnerabilidade. Esse público está cada vez mais presente no ensino superior e técnico, principalmente após a aprovação da Lei Federal nº 12.711, de 2012, que estabelece reserva de vagas por sistema de cotas para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para egressos de escola pública, oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita e a pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (BRASIL, 2012b). Além disso, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010, e regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012, traz a possibilidade de o estudante ingressar em uma IFES situada em local diferente da cidade em que reside, demandando, esse estudante, assistência com apoio financeiro para manter-

se, seja com moradia, alimentação seja com acompanhamento multiprofissional (BRASIL, 2010c, 2012c).

As definições apresentadas por Magalhães (2013) e Souza (2017) seguem essa linha ao definirem a Assistência Estudantil como

conjunto de medidas de inclusão social que visa possibilitar que estudantes, em especial os oriundos dos grupos desiguais, tenham condições para a permanência na universidade e realização da formação acadêmica e para que o direito à educação superior possa ser efetivamente alcançado (MAGALHÃES, 2013, p. 59).

política social, pública, norteada por princípios, objetivos, diretrizes, que visam a implementação de programas e projetos em favor da equidade e da justiça social, com vista ao acesso e permanência dos sujeitos no espaço escolar, em especial da classe trabalhadora (SOUZA, 2017, p. 138).

Tais definições expressam a amplitude da Política de Assistência Estudantil ao se apresentarem como base para a implementação de ações que promovam oportunidade de permanência com qualidade no processo educativo, especialmente aos estudantes oriundos de família de baixa renda que trazem consigo diferentes formas de expressar sua realidade social e econômica.

A partir de então,

Essa parcela da população, que durante tantos anos foi impedida de cursar o ensino terciário, traz consigo um conjunto legítimo de demandas que vão além das atividades estritamente acadêmicas, o que passa a exigir do Estado uma atenção diferenciada na garantia também da permanência e da conclusão do curso dessas pessoas (FELIPPE, 2016, p. 119).

Deste modo, configura-se um novo perfil de estudantes nas IFES, oriundos de uma realidade de limitações financeiras, defasagem escolar e falta de oportunidades que demandam ações mais amplas as quais vislumbrem as suas peculiaridades e as suas necessidades, numa perspectiva de atuar visando à qualidade de sua permanência e não apenas ao êxito final com base em notas ou conceitos. Segundo Felipe (2016, p.125), o debate sobre qualidade na permanência escolar possibilita que a continuidade no curso “[...] seja considerada não apenas com vistas à elevação das taxas de conclusão, mas, especialmente, enfatizando a garantia de condições materiais e imateriais que possibilitem o aprendizado a todos os

estudantes”. Entre as ações que visam garantir tais condições, estão as desenvolvidas pela Política de Assistência Estudantil que prevê a atuação em diferentes frentes com o objetivo de proporcionar as melhores condições de continuidade dos estudos.

2.4.2 Possibilidades de contribuição da POLAE para a qualidade da permanência dos estudantes do IFPI

A partir da concepção de Política de Assistência Estudantil como política de permanência, conforme apresentada no item anterior, bem como considerando a concepção de permanência escolar para além da mera presença contínua do estudante no âmbito escolar, analisa-se, neste item, a Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE), apresentando e refletindo como seus programas, serviços e ações podem contribuir para a permanência com qualidade dos estudantes do IFPI, em especial, aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Para isso, evidencia-se neste trabalho que a Política de Assistência Estudantil desenvolvida no IFPI, a POLAE, baseada nos objetivos dispostos no Decreto nº 7.234/2010 – PNAES e na concepção de Assistência Estudantil apresentada pelo FONAPRACE (2012), é definida, no art. 1º da Resolução CONSUP nº 35, de 19 de maio de 2021, como

conjunto de princípios e diretrizes que norteia a implantação de programas que visam garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico (IFPI, 2021a).

Adota-se no IFPI, portanto, a compreensão de Assistência Estudantil como política social e educacional implementada por meio de um conjunto de ações que visam atender aos estudantes no processo de formação educacional, de forma a proporcionar a todos a oportunidade de formação integral e, em especial, aos estudantes em vulnerabilidade social⁶, programas, serviços e ações direcionados

⁶ Vulnerabilidade social: entendida como um conjunto de incertezas, inseguranças e riscos enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e o acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolvem condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo (IFPI, 2021a, Art. 5º, inciso I).

para minimizar a desigualdade. Para isso, as ações desenvolvidas por meio da POLAE estão organizadas em dois programas: o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) e os Programas Universais. Tais programas visam a atingir os dois objetivos principais descritos na POLAE, quais sejam:

reduzir as desigualdades educacionais entre os estudantes, através de programas voltados àqueles, especialmente, oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social; e propiciar a formação integral dos estudantes a partir de programas diversificados que assistam os estudantes na sua complexidade frente às distintas necessidades (IFPI, 2021a, p. 6).

Baseado no Decreto nº 7.234/2010, o PAEVS, direcionado a estudantes do IFPI em situação de vulnerabilidade social, tem como objetivo “viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010a, art. 4º, Parágrafo único), sendo observados ainda os agravantes sociais.

Seja pela baixa renda familiar, pela defasagem escolar, pela baixa autoestima, pela carência nutritiva alimentar, seja pela dificuldade de aprendizagem, faz-se necessário um olhar diferenciado para a situação sociofamiliar dessa parcela dos estudantes do IFPI, considerando que as desigualdades sociais refletem no contexto educacional. Sobre isso, Bourdieu (2007) ressalta que

tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura.
[...]
A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida (BOURDIEU, 2007, p. 53).

Quando atentamos às desigualdades sociais, por conseguinte, enxergamos as razões de desigualdades escolares, requerendo políticas que visem compensar essas diferenças social, cultural e historicamente estabelecidas em nosso país, de forma a viabilizar a efetivação do direito à educação a todos, em especial nos níveis mais elevados do sistema de ensino nos quais muitos dos estudantes de baixa

renda que ingressam já chegam em situação de desigualdade de condições de permanência.

A partir dessa compreensão, o PAEVS é executado por meio dos seguintes benefícios: Benefício Permanente, Benefício Atleta, Benefício Cultura, Benefício Eventual e Benefício Moradia Estudantil. O Programa é acessado por meio de edital de seleção, tendo como público-alvo estudantes com renda per capita familiar de até 1,5 salário mínimo encontrando-se em situação de vulnerabilidade social permeada por agravantes sociais, como doença na família, uso de substâncias psicoativas, violência doméstica, desemprego, entre outras situações que possam dificultar a sua permanência e/ou o seu desempenho escolar.

Os benefícios do PAEVS são auxílios financeiros distribuídos da seguinte forma:

- Benefício Permanente: auxílio financeiro oferecido ao estudante durante todo seu percurso formativo com valores que variam conforme a situação social do aluno, identificada por estudo socioeconômico realizado por Assistentes Sociais;
- Benefício Atleta: incentivo financeiro, concedido sob as mesmas condições que o benefício permanente, para participação em atividades desportivas de representação do IFPI;
- Benefício Cultura: incentivo financeiro, concedido sob as mesmas condições que o benefício permanente, para participação em atividades culturais de representação do IFPI;
- Benefício Eventual: disponibilizado ao estudante com renda per capita familiar de até 0,5 salário mínimo que vivencia situação temporária e emergencial de vulnerabilidade social que interfere no processo de aprendizagem visando suprir necessidades extraordinárias de materiais de apoio ao desenvolvimento das atividades educacionais, tais como: fardamento escolar, óculos, aparelho auditivo, entre outros;
- Benefício Moradia Estudantil: disponibilização, por meio de processo seletivo, de vaga em moradia estudantil aos estudantes migrantes em vulnerabilidade social. Para isso, são disponibilizados recursos financeiros que assegurem o funcionamento e a manutenção de moradia estudantil para os *campi* que dispõem desse serviço.

A continuidade da concessão desses benefícios depende de uma reavaliação socioeconômica anual e do cumprimento de alguns condicionantes, como: a renda familiar, a frequência escolar, o cumprimento dos deveres previstos na Organização Didática do IFPI, a participação em atendimentos multiprofissionais e a busca por serviços de apoio pedagógico, psicossocial que favoreçam o processo formativo.

Sendo assim, analisando os benefícios do PAEVS, observa-se que a POLAE se propõe reconfigurar os auxílios financeiros de forma que os benefícios possam ser utilizados pelos discentes conforme sua necessidade e de forma a contemplar a amplitude de seu percurso acadêmico, no intuito de possibilitar a sua formação técnica, cidadã, cultural, com perspectiva de superação de sua condição social de pobreza. Destarte, a concessão dos benefícios permanente, cultura e atleta ao estudante, por todo seu processo formativo, tem a intenção de garantir a permanência e a conclusão do curso daqueles que não teriam como arcar com as despesas de transporte, material escolar, lanches, na perspectiva, inclusive, de incentivo à participação cultural e desportiva, podendo ser acumulável com o benefício moradia estudantil que, por sua vez, propicia a segurança de ter um lugar em que possa residir enquanto estudante da instituição.

Às mencionadas aplicações dos benefícios, bem como às do benefício eventual, acrescenta-se a sua aplicação para a contribuição do estudante com as despesas da família ou, ao menos, que suas necessidades escolares não sejam mais um custo familiar, o que traz a tranquilidade e a segurança necessárias para permanecer na escola. Observa-se, desta forma, que os benefícios citados atendem de forma ampliada as necessidades dos estudantes, não se limitando a determinados fins pré-fixados.

A intencionalidade de amplitude com a qual foram planejados os benefícios PAEVS revela a inquietude e a busca pelo rompimento junto a uma concepção simplista de repasse financeiro e de “bolsificação” da Assistência Estudantil. Concepção essa discutida por Nascimento e Arcoverde (2012, p.173) ao afirmarem que a bolsificação da assistência estudantil é “consequência da tendência à assistencialização das políticas sociais, que no âmbito da educação superior, a assistência ao estudante é expressão máxima”. Nascimento (2012, p. 151), no entanto, destaca o equívoco que se comete ao “tentar vincular a assistência estudantil à Política de Assistência Social [...] como se a assistência ao estudante universitário fosse uma extensão das ações dessa Política”, sem, no entanto, ela ser

regida pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)⁷ que prevê ações públicas para o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Nascimento (2012) e Dutra e Santos (2017) concordam ao considerarem a Assistência Estudantil como uma política social de mesma raiz assistencialista que as demais políticas sociais ao desenvolver ações focalistas representadas pela concessão de benefícios financeiros para suprimento das necessidades básicas por meio de processo de seleção de uma parcela do público a que se destina.

Segundo Draibe (1993, p. 98), o projeto neoliberal justifica essas ações focalistas, visto que sua principal preocupação é a eficácia do gasto social. O projeto neoliberal direciona as políticas sociais no Brasil para os “princípios da seletividade e da focalização das ações públicas sobre os segmentos mais necessitados da população”, sendo a focalização o “direcionamento do gasto social a programas e a públicos-alvo específicos, seletivamente escolhidos pela sua maior necessidade e urgência”. Deste modo, as políticas sociais no Brasil têm-se caracterizado por trazerem como principal foco o combate à pobreza e, portanto, terem em destaque os programas de transferência de renda, influenciando essa concepção de assistência ao estudante resumida à concessão de bolsas, enquanto política social focalizada.

Ao analisar o termo focalização, Pereira (2009) traz uma importante discussão acerca de focalização e seletividade ao afirmar que, se um processo de seleção de uma determinada política visa atender aos que mais precisam ou atender às suas diferenças, a seletividade se difere da focalização, identificando-se com a equidade necessária na execução das políticas sociais, podendo, inclusive, complementar o princípio da universalidade. Ressalta, ainda, que as políticas seletivas se diferem das ações focalizadas ao objetivarem a superação da condição de pobreza do sujeito, ao tempo em que as políticas sociais focalizadas mantêm o sujeito em sua condição social quando apenas supre suas carências mínimas de sobrevivência.

Já Oliveira e Passos (2016), analisando os benefícios do PAEVS, consideram que seu processo de seleção trata-se de

⁷ LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social disposta pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que define Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, como Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

selecionar para focalizar, isto é, escolher para pôr sob o foco da Política aqueles que mais necessitam, favorecendo-os, para que o direito à educação seja efetivado. Nesse sentido, constitui um instrumento da universalização do ensino, pois possibilita a inclusão daqueles que, de outro modo, não usufruiriam o direito fundamental à educação (OLIVEIRA; PASSOS, 2016, p. 18).

A seleção e a focalização, sob essa perspectiva, podem ser consideradas, portanto, complementares e ferramentas de equidade na educação. Entretanto é importante destacar que, embora o processo de seleção tenha a intenção de beneficiar aqueles que mais necessitam, visando reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais, a parcela dos estudantes que não é contemplada encontra-se também em situação socioeconômica desfavorável.

Segundo a Plataforma Nilo Peçanha (2021), tendo como ano base 2020, dos alunos matriculados no IFPI que declararam renda, 49,48% informaram renda familiar per capita de até 0,5 salário mínimo, 26,49% declararam renda familiar per capita entre 0,5 e 1,0 salário mínimo e 14,73% afirmaram que a renda familiar per capita ficava entre 1 e 1,5 salário mínimo, ou seja, 90,70% dos estudantes do IFPI pertencem ao público previsto pelo PNAES. Entretanto, o orçamento limitado com a intenção de reduzir os gastos sociais provoca o direcionamento dos benefícios a uma reduzida parcela de estudantes, priorizando os mais vulneráveis, o que, conforme Iamamoto (2015), subordina as necessidades sociais à mecânica instrumental do orçamento público. Portanto,

[...] o projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias. Observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos (IAMAMOTO, 2015, p. 149).

E, dessa forma, o princípio da universalização é tolhido pelo orçamento restrito, transformando o “dar tudo cada vez mais a todos”, defendido pela visão universalista, em “dar mais a quem tem menos”, dando prioridade a um público selecionado pelo foco da política e dos programas sociais, conforme Draibe (1993, p. 98). Assim, a restrição de recursos tem como consequência o atendimento a uma pequena parcela de um grupo maior igualmente demandante das ações previstas, sendo inclusive marca das reuniões e documentos do FONAPRACE, a defesa de

recursos específicos para a Assistência Estudantil alegando ser uma questão de investimento. Porém essa visão de investimento, para Nascimento (2013, p. 109), pode demonstrar “uma concepção produtivista da educação” a qual, embora tenha a intenção de se contrapor à ideia de políticas sociais como gasto, nos remete à perspectiva de “retorno, de contrapartida, de funcionalidade, de utilidade destas ações para um objetivo específico”. Nascimento (2013, p. 109) defende, pois, que,

Sendo o objetivo da assistência estudantil contribuir para a garantia da permanência dos estudantes no ensino superior, tendo como horizonte a democratização da universidade, a mesma deve ser concebida enquanto direito e não como investimento!

O atendimento em caráter prioritário aos estudantes de baixa renda previstos no PNAES, bem como o orçamento restrito destinado à Assistência Estudantil, conduz as ações para uma característica seletiva, direcionando-as aos estudantes que comprovem vulnerabilidade socioeconômica a exemplo dos auxílios financeiros, sendo ainda apenas parte desse público atendido após processo de seleção, ou seja, processo pelo qual são atendidos apenas os mais pobres dentre os mais vulneráveis.

Segundo o Relatório de Gestão do IFPI (IFPI, 2021b), com base em dados registrados no SIFAE, nesse mesmo ano, 6.506 estudantes foram atendidos pelo PAEVS, e 524, pelos Programas Universais por meio de repasse financeiro direto ao estudante, totalizando 7.030 discentes beneficiados, de um total de 17.593 alunos matriculados, portanto, 39,95% dos estudantes são atendidos por benefícios financeiros. Embora os 61% dos estudantes não beneficiados diretamente com auxílios pecuniários tenham a oportunidade de ser atendidos por outros Programas Universais, é necessário destacar que o atendimento a uma parcela dos estudantes com incentivos financeiros acaba por gerar uma demanda reprimida de discentes com necessidades econômicas para permanência escolar que não são beneficiados.

Nesse contexto de restrições às políticas sociais em prol de políticas econômicas, os envolvidos com as ações da Assistência Estudantil enfrentam o desafio do planejamento incerto, da execução cerceada e da avaliação das ações que, embora crítica, não é suficiente para embasar novos direcionamentos no que diz respeito ao atendimento às necessidades reais do estudante.

Estas são, portanto, discussões que se apresentam mediante a dinâmica de implementação da Assistência Estudantil enquanto política social que se encontra no caminho entre a seletividade e a universalidade, em especial quando se trata da disponibilidade e aplicação de recursos orçamentários o que pode ser o elemento-chave para ampliação ou restrição de atendimento.

A estratégia para essa ampliação, para além do aumento nas concessões de benefícios financeiros, pode se dar por meio do atendimento dos estudantes afora suas necessidades econômicas, considerando que a permanência escolar perpassa pela satisfação de suas demandas, entre tantas, pedagógicas, psicossociais e de saúde. A percepção dessas necessidades permitirá a compreensão do estudante enquanto sujeito oriundo de um espaço maior que a escola, inserido em uma realidade social que vem contribuindo com a formação de seus anseios ao tempo em que estabelece dificuldades a serem transpostas. Desta forma, as ações da Assistência Estudantil voltadas para o atendimento universal dos estudantes têm a perspectiva de proporcionar a todos apoio na sua permanência acadêmica a depender da organização e da abrangência dos programas previstos.

Em se tratando dos Programas Universais previstos na POLAE, embora alguns também dependam do orçamento, intencionam atender a todos os estudantes matriculados em cursos regulares presenciais do IFPI com o objetivo de “contribuir com ações de atendimento às necessidades básicas e de incentivo à formação acadêmica, visando o desenvolvimento integral dos mesmos no processo educacional” (IFPI, 2021a, Art. 6º), tendo como característica a não observância do critério de renda. Para tanto, estão organizados em três categorias: I – atendimento ao estudante; II – desenvolvimento técnico-científico; III – necessidades específicas, cujas respectivas ações estão discriminadas no quadro abaixo:

Quadro 3 – Programas Universais/POLAE

PROGRAMAS UNIVERSAIS	
Atendimento ao estudante	• Alimentação estudantil • Assistência à saúde do estudante • Acompanhamento e suporte ao ensino • Apoio à Organização Política estudantil
Desenvolvimento técnico-científico	• Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI) • Monitoria de Ensino • Monitoria NAPNE • Programas Institucionais de Iniciação Científica (PIBIC) • Projetos de Extensão da AE

	• Projetos de Visitas Técnicas • Participação em eventos acadêmicos
Necessidades específicas	Ações operacionalizadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações da POLAE (IFPI, 2021a).

Na categoria “atendimento ao estudante”, são previstas as seguintes ações ou serviços: alimentação estudantil; assistência à saúde do estudante; acompanhamento e suporte ao ensino; e apoio à organização política estudantil.

Quanto à alimentação estudantil, a oferta de refeições diárias ao estudante proporciona ao aluno, além de uma alimentação saudável, a possibilidade de estar na escola em tempo integral, evitando desperdício de tempo e gastos com locomoção, aproveitando o tempo e o espaço escolar para os estudos e atividades sociais. Entretanto, embora faça parte dos programas universais, por não ter critério de renda para acessá-lo, ainda se observa o efeito do orçamento restrito, visto que o acesso institucional aos restaurantes estudantis por todos os alunos, em alguns campi, ainda é um desafio por questões de estrutura e orçamento, mesmo que seja prioridade a disponibilização de recurso PNAES ao funcionamento desses restaurantes.

Ainda nesta categoria, observa-se a preocupação quanto ao atendimento integral ao estudante, oferecendo-lhe oportunidade de atendimento multiprofissional, buscando a prevenção e a promoção da saúde, ao considerar o bem-estar físico, psíquico e social dos estudantes, por meio de atendimentos e ações médicos, de enfermagem, odontológicos e psicológicos de forma gratuita.

O estudante pode contar, ainda, com o acompanhamento, durante seu percurso acadêmico, por meio de orientação pedagógica, psicológica e social, suporte para superação das dificuldades de aprendizagem e promoções de ações que envolvam sua família, no processo educativo. Além disso, como previsto no PNAES, o incentivo à participação político-acadêmica, cultural e esportiva é previsto com o apoio à participação em eventos de caráter sociopolítico, cultural e desportivo, além do incentivo à organização estudantil.

A categoria “desenvolvimento técnico-científico” apresenta os seguintes programas e ações: Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI), Monitoria de Ensino, Monitoria NAPNE, Programas Institucionais de Iniciação

Científica (PIBIC), Projetos de Extensão da AE, Projetos de Visitas Técnicas e participação em Eventos Acadêmicos. Vejamos como se desenvolve cada um deles.

O PRAEI trata-se de um programa pelo qual o estudante ingressante tem o acompanhamento de monitores que os orientam em suas dificuldades nas disciplinas básicas de Matemática, Física, Química e Língua Portuguesa, promovendo a oportunidade de melhorar seu desempenho acadêmico por meio de ações de nivelamento daqueles que, por uma defasagem nos estudos anteriores ao ingresso no IFPI, apresentam dificuldade de acompanhar as aulas do curso. O PRAEI traz a oportunidade de intervenção no processo de aprendizagem dos ingressantes, proporcionando condições de permanência e bom desempenho escolar. Os monitores são estudantes selecionados por meio de edital e recebem bolsa, sendo, portanto, um programa que favorece a permanência de ambos os envolvidos, o monitor que recebe um auxílio financeiro e os ingressantes que recebem o apoio no aprendizado das disciplinas.

Quanto às Monitorias de Ensino e Monitoria NAPNE, diferem do PRAEI, pois não se limitam ao acompanhamento a alunos ingressantes ou às disciplinas especificadas acima. “A monitoria de ensino é uma atividade discente, que auxilia o professor, monitorando grupos de estudantes em projeto acadêmico ou com dificuldade de aprendizagem” (IFPI, 2021a, Art. 12), enquanto que, na Monitoria NAPNE, a atividade discente é voltada para a melhoria do processo educacional do estudante com necessidades específicas. Desta forma, a finalidade das monitorias é favorecer a articulação entre teoria e prática, contribuindo também para a formação do monitor e a permanência dos demais alunos que tenham dificuldade de aprendizagem.

Os Programas Institucionais de Iniciação Científica (PIBIC) têm, por sua vez, o objetivo de proporcionar aos estudantes dos cursos técnicos e de graduação a oportunidade da atividade científica e de pesquisa orientada, propiciando a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, estimulando “o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa” (IFPI, 2021a, Art. 14).

Entre eles, são desenvolvidos: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Inovação Tecnológica (PIBIC IT), ambos direcionados aos estudantes de curso de graduação; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC

JR) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica de Inovação Tecnológica Júnior (PIBIC IT JR), pelo qual podem participar estudantes do ensino médio integrado e concomitante, sendo a seleção de interessados em participar desses programas feita por meio de edital. Este projeto atende, então, a reconhecida necessidade de integrar a pesquisa ao ensino para promover o crescimento acadêmico.

Quanto aos projetos de extensão da AE, visam propiciar a oportunidade de participação do estudante em projetos de extensão, contribuindo para seu crescimento acadêmico integral, pois possibilitam a interação com a realidade da comunidade na perspectiva de formação cidadã e completam o tripé ensino, pesquisa e extensão, importante para a formação ampla do estudante. Agregando essa formação, destacam-se os projetos de visitas técnicas que oportunizam ao estudante a troca de experiência em outras instituições e/ou espaços educativos, observando a relação entre teoria e prática de seu percurso acadêmico, bem como a participação em eventos acadêmicos que incentiva a atuação do estudante em eventos de caráter técnico-científico, cultural e/ou desportivo realizados no território nacional, visando fortalecer e incentivar sua formação acadêmica ampla.

Por sua vez, na categoria “Das Necessidades Específicas”, a POLAE prevê garantir aos estudantes nelas inclusos, “as condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição” (IFPI, 2021a, Art. 18). Essas ações são operacionalizadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE.

É necessário ressaltar o acompanhamento multiprofissional no IFPI ao estudante como forma de disponibilizar a ele o suporte necessário às suas atividades acadêmicas, sendo, na visão de Raichelis (2009, p. 389), fundamental e estratégico, pois

o trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propostas de ações diante dos objetos comuns a diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas.

Assim, não apenas o estudante em vulnerabilidade, mas todo discente pode ser atendido na sua integralidade pelas ações multiprofissionais, quando cada

profissional pode favorecer a construção do caminho percorrido pelo aluno ao contribuir com seu olhar técnico e suas competências.

A contribuição para a permanência, portanto, é evidenciada nas ações de identificação e intervenção em problemas de ordem pedagógica, psicológica e social que possam ter influência no desempenho escolar do aluno, além de atendimento médico, de enfermagem e odontológico, e incentivo à participação cultural e desportiva. Fazem também parte dessa equipe multiprofissional: nutricionistas, professores e servidores técnico-administrativos na perspectiva de atendimento ao discente na sua integralidade.

a concepção de Assistência Estudantil, no âmbito do Instituto Federal do Piauí, é entendida a partir de uma visão de educação como direito e compromisso com a formação integral do sujeito. A Assistência Estudantil praticada no IFPI é orientada por marcos legais, políticas ou programas governamentais, sendo institucionalizada de forma integrada às ações relacionadas à inclusão social e ações afirmativas (IFPI, 2020).

Entre as ações multiprofissionais desenvolvidas no IFPI, é importante ressaltar as socioeducativas, como palestras, campanhas, reuniões e desenvolvimento de projetos, entre outras tão importantes para a permanência e a formação integral do estudante quanto aos auxílios financeiros, pois trazem ao meio acadêmico discussões insurgentes do contexto social em que os estudantes estão inseridos.

Segundo Mioto (2009a, p. 502), as ações socioeducativas, “no âmbito dos processos socioassistenciais, se estruturam sobre dois pilares: um relacionado à socialização de informações e outro referente ao processo reflexivo [...]”. É possível, portanto, afirmar que tais ações permitem ao estudante não apenas o acesso a informações, mas também estimulam o processo de amadurecimento e de formação crítica, especialmente quando as ações pautam-se nas demandas oriundas da própria comunidade escolar, como forma de reconhecer e evidenciar suas necessidades inseridas em um contexto maior.

As ações socioeducativas são, portanto, formas de acolhimento a um público diversificado como o dos IFs e contribuem para a permanência do estudante ao orientar sua formação cidadã com abordagem de temáticas de interesse coletivo e estimular seu envolvimento em ações da escola. Desta forma, as ações

socioeducativas visam à qualidade na permanência escolar, na medida em que formam o estudante para além do desempenho escolar mensurável por notas, contribuindo para a formação crítica e humana.

Após a descrição dos programas, serviços e ações previstos na POLAE e análise da sua abrangência e alcance, é possível afirmar que essa política pode ser instrumento de promoção da permanência acadêmica com qualidade para todos os estudantes. Seu planejamento e implementação visam ao acesso do discente a recursos materiais e humanos disponíveis no IFPI para seu melhor desempenho educacional, considerando, além das dimensões ensino, pesquisa e extensão, os aspectos psicossociais, culturais, de saúde e financeiros.

Deste modo, considerando que, para a implementação da verdadeira educação integral defendida por Moura (2013), Ramos (2014) e outros autores e prevista nos documentos norteadores, enquanto formação humana unitária estruturada no trabalho, ciência, tecnologia e cultura, o acesso aos programas, serviços e ações implementados pela POLAE é meio de permanência e êxito, especialmente em se tratando de EPT, visto que proporciona ao estudante a oportunidade de um processo de ensino e aprendizagem baseado em uma formação humana e técnica, perpassando por diversas experiências acadêmicas.

A POLAE representa, portanto, um avanço no processo educacional do IFPI, partindo da concepção de Assistência Estudantil como política de permanência escolar com qualidade direcionada para atender a todos os discentes conforme suas necessidades, na perspectiva de ampliação de direitos a todos, embora com atendimentos direcionados e seletivos àqueles com demandas mais específicas. A meta é proporcionar um processo educacional visando à equidade entre os estudantes.

Entretanto, não se pode olvidar o enorme desafio de planejar e concretizar as ações da POLAE com orçamento restrito disponibilizado pelo governo federal, além de escassez de recurso humano, o que provoca sobrecarga de trabalho levando a ações pontuais ou limitadas à concessão de benefícios. Atrelada a esses desafios está, ainda, a necessidade de esclarecimento e divulgação à comunidade acadêmica acerca das ações abrangentes da Assistência Estudantil, objetivo do produto educacional oriundo desta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa quali-quantitativa, ou seja, de abordagem qualitativa e quantitativa que, segundo Minayo (2009, p. 22), embora opostas, admitem complementaridade entre si, possibilitando “aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa”.

Quanto ao objetivo, a pesquisa é exploratória, o que, segundo Gil (2008, p. 27), busca “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Quanto à sua finalidade, trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, pois seu objetivo direciona-se para a aplicação prática. Para realizar a pesquisa, foram desenvolvidos estudos bibliográfico e documental, seguidos de pesquisa de campo para coleta e posterior análise e interpretação de dados baseadas no referencial teórico.

O trabalho, portanto, foi iniciado com uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2008, p. 50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, tendo como principal vantagem “o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. A pesquisa deu-se sobre as seguintes temáticas: Educação, Educação Profissional e Tecnológica, Políticas Públicas, Permanência Escolar e Assistência Estudantil. Inicialmente, selecionaram-se as obras fundamentais sobre as quais foram realizadas as leituras necessárias durante todo o processo de investigação e adotado o procedimento de recortes e anotações sobre a produção literária a qual se pôde ter acesso, selecionando os materiais que poderiam contribuir com o estudo, de acordo com o interesse da pesquisa.

A busca por essas obras foi feita por meio das plataformas de pesquisa: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTB). Também se deu por acesso às obras dos autores que são referências para as discussões, como Ney Almeida e Mônica Alencar (2011) que discutem a ideia de políticas públicas como oriundas de consensos sociais, resultados do processo dinâmico de formação da sociedade, pela qual diferentes projetos societários se relacionam e buscam a consolidação de seus interesses; Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2011) que defendem a

necessidade de comprometimento das políticas sociais com o atendimento às demandas coletivas, de modo a melhorar não apenas as condições de vida da população, mas também a ampliar a participação política dos sujeitos; Marilda Iamamoto (2009, 2015) que reflete sobre a contradição da sociedade capitalista na qual o trabalho é social, mas a riqueza é concentrada nas mãos de um pequeno grupo, tendo como consequência a pauperização, em todas as suas formas, da maioria da população, em especial com o desenvolvimento do projeto neoliberal que atrela os direitos sociais à política econômica. Por sua vez, Demerval Saviani (2007), Dante Moura (2007, 2013), Maria Ciavatta (2005, 2014) e Marise Ramos (2014) são referências para o estudo sobre Educação Profissional e Tecnológica apresentando o histórico da EPT no Brasil e defendendo a formação omnilateral em contraposição à formação dual que tem sido predominantemente desenvolvida em nosso país, corroborando para a manutenção das desigualdades educacionais e sociais.

A partir desses autores, foi possível traçar um paralelo entre a produção bibliográfica e a legislação existente a respeito da Educação, especialmente a Educação Profissional e Tecnológica, enquanto instrumento de formação integral. Também foi possível analisar a contribuição da Assistência Estudantil (AE) junto a essa formação e à permanência escolar, temática discutida por Gerson Carmo (2019) que apresenta uma análise sobre a permanência escolar enquanto resultado de políticas que propiciam condições para o desempenho e conclusão do percurso acadêmico e não apenas a continuidade do vínculo institucional, o que nos remete à reflexão da POLAE como instrumento de permanência.

É importante ressaltar que a produção bibliográfica sobre Assistência Estudantil tem sido recente e se restringe a artigos, dissertações e teses que discorrem em torno do desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil nas IES e de relato de experiências de profissionais atuantes na área. Para subsidiar o estudo nesta temática, buscaram-se trabalhos utilizando como filtros: idioma - português, país - Brasil, palavra-chave - assistência estudantil, período - de 2010 a 2020, correspondente ao período de implementação do PNAES. Destacaram-se os trabalhos de Nascimento (2012), Magalhães (2013) e Dutra e Santos (2017) que apresentam discussões sobre Assistência Estudantil desenvolvidas ao longo da implementação do PNAES. Trazem, ainda, a discussão sobre seletividade e universalidade, por vezes subjugadas à disponibilidade orçamentária, bem como a análise da Assistência Estudantil enquanto instrumento de permanência escolar. As

buscas resultaram também na demonstração de que os estudos sobre a relação entre Assistência Estudantil e permanência escolar ainda são escassos.

Paralelo ao estudo bibliográfico, foi adotada a pesquisa documental, a qual, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 173), “está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias”, entre as quais estão documentos oficiais e publicações parlamentares. Portanto, foram fontes de pesquisa as legislações que versam sobre Educação, Educação Profissional e Tecnológica e sobre Assistência Estudantil, além de documentos do IFPI, como suas Resoluções, sendo a POLAE a principal fonte de pesquisa, a partir da qual foram estudados os seus programas, serviços e ações. Foi realizada, ainda, pesquisa junto aos meios de comunicação do IFPI de maneira a investigar as formas de apresentação e de divulgação da POLAE existentes no âmbito do IFPI, bem como os conteúdos apresentados.

Para a investigação sobre as informações que os estudantes do IFPI detêm sobre a POLAE, prevista entre os objetivos da pesquisa, foi adotada a pesquisa de campo descrita no item seguinte.

3.1 Pesquisa de campo: local e amostra

Para este estudo, a pesquisa de campo teve como local de pesquisa o IFPI/Campus Parnaíba, localizado na cidade de Parnaíba, região norte do Estado do Piauí, por ser um dos campi pelo qual se iniciou a expansão do IFPI fora da capital e contar com um grande número de estudantes. Conforme relatado por Rêgo e Rodrigues (2009) e registrado no PDI 2020-2024 (IFPI, 2020), no ano de 2007, foi inaugurada a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Parnaíba, autorizada pela Portaria MEC nº 1.977, de 18/12/2006, oferecendo cursos técnicos de nível médio. No ano de 2009, foram implantados os primeiros cursos superiores, sendo eles: Licenciatura em Física e Licenciatura em Química. Atualmente, o campus oferece os seguintes cursos regulares: técnicos integrados ao ensino médio – Edificações, Eletrotécnica e Informática; técnicos concomitantes/subsequentes – Administração, Edificações, Eletrotécnica e Informática; licenciaturas – Física e Química; tecnologias - Processos Gerenciais; mestrado profissional – Educação Profissional e Tecnológica, além de cursos de extensão. O campus conta atualmente com 1.019 estudantes com matrícula ativa nos cursos regulares.

A amostra foi composta por estudantes do 2º ano/período dos cursos regulares das modalidades integrado, concomitante/subsequente e graduação do IFPI/Campus Parnaíba, totalizando 10 cursos. A escolha pelas turmas do 2º ano/período deu-se pelo fato de se supor que os estudantes de tais turmas, após um ano de IFPI, já tiveram a oportunidade de acesso a informações sobre a POLAE, e já estão familiarizados com os meios de comunicação do IFPI, sendo, portanto, os sujeitos que melhor poderiam responder aos questionamentos da pesquisa.

A meta de amostra estabelecida era coletar 50 respostas, a partir de 05 alunos de cada uma das 10 turmas, totalizando 50 (cinquenta) alunos definidos aleatoriamente a partir da relação de matriculados fornecida pela Coordenação de Controle Acadêmico do campus, visto que, para a pesquisa em questão, não havia critérios mais específicos para escolha dos sujeitos, considerando que a Assistência Estudantil é direcionada a todos os estudantes matriculados nos cursos presenciais de oferta regular da modalidade integrada até a graduação. Para isso, foram contactados 66 (sessenta e seis) estudantes do 2º ano/período, dos quais 63 (sessenta e três) aceitaram o convite para participar da pesquisa, sendo que somente 50 (cinquenta) deles responderam à pesquisa, atingindo, desta forma, a meta estabelecida como amostra.

É importante ressaltar que a pesquisa em questão foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFPI, sob o número CAAE: 36587620.8.0000.9207, sendo aprovada pelo parecer nº 4.532.872.

3.2 Coleta e análise de dados

A pesquisa de campo utilizou como instrumental de coleta de dados o questionário por meio do qual foi possível que o estudante apontasse as informações que detinha acerca da POLAE o que fundamentou a pesquisa nesse aspecto. Foi dada preferência à aplicação de questionário, por possuir algumas vantagens para a pesquisa em questão. Lakatos e Marconi (2003, p. 201) citam, como vantagens do questionário, a capacidade de atingir maior número de pessoas simultaneamente, a liberdade de o sujeito da pesquisa dar as respostas devido ao anonimato o que leva a maior segurança na veracidade delas e a maior agilidade e praticidade na avaliação dos dados alcançados.

O questionário, constituído por 08 (oito) perguntas de múltipla escolha e 01 (uma) pergunta aberta, foi aplicado de forma *online* por meio do aplicativo *google forms*⁸ junto aos participantes da pesquisa que foram contactados previamente por chamada telefônica ou por aplicativo de mensagem para apresentar a proposta e convidá-los a participar do estudo. O questionário foi enviado por meio de aplicativo de mensagem, via *Internet*, devido à praticidade de coleta e condensação das respostas, à agilidade no contato com os participantes, bem como pelo fato de a pesquisa ter sido realizada em período de pandemia, razão pela qual a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda o distanciamento social como medida de prevenção e proteção contra o Coronavírus. Ao concordarem em participar, foi enviado o *link* da pesquisa aos estudantes no qual constava o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), para oficializar a concordância, seguido do questionário constando as perguntas.

O questionário foi elaborado e organizado de modo que suas 05 (cinco) primeiras questões tivessem o intuito de coletar informações a respeito do conhecimento dos estudantes sobre a POLAE, atendendo ao objetivo específico da pesquisa de investigar as informações que os estudantes do IFPI detêm sobre essa política. Sobre as demais questões, 01 (uma) pergunta objetivou investigar as formas de acesso do estudante às informações sobre a POLAE do ponto de vista do discente; e as 02 (duas) outras questões e a pergunta aberta tinham o intuito de contribuir com o planejamento do produto educacional como forma de atender ao objetivo específico da pesquisa de elaborar produto educacional por meio do qual sejam divulgados os programas, serviços e ações da AE no IFPI. A última questão, a aberta, foi especialmente importante para investigar as lacunas de conhecimento dos estudantes sobre a POLAE.

Para a condensação das respostas obtidas pelo questionário eletrônico, o próprio aplicativo forneceu os dados em planilhas e em gráficos, porém outros dados coletados paralelamente a partir do tratamento das respostas obtidas foram condensados manualmente utilizando também o *software Microsoft Excel*. A partir dos dados coletados e condensados, foi feita uma análise quantitativa para levantamento de número e de porcentagem de respostas para cada alternativa apresentada nas perguntas fechadas, seguida de uma análise qualitativa, uma vez

⁸ Aplicativo de gerenciamento de pesquisas por meio de questionários da empresa *Google*.

que se torna necessário interpretar, à luz da literatura estudada, as percepções dos participantes da pesquisa.

Para a pergunta aberta, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo apresentada por Bardin (2016) por meio da codificação do material coletado, transformando os dados brutos do texto, por recorte, agregação e enumeração, o que permite “atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (BARDIN, 2016, p. 133).

Deste modo, ao identificar as respostas dos participantes, foi feita a seleção das unidades de registro, o que corresponde ao segmento do conteúdo analisado a considerar como unidade base para categorização e contagem frequencial, observando-se a unidade de contexto, enquanto segmento da mensagem que facilita a compreensão do significado da unidade de registro. Conforme orienta Bardin (2016), agruparam-se as unidades em categorias conforme o nível semântico, o que possibilitou uma visão organizada e classificada dos temas apresentados nas respostas obtidas.

A partir dos dados categorizados, foi possível apresentá-los, descrevê-los e inferir sobre as motivações dos conteúdos analisados à luz da literatura acessada, bem como planejar e construir o produto educacional.

Levando em consideração, ainda, o objetivo específico de investigar as formas de divulgação da POLAE no âmbito do IFPI, foi realizada pesquisa junto aos canais de comunicação da instituição, incluídos aí: *site*, canal *youtube*, *instagram*, *facebook* e *twitter*, acessando-os e observando as publicações sobre a Assistência Estudantil.

3.3 Produto educacional

O Mestrado ProfEPT pertence à área de Ensino reconhecida pela CAPES/MEC, que afirma que ela “busca construir pontes entre conhecimentos acadêmicos gerados na pesquisa em educação e ensino para sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade [...]” (BRASIL, 2019, p. 03). É, portanto, exigida para os cursos de Mestrado e Doutorado Profissional a elaboração e validação de um produto educacional que deve responder a uma necessidade concreta associada à prática profissional.

Para concretizar a exigência, esta pesquisa originou como produto educacional o Guia da POLAE disponibilizado em formato de *site*, pensado a partir de pesquisa sobre as formas de divulgação da Política no âmbito do IFPI. Constatou-se a ausência de um instrumento de divulgação pelo qual fosse apresentada toda a POLAE de formas diversificadas atendendo à necessidade e ao interesse da comunidade acadêmica. O Guia foi planejado com a intenção de ser instrumento prático de acesso a informações sobre a POLAE e foi direcionado para toda a comunidade acadêmica do IFPI, em especial ao estudante, sujeito principal das ações da Assistência Estudantil e de nossa pesquisa.

O questionário da pesquisa foi aplicado também como fonte de dados para planejamento e construção do produto educacional ao direcionar algumas perguntas a respeito da melhor forma de receber informações sobre a Política e o melhor formato de apresentação dessas informações, além de considerar as perguntas sobre a POLAE, feitas pelos participantes da pesquisa. Esse procedimento levou em consideração o que Kaplún (2003) defende a respeito do processo de elaboração de material educativo quando afirma que deve ser construído a partir do que os sujeitos a que se destina o material educativo sabem ou ignoram, pensam ou querem sobre a temática trabalhada.

O formato do guia foi definido, então, a partir das respostas obtidas pela pesquisa junto aos estudantes. Decidiu-se que o guia poderia apresentar informações textuais, visuais e/ou orais, com acesso por *links* a vídeos e outros documentos informativos, além de *quiz* e canais de interação. O Guia, seu planejamento, processo de produção e avaliação serão apresentados em capítulo específico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

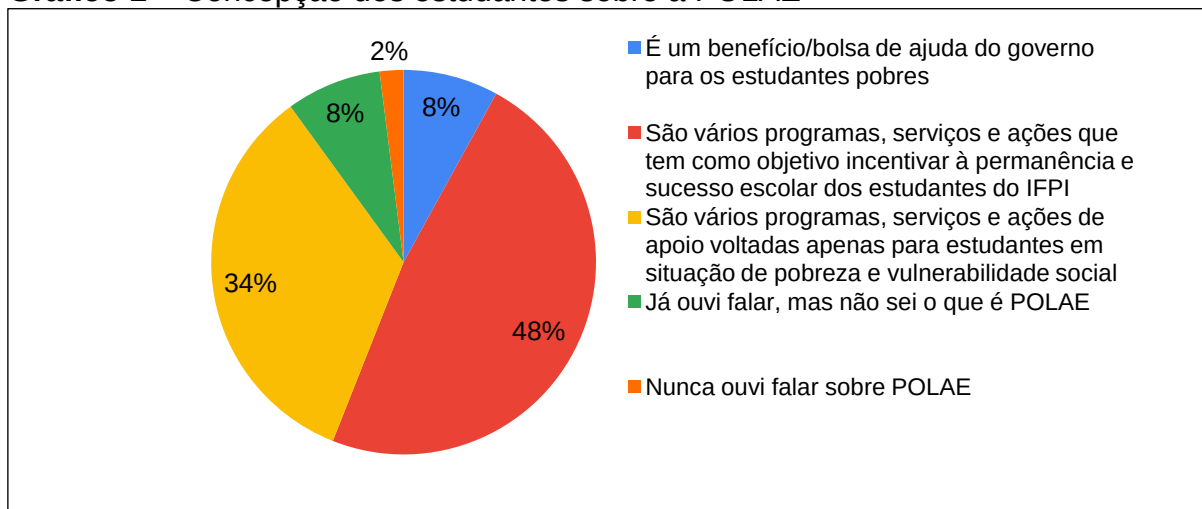
A pesquisa em questão tem como um dos seus objetivos investigar as informações que os estudantes detêm sobre a POLAE a partir da hipótese de que há, entre os discentes, lacunas de conhecimento sobre os programas, serviços e ações da Política, o que pode dificultar a busca por seus direitos a partir do acesso à informação. Para isso, o questionário aplicado foi organizado de maneira a obter dados visando: i) analisar a concepção geral que o estudante do IFPI tem de Assistência Estudantil; ii) verificar o conhecimento do estudante sobre os programas, serviços e ações previstos na POLAE; iii) verificar os meios de acesso às informações sobre a POLAE disponíveis no âmbito do IFPI; e, ainda, iv) investigar quais seriam as melhores formas de acesso e apresentação dessas informações como forma de fundamentar a elaboração e produção de um guia sobre a POLAE, como produto educacional.

Portanto, neste capítulo, são apresentados os dados coletados na pesquisa de campo fazendo, paralelamente, as discussões levantadas com base na literatura acessada sobre assistência estudantil. Ao mesmo tempo, destacam-se as possibilidades de atendimento ao estudante do IFPI que a POLAE disponibiliza e as formas disponíveis de acesso às informações sobre ela.

4.1 Apresentação e análise dos dados coletados na pesquisa de campo

O questionário aplicado para coleta de dados é composto por 09 (nove) questões: 08 (oito) fechadas e 01 (uma) aberta, iniciando com a seguinte pergunta: “Para você, o que é a Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE)?” Ao começar a pesquisa com essa indagação, intencionou-se investigar a visão geral que os estudantes têm sobre a POLAE, revelar suas concepções sobre Assistência Estudantil, bem como a possível ausência de conhecimento da existência da Política ou da organização de seus programas por parte dos estudantes.

As respostas obtidas são apresentadas no gráfico 01.

Gráfico 1 – Concepção dos estudantes sobre a POLAE

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo (2021).

A partir das respostas, observa-se a predominância de estudantes (48%) que reconhecem a POLAE como um conjunto de programas, serviços e ações que têm como objetivo incentivar a permanência e o sucesso escolar dos estudantes do IFPI, dentro da concepção de Assistência Estudantil, com ações integradas a partir da compreensão do discente como ser social complexo e com suas necessidades sociais e históricas que requerem programas e ações diversificadas. Magalhães (2013, p. 71) afirma que a Assistência Estudantil, nessa perspectiva de atendimento integral ao aluno, “indica que é necessária uma multiplicidade de ações para que os alunos tenham condições de maior aproveitamento acadêmico”. A autora defende, ainda, que “a educação vista como possibilidade de emancipação humana e de ascensão social, requer o atendimento de uma série de condições objetivas que chegam até nós como expressões das contradições da sociedade capitalista” (MAGALHÃES, 2013).

Deste modo, sejam de ordem social, psicológica, de saúde ou pedagógica, as demandas estudantis interferem no processo educativo e requerem intervenções profissionais e institucionais de apoio.

Entretanto, é significativa a porcentagem de 34% dos estudantes participantes da pesquisa indicarem a POLAE como conjunto de programas, serviços e ações direcionadas apenas aos estudantes em situação de pobreza e vulnerabilidade social comprovando que ainda não está evidente que a POLAE tem como público todos os estudantes matriculados nos cursos regulares do IFPI. É necessário destacar ainda que 8% dos respondentes compreendem a POLAE como um benefício do governo para os alunos pobres, reduzindo as ações de Assistência

Estudantil a apenas um benefício financeiro concedido aos alunos de baixa renda. Somadas as porcentagens, observa-se que 42% dos estudantes participantes da pesquisa concebem a Assistência Estudantil como direcionada apenas aos discentes oriundos de famílias em vulnerabilidade socioeconômica.

Essa concepção ainda persiste, demonstrando a forte presença histórica das políticas sociais focalizadas no Brasil e ainda as origens da Assistência Estudantil enquanto ações direcionadas apenas para prover as necessidades dos estudantes de baixa renda o que provoca a visão reduzida de política social. Assim, quando são resgatadas as discussões realizadas em capítulo anterior sobre políticas públicas, é possível ratificar a análise de Nascimento (2012) ao refletir sobre a Assistência Estudantil como política social cuja origem está marcada pelas ações focalizadas e direcionadas aos mais pobres.

Embora as Políticas Sociais sejam instrumentos para minimizar a situação de vulnerabilidade social em que a população está, não podem ser limitadas a ações de cunho imediatista e emergenciais, por vezes necessárias, mas não resolutivas. A focalização é necessária para melhor redistribuição de bens e para compensar as desigualdades, para “pôr sob o foco da Política aqueles que mais necessitam” (OLIVEIRA; PASSOS, 2016, p. 18), devendo, porém, ser um segmento de uma política de abrangência maior que alcance outras necessidades a longo prazo. Em se tratando de Política de Assistência Estudantil, essas outras necessidades são a qualidade na permanência e a conclusão com êxito e com perspectiva de sucesso profissional.

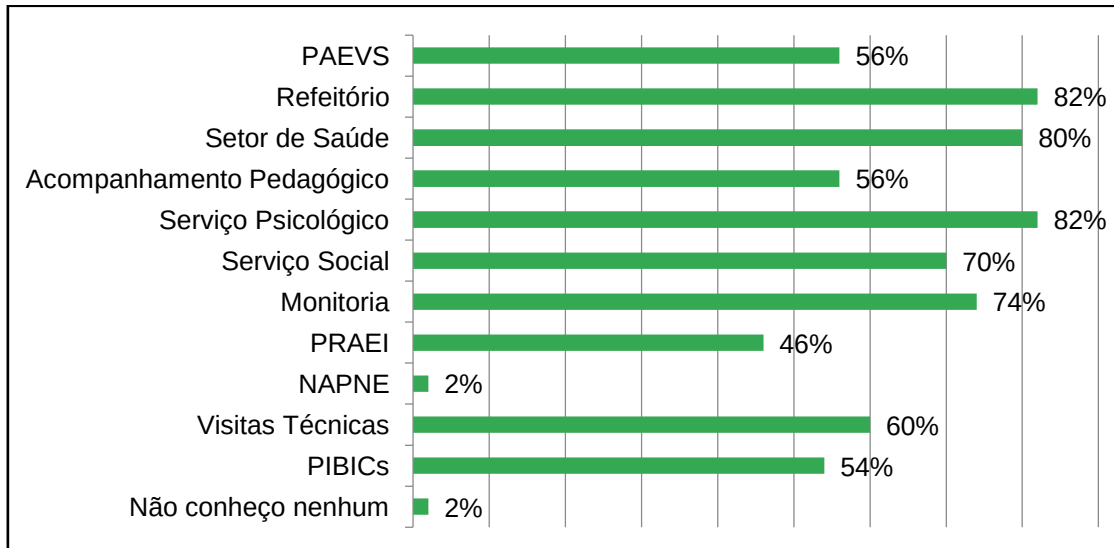
Vale ressaltar que, embora o acesso ao direito de forma igualitária a todos traga, inicialmente, a ideia de justiça, essa é uma visão parcial e ineficiente, visto que as pessoas e grupos sociais apresentam necessidades distintas. Segundo Behring e Santos (2009, p. 278), “ao conceder tratamento igual aos desiguais, o direito, na sociedade capitalista, torna iguais todos os agentes da produção, reconhecendo-os na condição de sujeitos individuais e de direitos”, assumindo, desta forma, uma função ideológica, sem considerar suas relações históricas e seu contexto social real. Desta forma, a atenção dispensada a um grupo específico em vulnerabilidade é necessária como forma de reconhecer as desigualdades existentes entre os grupos sociais e ofertar a esse grupo as mesmas oportunidades de acesso aos direitos sociais. Para isso, é previsto na POLAE, um programa direcionado apenas aos estudantes em vulnerabilidade social aos quais é dada prioridade na

aplicação de recursos do PNAES, ou seja, os programas e ações voltados para os estudantes de baixa renda fazem parte e são prioridade de uma política de abrangência maior, mas não se reduzem a esse público.

Observa-se ainda, que, entre os 10% dos estudantes participantes que não souberam definir o que seria POLAE, 2% nunca tinham ouvido falar na Política, porcentagem que, embora pequena, revela a necessidade de reforço na divulgação da Política.

Na segunda pergunta do questionário, mediante uma relação dos programas, serviços e ações previstos na POLAE, foi solicitado aos estudantes que indicassem quais eles conheciam ou já tinham ouvido falar. Essa pergunta objetivava verificar com quais programas da POLAE os alunos já tinham tido contato ou obtiveram informação na intenção de investigar o alcance da divulgação da POLAE junto aos estudantes. Foram obtidas as seguintes porcentagens de respostas, sendo importante considerar que era permitido marcar mais de uma opção.

Gráfico 2 - Programas, serviços e ações da POLAE que os estudantes indicaram conhecer



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo (2021).

Observa-se que as maiores porcentagens indicam que a maior parte dos alunos conhece a ação de alimentação estudantil ofertada por meio do Refeitório⁹ institucional e o Serviço Psicológico, ambos assinalados em 82% das respostas,

⁹ Com a Resolução Normativa CONSUP/IFPI nº 35, de 19 de maio de 2021, aprovada após a aplicação do questionário desta pesquisa, passou-se a usar o termo restaurante (IFPI, 2021a).

seguidos do setor de saúde com 80% de indicação, do Programa de monitoria (74%) e do Serviço Social apontado por 70% dos estudantes participantes da pesquisa.

O conhecimento do refeitório por parte dos estudantes em maior porcentagem indica esse espaço e o serviço de alimentação como amplamente divulgados, seja pelos próprios estudantes, seja pela instituição e revela a importância conferida ao serviço. Considera-se que a oferta de alimentação aos estudantes no *campus* proporciona as seguintes vantagens: aproveitamento melhor do tempo para aqueles que trabalham ou têm aula no contraturno, evitando o deslocamento até sua residência; economia financeira com deslocamento e alimentação para o aluno e, conseqüentemente, para sua família; acesso a alimentação saudável, balanceada e de qualidade à qual muitos estudantes não têm acesso em casa, sendo, portanto, um espaço de promoção de saúde, além de ser um espaço de socialização, servindo, inclusive, de ponto de encontro entre alunos de turmas diferentes. Embora seja importante ressaltar que, pelo limite do espaço físico ou de recursos, os refeitórios restringem o número de atendimentos por dia, deixando de atender a toda a demanda.

Quanto ao serviço psicológico, é possível destacar a importância das ações do(a) psicólogo(a) na assistência estudantil, considerando que o processo ensino-aprendizagem perpassa pelo desenvolvimento humano, incluído o seu desenvolvimento psicológico e todas as suas nuances. O serviço de psicologia torna-se, então, presença constante nas práticas educativas, havendo inúmeras possibilidades de atuação do psicólogo no contexto escolar. Segundo Dias e Alencar (2017, p. 150), a atuação vai “[...] desde intervenções coletivas ou individuais [...], palestras, orientação profissional; atuar como mediador de conflitos, em todas as esferas da escola, bem como pesquisas e intervenções sobre as queixas escolares”. Ainda, conforme Dias e Alencar (2017, p. 154), os estudantes buscam o atendimento psicológico “[...] sobre [sic] o pretexto de orientação para estudo ou elaboração de horário de estudo, mas quando é estabelecido o contato do aluno com a psicóloga ou na anamnese psicológica surgem outras demandas”, daí o conhecimento e aproximação dos estudantes junto ao serviço de psicologia.

Da mesma forma, o setor de saúde demonstra ser amplamente conhecido pelos alunos. Com ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, os profissionais do setor de saúde (médicos, odontólogos e equipe de enfermagem) buscam contribuir para o bem-estar dos estudantes e, conseqüentemente, para seu

melhor desempenho acadêmico, visto que o êxito escolar perpassa também pelas boas condições físicas e mentais do alunado.

Quanto ao Serviço Social, 70% dos participantes da pesquisa indicaram conhecer tal serviço, demonstrando boa visibilidade do trabalho das Assistentes Sociais, embora haja alunos que ainda não conhecem esse serviço, o que poderia ser motivação para outro estudo considerando que as(os) Assistentes Sociais estão à frente da Assistência Estudantil. A boa porcentagem de conhecimento do Serviço Social apresenta-se como uma consequência das ações de coordenação de Assistência Estudantil no campus, conforme previsto na POLAE (IFPI, 2021a, Art. 36), além da realização de atividades socioeducativas, orientações e encaminhamentos de estudantes, na perspectiva de atuação político-pedagógica, ressaltando que

[...] pensar sobre a dimensão político-pedagógica da atuação do assistente social na educação não está centrada em atuar na dimensão pedagógica mediante a compreensão de que o assistente social parte do desempenho acadêmico do aluno para promover as mediações, mas sim da atuação preventiva, em caráter educativo, buscando identificar possíveis expressões da questão social que afetam a vida pessoal e acadêmica do aluno e que podem vir ou não a afetar seu desempenho escolar (ANGELO, 2019, p. 127).

Ademais, a atuação do(a) Assistente Social no IFPI, segundo Silva (2013, p. 144), vai além da análise socioeconômica, distribuição e socialização de recursos, podendo ser incluídas “as discussões sobre a oferta formativa no que tange ao currículo, à relação ensino-aprendizagem, à ampliação do acesso à educação, entre outras demandas ligadas ao ensino”.

Outro destaque deve ser dado à Monitoria, citada por 74% dos estudantes. O projeto de monitoria, segundo POLAE (IFPI, 2021a, Art. 12), é “[...] uma atividade discente, que auxilia o professor, monitorando grupos de estudantes em projeto acadêmico ou com dificuldade de aprendizagem”; desta forma, está presente no cotidiano escolar dos estudantes, como “estratégia institucional para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, através de experiências pedagógicas e cooperação mútua entre discentes e docentes”. Tal monitoramento é fundamental para que estudantes com dificuldades de aprendizagem possam acompanhar as aulas e atividades de forma satisfatória, compensando déficits de aprendizagem. Com o mesmo objetivo, mas direcionado aos alunos ingressantes, há o PRAEI, indicado por

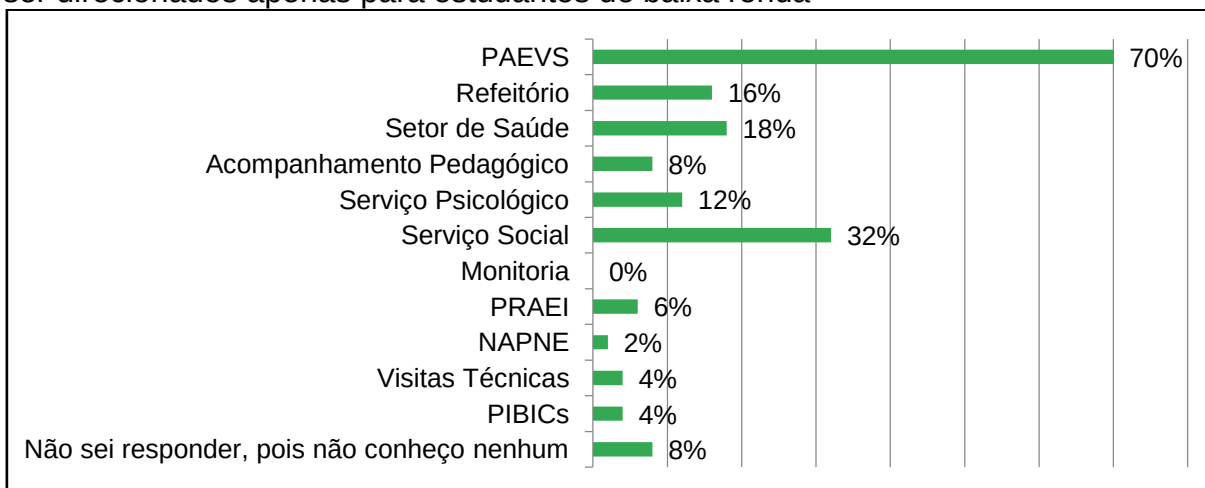
46% dos participantes.

Quanto aos benefícios financeiros ofertados pela POLAE por meio do PAEVS, sejam eles: benefícios Permanente, Atleta, Cultura, Moradia ou Eventual, foram indicados por 56% dos estudantes participantes da pesquisa, o que demonstra a necessidade de mais divulgação dos benefícios, em especial quando partimos da ideia de que, ao citarmos o termo POLAE, a comunidade acadêmica tem como referência os benefícios financeiros, portanto esse percentual revela a necessidade de um conhecimento maior da POLAE como um todo.

Tais percentuais revelados pela pesquisa vão ao encontro da hipótese deste estudo de que os estudantes do IFPI ainda não detêm conhecimento sobre os programas, serviços e ações da POLAE de forma ampla e satisfatória, conhecendo apenas parte dos programas.

Após investigar o conhecimento dos estudantes sobre os programas, serviços e ações previstos na POLAE, foi questionado, por meio da terceira pergunta da pesquisa, quais dos programas, serviços e ações da POLAE relacionados os estudantes consideram ser direcionados apenas para estudantes de baixa renda. Para esta pergunta, foram obtidas as seguintes porcentagens de respostas, sendo importante considerar que era permitido marcar mais de uma opção.

Gráfico 3 – Programas, serviços e ações da POLAE que os estudantes consideram ser direcionados apenas para estudantes de baixa renda



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo (2021).

A partir das respostas, observa-se que os benefícios previstos pelo PAEVS foram indicados em 70% das respostas como sendo voltados apenas aos

estudantes de baixa renda, o que ocorre de fato. Os benefícios: Permanente, Atleta, Cultura, Moradia e Eventual atendem ao que estabelece o Art. 5º do Decreto PNAES nº 7.234/2010 pelo qual devem ser atendidos, prioritariamente, “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio” (BRASIL, 2010a). Essa previsão de prioridade de atendimento tendo por base a renda objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes, conforme indicada no art. 4ª do documento referido pelo qual

as ações de Assistência Estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão escolar decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010a).

Desta forma, o direcionamento dos benefícios financeiros aos estudantes de baixa renda busca

[...] corrigir uma relação desigual de acesso e permanência na escola que, estruturalmente, integra um conjunto de fatores que incidem na esfera da desigualdade socioeconômica historicamente vivenciada pela classe trabalhadora brasileira; isto é, de não ter as condições para acessar espaços aos quais antes não alcançava, sem o apoio da política, incluindo a escola (SOUZA, 2017, p. 145).

O combate à desigualdade nas relações escolares perpassa pela oferta de auxílios financeiros, mas também pela oferta de programas de nivelamento, de alimentação, de moradia e apoio psicossocial, pedagógico e à saúde, que dão suporte aos alunos oriundos de escola pública e de famílias de baixa renda para que permaneçam na escola de forma a superar as dificuldades de adaptação, acompanhamento e sucesso no processo escolar, muito embora ressalte-se que a desigualdade no contexto escolar não é eliminada pela oferta de programas ou ações. Considerando que a desigualdade é inerente à sociedade capitalista e, portanto, constitutiva do processo escolar, o que se propõe é minimizar os obstáculos daqueles que trazem consigo os efeitos da pobreza e buscam superar sua condição social por meio da educação.

Desta forma, embora os benefícios direcionados aos estudantes de baixa renda sejam prioridades na aplicação dos recursos do PNAES e possuam o critério

da renda e vulnerabilidade social, não é adequado reconhecer o atendimento aos discentes de baixa renda apenas pelos benefícios financeiros, pois, segundo Souza (2017), ao se traçar uma linha divisória entre programas assistenciais e programas acadêmicos, restringe-se o social ao aspecto financeiro como uma condição pejorativa e se

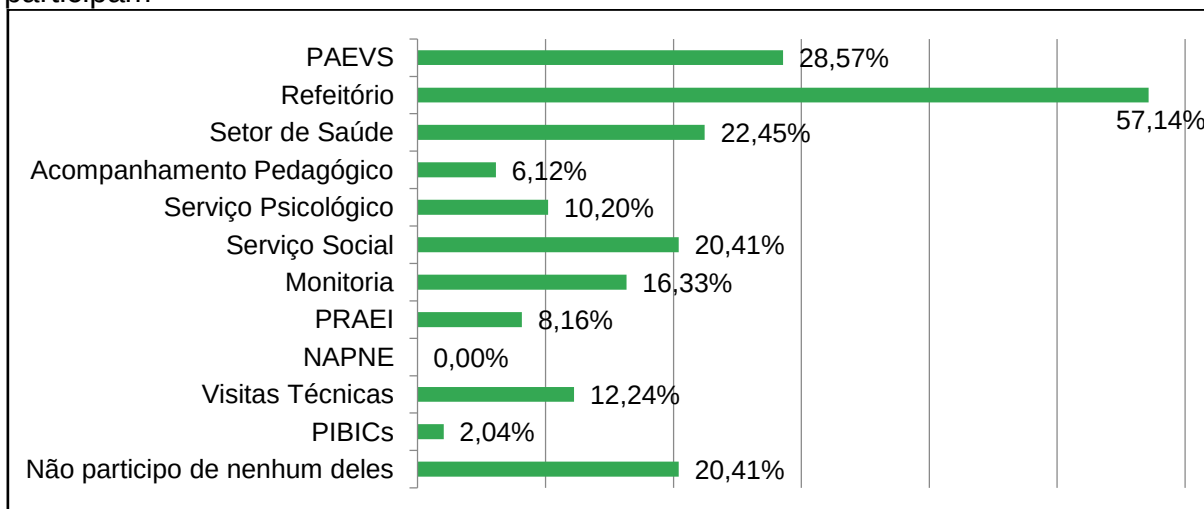
[...] enfraquece a concepção de assistência estudantil e estigmatiza o aluno que recebe esta modalidade de auxílio; pois, este, em paralelo a outro estudante, que tem que passar por um processo de seleção mostrando seus potenciais, tem que provar o seu demérito para merecer o auxílio, reiterando a lógica da desigualdade social (SOUZA, 2017, p. 148).

É importante, pois, considerar que todos os programas previstos na POLAE estão disponíveis aos estudantes matriculados em cursos presenciais regulares do IFPI, do Ensino Técnico Integrado ao Médio à Graduação, porém há a necessidade de equiparar suas condições de permanência ofertando auxílios financeiros aos estudantes em vulnerabilidade social como forma de possibilitar-lhes as mesmas oportunidades de permanência e êxito escolar que os demais possuem.

Observa-se que outros programas e serviços foram indicados pelos estudantes como sendo direcionados apenas para o discente de baixa renda, com destaque para o Serviço Social (32%), o setor de saúde (18%) e o refeitório (16%), muito provavelmente por serem mais procurados por alunos com insuficiência financeira o que leva a essa impressão, demonstrando, mais uma vez, a necessidade de maior conhecimento sobre os programas da POLAE.

Seguindo a análise dos dados, a partir das respostas obtidas dos estudantes ao serem questionados a respeito de quais programas, serviços e ações da POLAE eles participam, foi constatado que, dos estudantes que responderam não participar de nenhum dos programas, serviços e ações, 01 (um) cometeu um equívoco e assinalou não participar de nenhum programa ao tempo em que assinalou também que usufruía do refeitório, demonstrando uma possível distinção entre POLAE e a disponibilidade da alimentação no refeitório. O fato deixa, portanto, essa resposta excluída da análise por apresentar combinações de alternativas que são excludentes entre si. Considerando somente as respostas válidas para esta pergunta, observamos os resultados no gráfico 4.

Gráfico 4 – Programas, serviços e ações da POLAE dos quais os estudantes participam

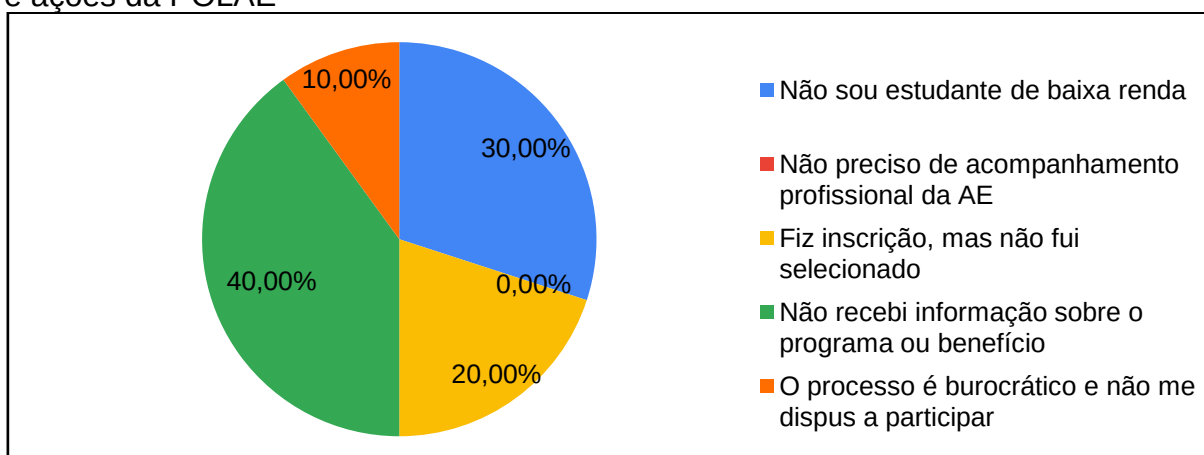


Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo (2021).

Analisando as maiores porcentagens de respostas, verifica-se que 57% dos estudantes respondentes são usuários do refeitório, 28% são beneficiários do PAEVS, 22% usufruem dos serviços ofertados pelo setor de saúde e 20% são acompanhados pelo Serviço Social.

Das respostas obtidas, a que mais interessou a esta pesquisa foi a porcentagem de alunos que responderam não participar de nenhum dos programas, serviços e ações previstas na POLAE, correspondendo a 20,4% dos estudantes, para que fosse possível fazer um cruzamento com as respostas da pergunta seguinte que questionava o motivo pelo qual os estudantes não participavam. As respostas estão indicadas no gráfico 5.

Gráfico 5 – Motivo pelo qual os estudantes não participam dos programas, serviços e ações da POLAE



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo (2021).

Embora a pergunta que originou o gráfico 5 só devesse ser respondida pelo estudante que indicasse na questão anterior que não participava de nenhum programa, serviço ou ação previsto na POLAE, ao ser feito o cruzamento de respostas entre as perguntas que originaram os gráficos 4 e 5, observou-se que 12 alunos que informaram participar de alguma das ações da POLAE, assinalaram na questão seguinte o motivo de não participar. Houve, supostamente, um equívoco ao assinalarem as respostas, mesmo que a pergunta explicitasse que só deveria ser respondida caso o estudante não fosse participante dos programas ofertados pela POLAE. Deste modo, serão consideradas para esta análise apenas as respostas válidas dos alunos que indicaram não participar de nenhum programa, serviço ou ação previstos na POLAE.

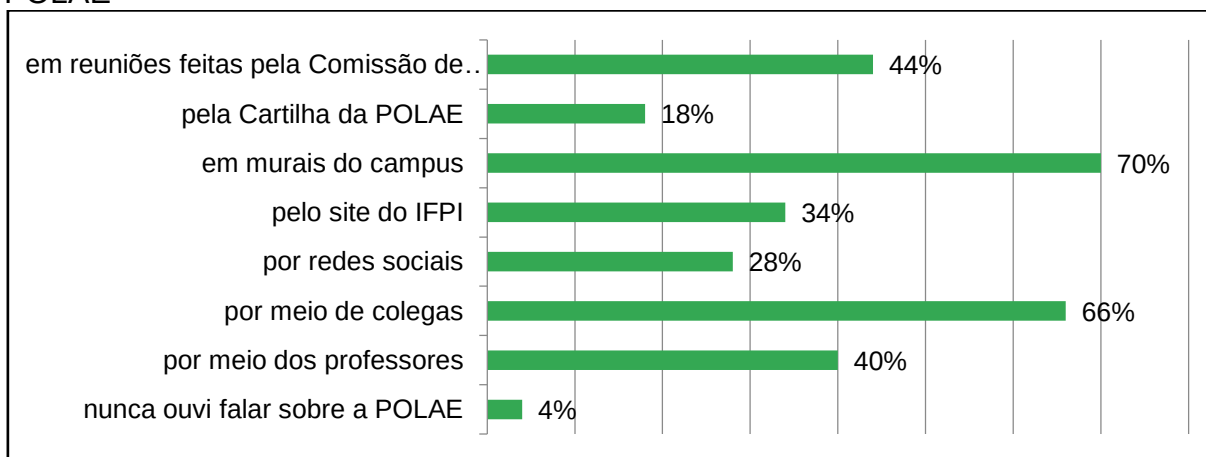
Observa-se, a partir de então, que a maior porcentagem de respostas (40%) indicou que os estudantes não participam dos programas, serviços e ações da POLAE por não terem recebido informações sobre o programa ou benefício. Portanto, mesmo com o trabalho de divulgação da POLAE feito pela CAE, ainda há estudantes que declaram não ter informação sobre a AE, confirmando a hipótese de que ainda há necessidade de ampliar a divulgação da POLAE entre os estudantes para que eles tenham a oportunidade de buscá-los.

Verificou-se ainda que 30% dos respondentes indicaram não participar por não serem estudantes de baixa renda, uma representatividade dos que concebem a Assistência Estudantil como uma política direcionada aos estudantes pobres. Chamou a atenção, porém, a ausência de respostas que indicassem a não participação por não precisarem de acompanhamento profissional ou programa da Assistência Estudantil, o que revela que os estudantes visualizam a amplitude das ações da Assistência Estudantil e compreendem que, de alguma forma, eles precisam ou podem precisar usufruir dos programas, serviços e ações da POLAE.

A partir do objetivo de descrever quais as formas de divulgação da POLAE existentes no âmbito do IFPI, foram adotados dois caminhos: a pesquisa diretamente nos meios de comunicação, acessando as redes sociais do IFPI, cujo resultado será apresentado em item posterior a este, e a pergunta feita diretamente aos estudantes por meio do questionário aplicado, sobre quais eram as formas pelas quais os estudantes têm ou tiveram informações sobre a POLAE com o intuito de verificar quais as formas de divulgação da POLAE mais acessadas pelos estudantes.

A partir da referida pergunta, considerando que poderia ser assinalada mais de uma opção, foram obtidas as seguintes porcentagens de respostas, conforme apresentado no gráfico 6.

Gráfico 6 – Formas pelas quais os estudantes têm ou tiveram informações sobre a POLAE



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo (2021).

Verifica-se pelas respostas a ampla divulgação de informações sobre a POLAE pelos murais do campus, visto que 70% dos estudantes indicaram informar-se sobre a Política por meio deles, constatando-se que se trata de um instrumento de divulgação de bom alcance. Outro percentual de destaque foram os 66% de respostas que indicaram ter obtido informações sobre a POLAE por meio de colegas, o que demonstra a popularidade dos programas, serviços e ações da Assistência Estudantil entre os estudantes.

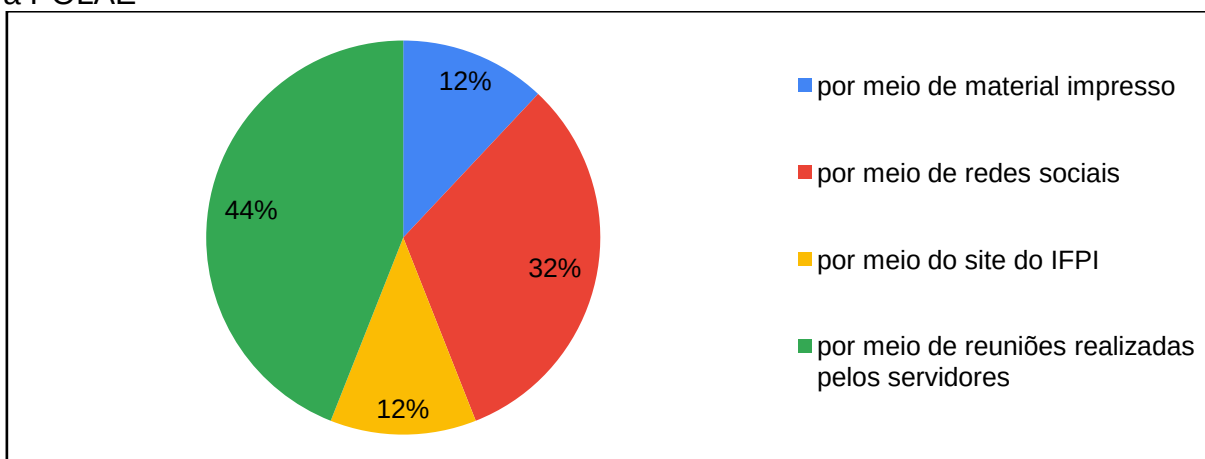
As reuniões feitas pela Comissão de Assistência Estudantil foram assinaladas em 44% das respostas, um percentual menor que as anteriores citadas, supostamente pelo fato de as reuniões não estarem presentes diariamente no cotidiano dos alunos da mesma forma como estão os informes nos murais que são expostos por longos tempos ou as trocas de informações entre os colegas. As reuniões são realizadas periodicamente conforme planejamento dos profissionais os quais se utilizam de outras formas de comunicação com os alunos, entre elas os murais, o site do IFPI, indicado por 34% das respostas e as redes sociais assinaladas num percentual de 28% entre os participantes da pesquisa. Os professores também colaboram na divulgação da POLAE, visto que foram indicados em 40% das respostas.

Embora a Cartilha da POLAE, publicada em 2017, esteja disponível no site do IFPI, apenas 18% das respostas indicaram-na como fonte de informação, o que revela a necessidade de maior divulgação da Cartilha e de alguma ação para facilitar seu acesso, contribuindo com a divulgação das ações da Assistência Estudantil, visto que 4% dos pesquisados indicaram não ter ouvido falar sobre a POLAE.

Tais respostas nos levam a ratificar a hipótese sobre o conhecimento ainda limitado dos estudantes sobre a POLAE e seus programas, serviços e ações, havendo, pois, a necessidade de ampliar as formas de divulgação da Política por meio de um guia, como produto educacional planejado a partir da própria POLAE e levando em consideração a preferência dos alunos pela forma de acesso e pelo formato de apresentação das informações. As preferências foram investigadas por meio das questões 7 e 8 da pesquisa, cujas respostas geraram os gráficos 7 e 8 a seguir.

Com o interesse de investigar quais seriam as melhores formas de acesso às informações sobre a POLAE, para planejamento da elaboração do produto educacional, foi questionado aos estudantes participantes da pesquisa qual seria a melhor forma para receber informações sobre a POLAE. As respostas geraram o gráfico 7.

Gráfico 7 – Melhor forma, segundo os estudantes, para receber informações sobre a POLAE



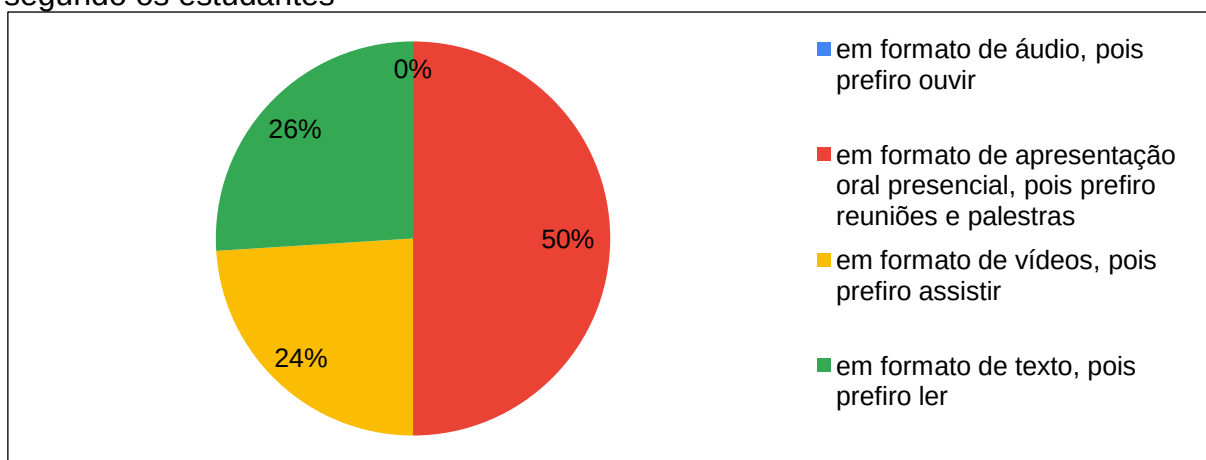
Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo (2021).

Observa-se que as reuniões realizadas pelos servidores estão na preferência dos estudantes, considerando que 44% dos participantes indicaram essa forma de obter informação como a melhor, ao tempo em que 32% apontaram as redes sociais

e 12% assinalaram preferir informações por meio do site do IFPI, ou seja, 44% apreciam informações por mídias e outros 12% indicaram preferir o acesso a informações por meio de material impresso.

Quando se questionou aos estudantes sobre qual seria o melhor formato de apresentação das informações sobre a POLAE, obtiveram-se as seguintes porcentagens indicadas no gráfico 8.

Gráfico 8 – Melhor formato de apresentação das informações sobre a POLAE, segundo os estudantes



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados da pesquisa de campo (2021).

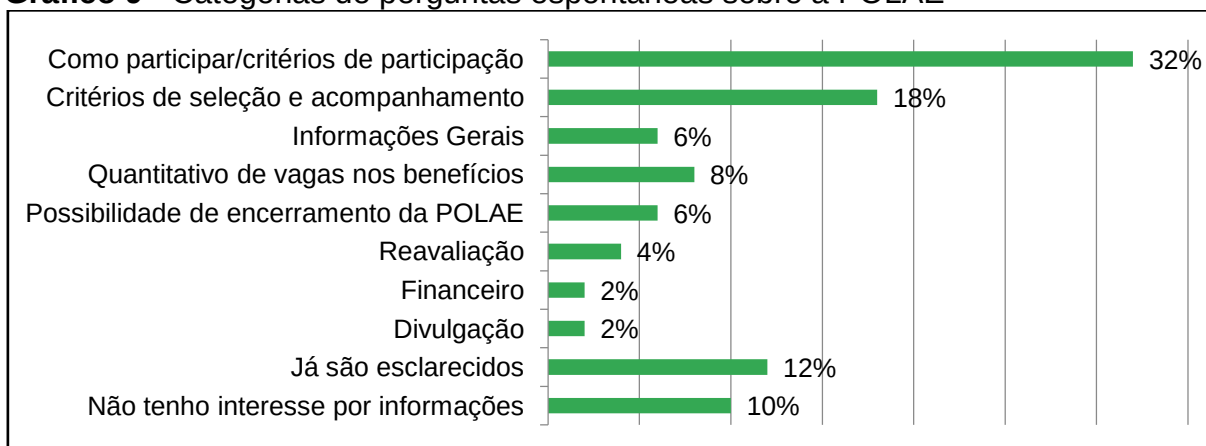
Pela porcentagem, percebe-se a preferência de 50% dos estudantes por apresentações orais presenciais, por meio de reuniões e palestras, demonstrando a importância dada ao contato presencial, ocasião em que podem ser dirimidas as dúvidas em tempo real. A outra metade dos participantes dividiu-se entre a preferência por texto escrito, correspondendo à indicação de 26% dos estudantes, e por vídeos, formato preferido por 24% dos pesquisados. Nenhum dos estudantes assinalou o formato de áudio como sendo de sua preferência para acessar informações sobre a POLAE.

Como última questão da pesquisa, solicitou-se aos participantes que respondessem a uma pergunta aberta sobre o que eles gostariam de saber sobre a POLAE, como forma de coletar possíveis dúvidas ou lacunas sobre a Política que os discentes ainda apresentem o que serviria também para planejamento de conteúdo do produto educacional.

A partir das questões sobre a POLAE apresentadas pelos estudantes e utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), foi possível agrupar as

perguntas tendo por base a temática abordada e organizá-las em 10 categorias conforme apresentadas no gráfico 9.

Gráfico 9 - Categorias de perguntas espontâneas sobre a POLAE



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo (2021).

Observa-se que 32% das perguntas foram direcionadas aos critérios de participação nos programas previstos na POLAE, em especial quanto aos critérios de renda e quanto ao módulo ou período em que alunos podem participar, o que demonstra a necessidade de maior divulgação dessas informações.

Destaque também tiveram as perguntas voltadas para os critérios de seleção dos beneficiários, correspondendo a 18% do total. Tais questionamentos são ainda recorrentes, considerando que o processo de seleção envolve não apenas a análise de renda, mas requer um estudo socioeconômico do estudante e sua família, de competência do(a) Assistente Social. Pelo estudo socioeconômico,

as necessidades trazidas por sujeitos singulares não são mais compreendidas como problemas individuais. [...] são interpretadas como expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista (MIOTO, 2009b, p. 484).

Deste modo, o estudo socioeconômico não se limita à observância de renda, mas são levados em conta ainda os agravantes sociais que acentuam a situação de vulnerabilidade social, tais como: uso de substâncias psicoativas, tratamento de saúde do estudante ou membro da família, as relações familiares, violência doméstica, distância escola-casa, desemprego, entre outras situações identificadas durante o estudo social. Segundo Fávero (2010, p. 42), o estudo socioeconômico

tem “por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional - especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais”. É, portanto, “processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social”, conforme Mito (2009b, p. 488), e esse processo pode não ser bem compreendido por aqueles que não estão envolvidos diretamente.

Entretanto, ressalta-se que 12% dos participantes da pesquisa optaram por não registrar nenhuma pergunta sobre a Política por considerarem-se já esclarecidos sobre a POLAE, e 10% não registraram pergunta, demonstrando desinteresse por informações sobre AE. Na contramão destes, 6% dos estudantes participantes questionaram sobre informações gerais sobre a POLAE, quais sejam: como funcionam os programas ou qual a função da Política, enquanto outros 6% demonstraram preocupação com o encerramento da concessão de benefícios, o que revela uma inquietude quanto à possibilidade de revogação do decreto nº 7.234/2010 e quanto aos cortes orçamentários.

Ainda sobre o orçamento, podem-se agrupar as perguntas direcionadas ao quantitativo de bolsas que podem ser ou são disponibilizadas, correspondendo a 8% dos questionamentos, enquanto que 2% das perguntas referem-se ao receio com o financeiro ao perguntarem sobre a fonte de financiamento dos programas previstos na POLAE.

Dos participantes, 4% demonstraram preocupação com o processo de renovação do benefício, considerando que a POLAE prevê a concessão dos benefícios PAEVS por todo o percurso acadêmico, porém a sua continuidade depende de uma reavaliação socioeconômica anual, bem como do cumprimento, por parte do estudante beneficiário, de alguns condicionantes, como a renda familiar de até 1,5 sm (um salário mínimo e meio), a frequência escolar, o cumprimento dos deveres previstos na Organização Didática do IFPI, a participação em atendimentos multiprofissionais e a busca por serviços de apoio pedagógico, psicossocial. Destaca-se ainda que 2% dos questionamentos requerem a divulgação dos benefícios mais antecipadamente.

Os resultados da pesquisa revelam que uma parcela considerável dos estudantes compreende bem as informações sobre AE e sua política no IFPI, entretanto uma parcela de estudantes, também significativa, que ainda não tem o conhecimento suficiente para buscar os serviços da AE não pode ser ignorada,

sendo, portanto, necessária a ampla divulgação da POLAE não apenas entre os estudantes, mas junto a toda a comunidade acadêmica. Os dados coletados e questionamentos realizados serviram de base para elaboração do conteúdo e do formato do produto educacional dada a importância da construção conjunta de um instrumento de acesso à informação e como forma de conhecimento dos direitos. Em se tratando da Assistência Estudantil, esse acesso é condicionante para a permanência escolar e formação integral dos estudantes.

4.2 Meios de divulgação da Assistência Estudantil no IFPI

Com relação ao objetivo da pesquisa de descrever as formas de divulgação da POLAE existentes no âmbito do IFPI, para que se conheça por quais meios os estudantes podem ter acesso a informações sobre a AE, foi adotada a pesquisa diretamente nos meios de comunicação e redes sociais do IFPI. Segundo o PDI 2020-2024 (IFPI, 2020) e o *site* institucional, atualmente, são: o próprio *site*, *e-mail* institucional; telefone fixo; *Facebook*; *Instagram*; *Twitter* e *Youtube*. Para esta descrição, serão considerados os canais de publicação ao público, excluindo-se o *e-mail* institucional e o telefone fixo.

O *site* do IFPI é o principal meio de comunicação da instituição. Apresenta informações sobre o Instituto, desde sua estrutura organizacional, normativas, acesso aos sistemas institucionais, seus campi e cursos oferecidos, até seus programas e ações, notícias e demais informações para a comunidade acadêmica e para a sociedade. Ao acessar o *site*, localiza-se o *link* que dá acesso à página da Assistência Estudantil (<https://www.ifpi.edu.br/area-do-estudante/assistencia-estudantil>). Nesse espaço, a comunidade acadêmica tem acesso a informações sobre a POLAE, como a Resolução que regulamenta a POLAE, a Cartilha, seus programas e gestão, podendo ainda ser disponibilizados os editais de seleção do PAEVS e o *link* ao questionário socioeconômico educacional aplicado pelos *campi*. Ressalta-se que as informações sobre a AE são disponibilizadas na referida página apenas no formato de texto escrito.

Ao fazer o levantamento das redes sociais do IFPI, é possível destacar o *Instagram* (<https://www.instagram.com/ifpiaui/>), o *Twitter* (<https://twitter.com/ifpiaui/>) e o *Facebook* (<https://www.facebook.com/ifpiaui/>), como redes sociais utilizadas para publicizar as ações da POLAE. Nesses perfis, são divulgados os editais lançados, os

resultados de seleção, convocação para reavaliação de benefícios, ações socioeducativas, entre outras atividades, servindo, portanto, de meios para que os estudantes se atualizem sobre as ações da POLAE, ressaltando que o canal *YouTube* (<https://www.youtube.com/user/tvifpiaui>) pode também ser utilizado para publicação de vídeos sobre as ações da Assistência Estudantil.

Paralelo aos meios de comunicação oficiais do IFPI, outras formas de divulgação das ações da Assistência Estudantil a que os profissionais recorrem são: o aplicativo de mensagem, meio mais instantâneo de contato com os alunos, e os murais do *campus* que dão um alcance maior aos estudantes que não possuem o hábito de acessar as redes sociais. Além dessas formas, as reuniões e atendimentos presenciais são momentos de grande importância em que equipe e comunidade acadêmica interagem em tempo real com oportunidade de informes e esclarecimentos. Os meios de comunicação do IFPI constituem, portanto, instrumentos de divulgação das ações da Assistência Estudantil, sendo importantes para o acesso às informações por parte da comunidade acadêmica, contribuindo para oportunizar o acesso ao direito.

Foi observado, ainda, que as publicações sobre AE dão destaque para editais e divulgação de resultados de seleção, além de notícias de ações promovidas pelas equipes multiprofissionais, publicações imprescindíveis para a concretização do objetivo de divulgar a POLAE.

No entanto, observa-se que os programas, serviços e ações da POLAE, seus formatos e critérios são divulgados de forma completa apenas no *site* institucional no qual são disponibilizados o próprio documento da Política, sua Cartilha e informações gerais no formato texto escrito.

Deste modo, os meios de divulgação da Assistência Estudantil no IFPI são importantes aliados para a propagação de informações sobre a POLAE. Entretanto, apesar dessas formas de divulgação exercerem um papel fundamental, revela-se a importância da elaboração de um guia da POLAE por meio do qual estarão concentradas todas as informações sobre os programas, serviços e ações da Política apresentadas de forma direcionada e em formatos diversificados que contemplem o interesse da comunidade acadêmica. A proposta de um Guia da POLAE, portanto, é de que a Assistência Estudantil tenha um espaço de mídia próprio com diversidade de formatos de apresentação de informações e que se torne referência para a comunidade acadêmica.

5 O PRODUTO EDUCACIONAL – GUIA DA POLAE

Neste item são relatados os processos de concepção, planejamento e produção do Guia da POLAE, bem como apresentado o produto por meio de sua descrição.

5.1 Concepção, planejamento e produção do guia

O Guia da POLAE, enquanto produto educacional oriundo da pesquisa em questão e exigência deste Programa de Mestrado Profissional, foi concebido a partir da hipótese desta pesquisa de que os estudantes do IFPI não possuem conhecimento satisfatório sobre a POLAE, havendo, portanto, necessidade de ampliar as formas de divulgação da referida Política. Por conseguinte, o Guia foi idealizado com o propósito de ser divulgado junto à comunidade acadêmica, em especial ao estudante, por meio das Comissões de Assistência Estudantil, dos meios de comunicação do IFPI ou pelos próprios estudantes.

Com a divulgação, o guia tornar-se-á instrumento para a promoção dos programas, serviços e ações e das formas de acesso à AE de modo a diminuir as possíveis lacunas de conhecimento sobre a Política e de incentivo à busca da Assistência Estudantil pelos estudantes. O Guia, portanto, pode contribuir com o processo de ensino e aprendizagem e a permanência acadêmica com qualidade do discente, visto que o aumento da busca e o acesso às ações da POLAE podem influenciar no desempenho dos estudantes durante seu percurso acadêmico e com sua formação integral.

A relevância do Guia está no fato de que o acesso a informações é caminho para o acesso a direitos, portanto a socialização de informações sobre a POLAE, no âmbito do IFPI, traz a perspectiva de propiciar aos discentes a possibilidade de conhecer seus programas, serviços e ações, estando essa socialização de informações, conforme Miotto (2009a, p. 502), “pautada no compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental de cidadania”, sendo que

o direito à informação não está restrito apenas ao conhecimento dos direitos e do legalmente instituído nas políticas sociais. Inclui-se o direito dos usuários de usufruírem de todo conhecimento socialmente produzido, especialmente daqueles gerados no campo da ciência e

da tecnologia, necessário para a melhoria das condições e qualidade de vida ou para que os usuários possam acessar determinados bens ou serviços em situações específicas (MIOTO, 2009a, pp. 502/503).

Desta forma, pensou-se que a ampla divulgação da POLAE por meio de um produto educacional se fizesse necessária para a sua efetiva contribuição para o processo de ensino e aprendizagem e a permanência escolar, na perspectiva de formação integral do estudante da EPT desenvolvida no IFPI que, segundo Pacheco (2020, 11), é “inseparável da educação técnica e tecnológica” e “princípio educativo básico e identidade fundante dos IFs” e que, conforme Moura (2013) e Ciavatta (2014), é o caminho para a formação crítica e emancipatória, evitando a formação apenas técnico-científica.

Ademais, como justificativa para esse produto, atrelou-se à compreensão da importância da POLAE, como instrumento de formação integral do estudante, o trabalho da pesquisadora, enquanto servidora do IFPI, desenvolvido junto à Política, sendo, pois, necessária e fundamental para o trabalho das Comissões de Assistência Estudantil, sua ampla divulgação de formas diversificadas.

O planejamento do Guia levou em consideração a orientação de Kaplún (2003), segundo o qual, um objeto educativo proporciona informação e deve facilitar ou apoiar o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, de mudança ou enriquecimento acadêmico. A divulgação da POLAE possibilita, conseqüentemente, a melhoria das condições e a qualidade acadêmica e de vida do estudante.

Ainda baseado em Kaplún (2003), o planejamento do Guia considerou, ainda, os eixos sobre os quais um material educativo deve se fundamentar:

a) o eixo conceitual – que envolve a definição dos temas abordados e procura atender as necessidades e interesses do público. Para isso, o Guia foi planejado tendo por base o documento POLAE e a sua Cartilha, bem como os dados coletados na pesquisa de campo observando as lacunas de conhecimento dos estudantes sobre a Política, de modo a considerar os interesses do público destinatário;

b) o eixo pedagógico – que corresponde ao caminho proposto, à apresentação dos conceitos, construção e discussão de ideias. Nesse caso, o Guia é pensado como um instrumento de divulgação de informações, como forma de construção e desconstrução de ideias sobre a AE;

c) o eixo comunicacional – é a concretização do material, o modo de apresentação do produto e de se comunicar com o público. Para isso, o Guia foi

planejado com a intenção de disponibilizar a toda a comunidade acadêmica, em especial, o estudante, informações sobre os programas, serviços e ações previstos na POLAE em diversos formatos pelos quais fosse possível manter uma relação próxima com o público-alvo.

Planejou-se um material em mídia, por considerar que, com a expansão da tecnologia, novos comportamentos se contrapõem aos antigos, conforme Sibilia (2012) e esse novo modo de ser e estar no mundo tem reflexo na escola. Portanto, no contexto educacional, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) têm seu espaço cada vez mais ampliado e a integração da escola com multimídia permite a

dinamização e ampliação das habilidades cognitivas, devido à riqueza de objetos e sujeitos com os quais permitem interagir; a possibilidade de extensão da memória e de atuação em rede; ocorre a democratização de espaços e ferramentas, pois estas facilitam o compartilhamento de saberes, a vivência colaborativa (SERAFIM; SOUSA, 2011, p. 22).

Tal interação possibilita, portanto, melhor gerenciamento do tempo, agilidade na comunicação entre os sujeitos, especialmente quando o público destinatário do material se trata de jovens e adultos cotidianamente imersos na tecnologia e nas mídias. Com a tecnologia ao seu alcance, a qualquer momento, o jovem da sociedade contemporânea requer recursos de mídia, de comunicação em rede, de conexão com o mundo e compartilhamento rápido de informações. Esse consumo midiático foi confirmado na pesquisa de campo, quando, por meio do questionário aplicado, 44% dos estudantes indicaram preferir receber informações por meio de mídia, seja pelas redes sociais (32%), seja por meio do site do IFPI (12%), inclusive, 62% das respostas informaram ter acessado informações sobre a POLAE por meio de mídia, por meio do site do IFPI (34%) ou das redes sociais (28%).

A partir do objetivo de ampla divulgação dos programas, serviços e ações da POLAE, optou-se pelo Guia em formato de mídia, apresentando as informações sobre a Política em formatos diversificados. São disponibilizados no Guia: vídeos, *podcasts*, textos explicativos escritos, bem como os documentos que originaram as informações do Guia, como o PNAES, a Cartilha da POLAE e a própria Política para que o estudante acesse as informações no formato de sua preferência. A pesquisa indicou variação de preferência por formatos quando 26% dos estudantes

apontaram preferir acessar informações por texto escrito, ao tempo em que 24% dos pesquisados preferiram o formato de vídeos.

Desta forma, o produto foi planejado para diversificar as formas de divulgação da POLAE, com o propósito de tornar-se um instrumento acessível e de maior praticidade na busca de informações sobre a Assistência Estudantil, de modo que o próprio estudante percorra o guia acessando os *links* disponíveis que o levem para a informação que ele deseja ou precisa.

Com o formato do guia definido, deu-se início à elaboração do conteúdo dos vídeos e textos que o comporiam, adotando linguagem clara, simples e cotidiana. A organização da estrutura e apresentação visual do produto foi planejada de modo a direcionar o caminho que o estudante pudesse percorrer de acordo com seu interesse de informação, preferência por formato de apresentação ou conforme a organização interna dos programas da POLAE.

Para a elaboração do Guia, a autora contou com a parceria da Diretora de Assistência Estudantil que intermediou contatos e ainda concedeu a entrevista sobre a POLAE para ser disponibilizada no Guia. Houve, também, a colaboração de profissionais do IFPI que desenvolvem ações de Assistência Estudantil - Assistente Social, Auxiliar de Enfermagem, Pedagoga e Psicóloga - as quais se disponibilizaram para gravar vídeos que explanassem os serviços e ações profissionais oferecidos aos estudantes do IFPI. Para a produção do Guia, ressalta-se, ainda, a parceria com a Diretoria de Comunicação do IFPI (DIRCOM) ao colaborar com o produto, realizando a criação do site no qual foi disponibilizado o Guia e produzindo a entrevista com a Diretora de Assistência Estudantil.

5.2 Apresentação do produto

O Guia, inicialmente planejado em formato de livreto em mídia, está disponibilizado, em sua versão final, em formato de *site*, por ser mais dinâmico e mais prático, já que não há a necessidade de deslizar entre páginas, bastando apenas um *click* para acessar o conteúdo desejado. Além disso, pode ser acessado sem necessidade de fazer a transferência do arquivo para o dispositivo.

Ressalta-se que, embora já exista a página da Assistência Estudantil locada no site do IFPI, as informações disponibilizadas são generalizadas e em formato de texto escrito. Desta forma, além de diversificar o formato das informações

apresentadas, intenciona-se com o guia em formato de *site* que a Assistência Estudantil tenha um espaço de mídia próprio e que se torne referência para toda a comunidade acadêmica na busca por informações sobre a POLAE.

Todo o guia, portanto, foi planejado de modo que toda a comunidade acadêmica pudesse ter acesso às informações da POLAE pela forma que fosse mais conveniente, sendo disponibilizadas informações em formato de vídeos legendados, de texto escrito e de áudio.

O Guia da POLAE é acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://sites.ifpi.edu.br/guiapolae/> ou por QRCode¹⁰, e está estruturado em 14 (quatorze) páginas que se apresentam agrupadas em 06 (seis) abas, sendo elas: Início, Sobre o Guia, Documentos Base, Dúvidas, Publicações e Contatos (vide figura 1)

Figura 1 - Abas do Guia da POLAE



Fonte: Guia da POLAE (IFPI, 2021c).

As informações no Guia da POLAE foram organizadas de modo a dar destaque na página inicial do *site* aos “Programas da POLAE”, pois é o conteúdo de maior interesse e dúvida dos estudantes, considerando o resultado dos dados coletados durante a pesquisa. Ainda na página inicial do Guia, são encontrados os *links* “Acompanhamento Profissional” e “Conversa sobre a POLAE”, conforme demonstra a figura 2.

¹⁰ QRCode do Produto educacional – Guia da POLAE:

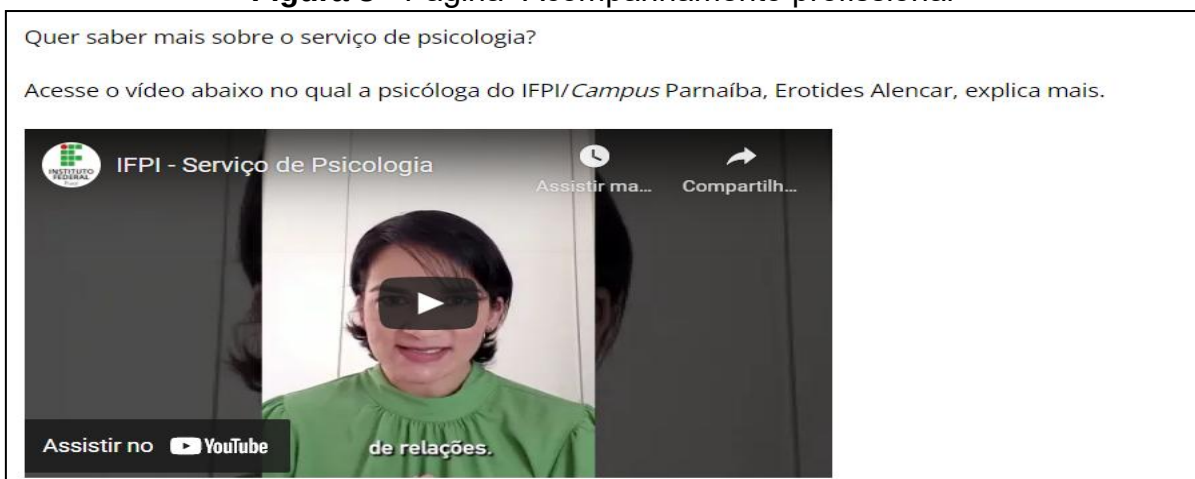


Figura 2 - Página inicial do Guia da POLAE

Fonte: Guia da POLAE (IFPI, 2021c).

Ao clicar em “Programas POLAE”, há uma breve apresentação em formato de *post* dos 02 (dois) programas que compõem a Política para, em seguida, serem apresentados os Programas Universais e PAEVS por meio de *posts* e com maiores detalhes em formato de texto escrito por meio do acesso à Cartilha da POLAE (disponibilizado em *link*).

Ainda na aba “Início”, o *link* “Acompanhamento Profissional” (vide figura 3) traz vídeos de profissionais que compõem a Comissão de Assistência Estudantil de seus campi, apresentando os serviços profissionais disponíveis e como acessá-los. São vídeos sobre o serviço de Psicologia, o Serviço Social, o setor de Saúde e o acompanhamento da Equipe Pedagógica.

Figura 3 - Página “Acompanhamento profissional”

Fonte: Guia da POLAE (IFPI, 2021c).

O terceiro link disponível na aba “Início” apresenta uma entrevista com a Diretora de Assistência Estudantil, Zilda de Brito Lima, em formato de *podcast*, na qual são esclarecidas as principais dúvidas dos estudantes coletadas durante a pesquisa e também no cotidiano profissional, conforme demonstra a figura 4.

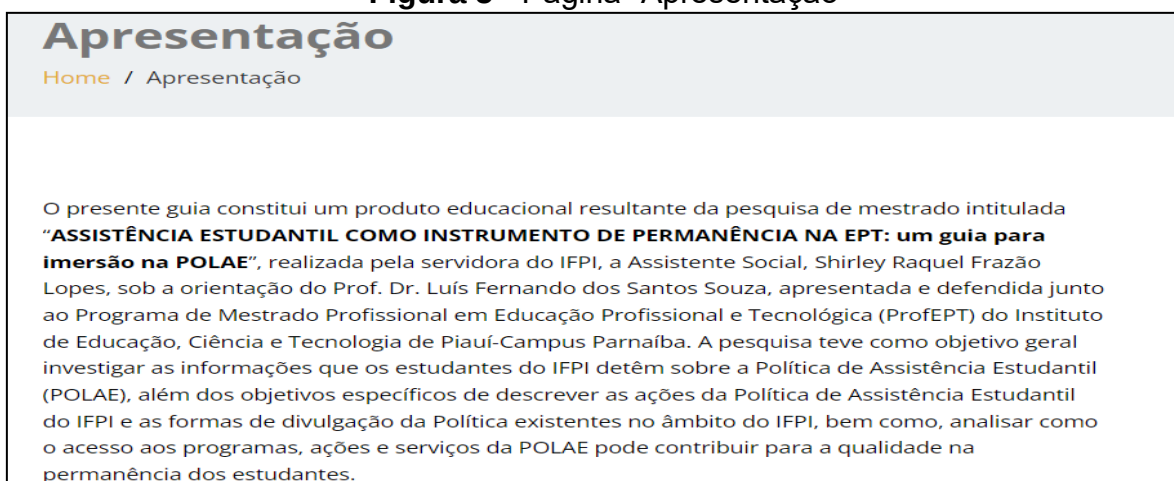
Figura 4 - Página “Conversa sobre a POLAE”



Fonte: Guia da POLAE (IFPI, 2021c).

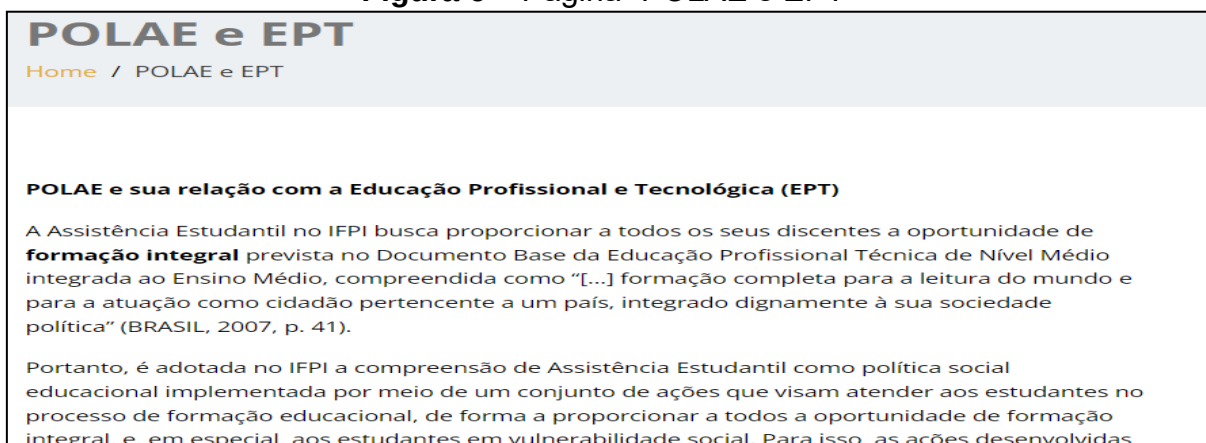
Na aba “Sobre o Guia”, há 03 (três) páginas: “Apresentação”, “POLAE e EPT” e “Agradecimentos”. Nesses campos, o estudante acessa informações sobre a origem e os objetivos do Guia, enquanto produto educacional, compreende a relação da POLAE com a EPT e sua contribuição para a permanência escolar com qualidade do aluno da EPT, bem como se informa sobre os servidores e setores do IFPI que contribuíram com o planejamento e produção do Guia.

Figura 5 - Página “Apresentação”



Fonte: Guia da POLAE (IFPI, 2021c).

Figura 6 – Página “POLAE e EPT”



POLAE e EPT
Home / POLAE e EPT

POLAE e sua relação com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

A Assistência Estudantil no IFPI busca proporcionar a todos os seus discentes a oportunidade de **formação integral** prevista no Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio, compreendida como “[...] formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (BRASIL, 2007, p. 41).

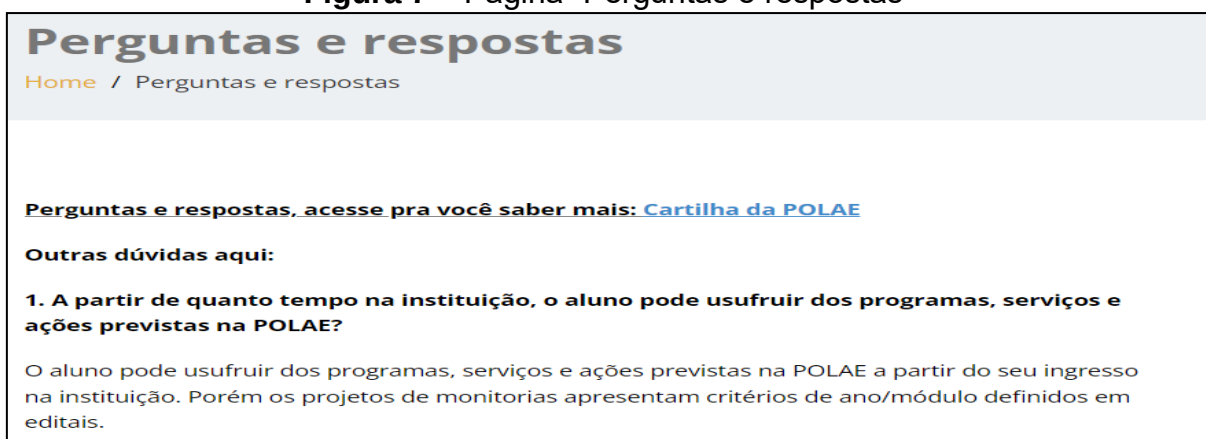
Portanto, é adotada no IFPI a compreensão de Assistência Estudantil como política social educacional implementada por meio de um conjunto de ações que visam atender aos estudantes no processo de formação educacional, de forma a proporcionar a todos a oportunidade de formação integral, e, em especial, aos estudantes em vulnerabilidade social. Para isso, as ações desenvolvidas

Fonte: Guia da POLAE (IFPI, 2021c).

Na aba “Documentos Base”, são disponibilizados os documentos que embasam as ações da Assistência Estudantil no IFPI. Por meio da página “POLAE Documento”, o estudante tem acesso ao texto da POLAE na sua íntegra, enquanto que, na aba “Cartilha”, há o *link* que leva a uma publicação que apresenta a POLAE de forma resumida e em texto escrito. Nessa aba, o estudante ainda pode acessar o Decreto PNAES que embasa a Assistência Estudantil no país.

Quanto à aba “Dúvidas”, é possível acessar a página de “perguntas e respostas”, observada na figura 7, na qual há, além do link de acesso à Cartilha da POLAE onde consta uma seção com as perguntas mais recorrentes sobre a Assistência Estudantil, uma relação dos questionamentos que os estudantes participantes da pesquisa fizeram sobre a Assistência Estudantil com suas respectivas respostas. Na aba, ainda é possível realizar um *quiz* sobre a POLAE, como uma forma lúdica de testar os conhecimentos (figura 8).

Figura 7 – Página “Perguntas e respostas”



Perguntas e respostas
Home / Perguntas e respostas

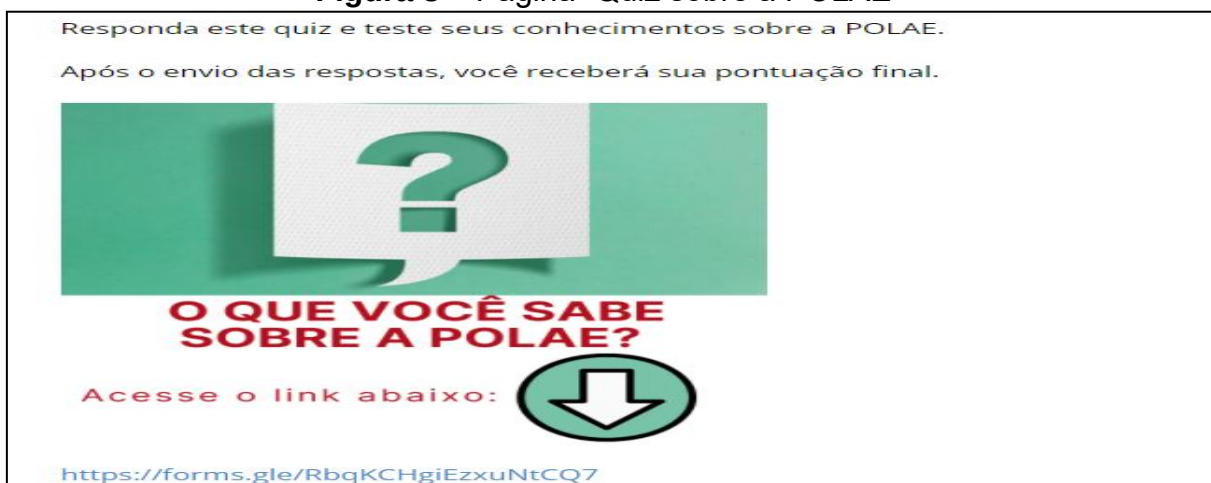
Perguntas e respostas, acesse pra você saber mais: [Cartilha da POLAE](#)

Outras dúvidas aqui:

1. A partir de quanto tempo na instituição, o aluno pode usufruir dos programas, serviços e ações previstas na POLAE?

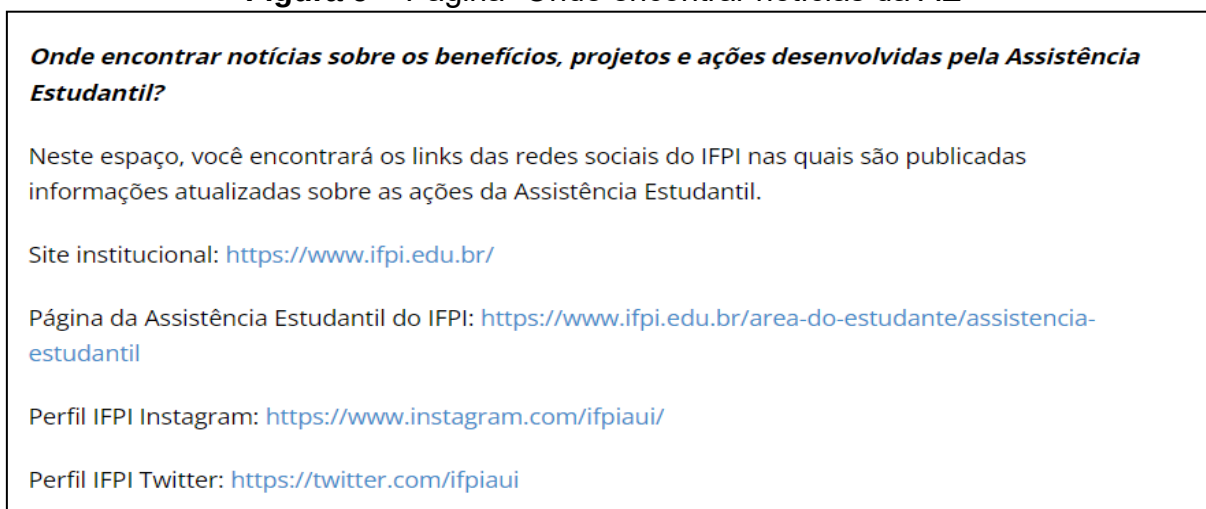
O aluno pode usufruir dos programas, serviços e ações previstas na POLAE a partir do seu ingresso na instituição. Porém os projetos de monitorias apresentam critérios de ano/módulo definidos em editais.

Fonte: Guia da POLAE (IFPI, 2021c).

Figura 8 – Página “Quiz sobre a POLAE”

Fonte: Guia da POLAE (IFPI, 2021c).

Com o nome de “Publicações”, encontra-se a aba onde são disponibilizados os *links* de acesso às redes sociais do IFPI, espaços em que são publicados informes sobre a Assistência Estudantil atualizados de forma cotidiana (vide figura 9).

Figura 9 – Página “Onde encontrar notícias da AE”

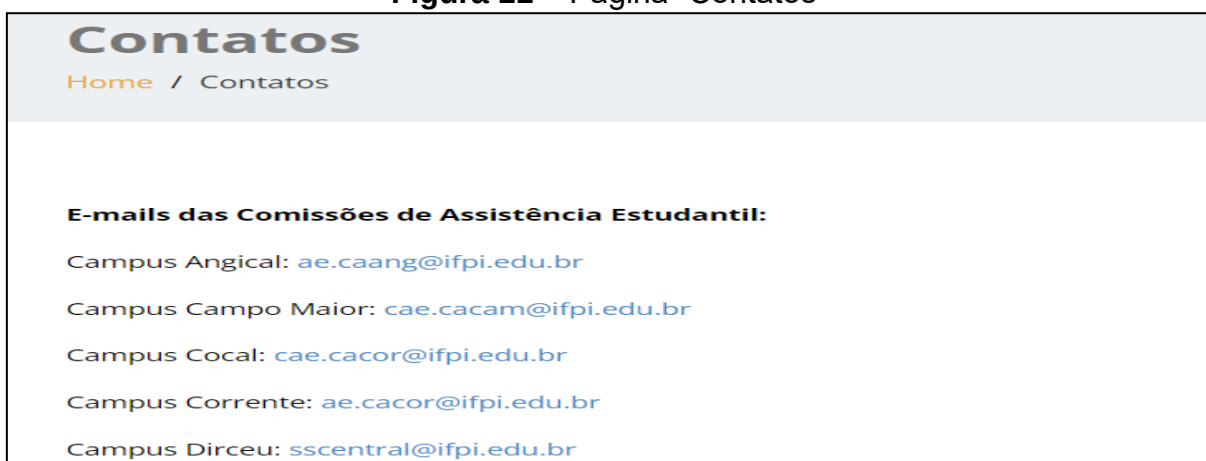
Fonte: Guia da POLAE (IFPI, 2021c).

Os informes também estão disponíveis com maior destaque dentro do guia no espaço denominado “notícias”, localizado na parte inferior da sua página inicial, conforme apresentado na figura 10. Nessa área, manchetes chamam a atenção para as notícias mais recentes sobre a AE as quais podem ser acessadas também por um *link* que nos leva para a informação completa locada no *site* institucional.

Figura 10 – Espaço “Notícias”

Fonte: Guia da POLAE (IFPI, 2021c).

A última aba do Guia é chamada “Contatos” e são apresentados os endereços eletrônicos das Comissões de Assistência Estudantil de cada campus do IFPI. Os endereços eletrônicos são mais uma forma de a comunidade acadêmica entrar em contato com membros das CAEs nos campi.

Figura 11 – Página “Contatos”

Fonte: Guia da POLAE (IFPI, 2021c).

Todo o guia foi planejado de modo que a comunidade acadêmica tivesse acesso a esclarecimentos sobre a POLAE, por meio de informações regulares (organização dos programas e ações) ou dinâmicas (lançamento de editais, resultados de seleção), de formas diversificadas e com praticidade e que pudessem ser divulgadas não apenas pelas CAEs, mas também por todos os servidores e pelos próprios estudantes por meio do compartilhamento do *link* e do QRCode.

5.3 Avaliação do produto

A avaliação do produto educacional é uma etapa importante do processo do mestrado profissional, considerando que o produto é planejado a partir dos interesses do público-alvo, conforme Kaplún (2003). No caso do Guia da POLAE, fez-se necessário que os estudantes participantes da pesquisa e que serão também os discentes que poderão acessar para obter informações sobre a POLAE o avaliassem.

Por se tratar de um Guia em formato de site, elaborado com o objetivo de propagar informações sobre a POLAE a toda a comunidade acadêmica do IFPI, sem que fosse necessária a previsão de nenhuma situação, momento ou grupo específico para divulgá-lo, foi possível que o produto fosse avaliado mesmo em situação de pandemia, visto que foi apresentado de forma remota por meio do envio do seu *link* aos estudantes que participaram da pesquisa e colaboraram para sua elaboração.

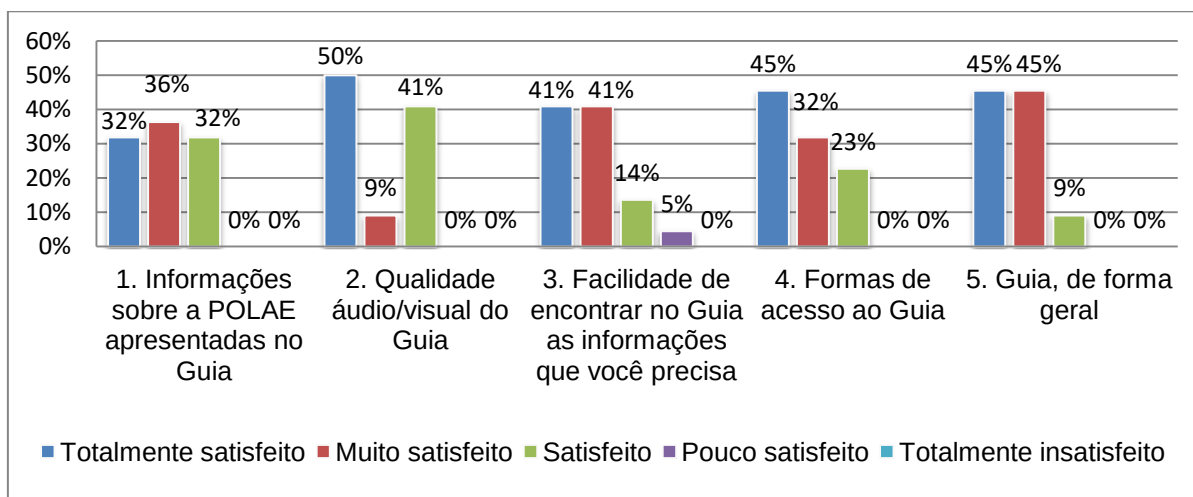
O Guia foi enviado acompanhado de um questionário *online* de avaliação baseado na escala *Likert*, visto que o formato permite que o participante indique a sua satisfação em relação ao produto, emitindo também a intensidade da sua percepção. Tem como vantagens a facilidade de construir e manusear perguntas e respostas, segundo Frankenthal (2021), por ser de fácil compreensão e praticidade de uso no meio digital. Por meio do questionário, os estudantes foram convidados a avaliar o produto quanto a sua clareza, sua praticidade e seu alcance, objetivando verificar sua aceitação junto aos destinatários.

Portanto, o questionário de avaliação que acompanha o Guia, composto por 5 perguntas fechadas, foi elaborado tendo por base componentes sugeridos por Ruiz *et al.* (2014), para avaliação de materiais educativos, observando-se a atração, a compreensão e a aceitação. As perguntas que compuseram a avaliação possuíam respostas que revelavam a satisfação do estudante quanto às informações apresentadas, à qualidade audiovisual do conteúdo, à facilidade de localizar as informações, às formas de acesso ao Guia e sua satisfação com relação ao Guia, de forma geral.

Para essa avaliação, foram feitas tentativas de contato com os mesmos 50 estudantes que participaram da pesquisa, porém o contato foi bem sucedido com

somente 32 deles, dos quais apenas 22 responderam ao questionário de avaliação. O resultado da avaliação é apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 10 – Avaliação do produto educacional “Guia da POLAE”



Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de avaliação do produto (2021).

A partir das respostas registradas, observa-se que o nível predominante de satisfação dos estudantes quanto ao Guia da POLAE variou entre “totalmente satisfeito”, “muito satisfeito” e “satisfeito”, com porcentagens equilibradas, não sendo registrada nenhuma resposta que revelasse insatisfação em relação ao produto.

Deste modo, a partir do resultado das avaliações, é possível considerar que o produto tem potencial para alcançar o objetivo a que se propõe. A satisfação quanto às informações apresentadas, à facilidade de localizar as informações e à forma de acesso demonstra que o Guia da POLAE, sendo amplamente divulgado, possibilita à comunidade acadêmica a aproximação e a praticidade do acesso a informações sobre a AE em diferentes formatos em um só produto, o que faz o diferencial se comparado às outras formas de divulgação da POLAE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre a POLAE resultou em três pontos principais de discussão: a relação da Assistência Estudantil com a Educação Profissional e Tecnológica, a contribuição da POLAE para a permanência escolar com qualidade e o acesso às informações e concepções dos estudantes do IFPI sobre a POLAE. Construindo o estudo embasado em referenciais teóricos e em pesquisa de campo, essas pautas de discussão levaram, ainda, à concepção, planejamento e construção do produto educacional que objetiva ampliar o acesso dos estudantes a informações sobre a POLAE na perspectiva de incentivar a busca pela Assistência Estudantil e possibilitar condições de permanência com qualidade no percurso acadêmico. Desta forma, faz-se importante o resgate dos dados coletados na pesquisa e de suas discussões, como forma de analisar se os objetivos que foram propostos no início do estudo foram alcançados, sendo importante reapresentá-los neste momento para se traçar um paralelo com os resultados da pesquisa.

O objetivo geral da pesquisa era analisar como o acesso aos programas, serviços e ações da Política de Assistência Estudantil do IFPI pode contribuir para a qualidade na permanência dos estudantes. Por meio de pesquisa bibliográfica, foram destacadas as possibilidades de contribuição de cada um dos programas da POLAE para a qualidade da permanência dos estudantes a partir de seu acesso. Quanto aos objetivos específicos, o primeiro consistia em descrever as ações da Política de Assistência Estudantil do IFPI. O objetivo foi alcançado, a partir de pesquisa documental.

Para alcançar o segundo objetivo específico: investigar as informações que os estudantes do IFPI detêm sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPI e as formas de divulgação da Política existentes no âmbito do IFPI, foi realizada a pesquisa de campo e, a partir do questionário aplicado junto a uma amostra de estudantes, foram obtidos dados que demonstram a concepção que os discentes têm sobre a POLAE, sobre os programas, serviços, ações, abrangência e critérios da Política conhecidos pelos discentes, bem como sua participação em programas, serviços e ações previstos na POLAE, o que possibilitou uma visão geral das informações às quais os estudantes têm acesso. Foi possível observar, com isso, a ocorrência de respostas que indicavam equívocos de informações sobre a POLAE por parte dos estudantes, bem como o desconhecimento total sobre a POLAE por

uma parcela dos respondentes da pesquisa. Sendo assim, a partir da análise das respostas assinaladas pelos estudantes participantes da pesquisa, alcançou-se um dos objetivos específicos, bem como confirmou-se a hipótese de que os estudantes do IFPI não possuem amplo e satisfatório conhecimento sobre a POLAE.

Quanto à parte do segundo objetivo referente à pesquisa sobre as formas de divulgação da POLAE existentes no âmbito do IFPI, ela foi alcançada por duas vias: pelo questionário aplicado junto aos estudantes quando lhes foi perguntado sobre as formas pelas quais têm ou tiveram informações sobre a POLAE e pela pesquisa sobre as formas de divulgação da POLAE, o que revelou que as ações da POLAE são bem divulgadas pelos meios de comunicação do IFPI. Entretanto observou-se que as publicações sobre AE são voltadas para as ações atuais, não sendo reforçadas informações sobre a forma como está organizada a POLAE.

O terceiro objetivo específico tratava da elaboração de um produto educacional por meio do qual serão divulgados, a partir de agora, os programas, serviços e ações da POLAE no IFPI, de modo que incentive a sua busca e o acesso pelos estudantes. Este objetivo foi alcançado por meio da produção do Guia da POLAE apresentado como produto educacional, tendo sido resultado de pesquisa documental junto à POLAE, de pesquisa junto aos meios de comunicação do IFPI e das respostas obtidas a partir do questionário aplicado na pesquisa sobre a melhor forma de receber informações sobre a Política e o melhor formato de apresentação dessas informações. O produto contribuirá, portanto, para diversificar as formas de divulgação da POLAE, no intuito de ser um meio acessível e de maior praticidade na busca de informações.

Desta forma, o estudo apresenta subsídios para o replanejamento de ações de divulgação da POLAE, servindo também como fonte de pesquisa sobre a Assistência Estudantil, seu histórico e suas concepções. O estudo poderá, também, embasar futuras pesquisas referentes ao impacto da maior divulgação da POLAE entre a comunidade acadêmica, bem como estudos que foquem em cada um dos programas, serviços e ações da POLAE, considerando que a Assistência Estudantil é instrumento de permanência e êxito escolar ao possibilitar a todos os discentes a oportunidade de acesso ao acompanhamento pedagógico, alimentação, acompanhamento psicossocial e à saúde, entre outras ações, sendo promissor o estudo sobre o impacto desses serviços junto ao desempenho do alunado.

Não podemos olvidar, entretanto, que a disponibilidade limitada de recursos é uma das maiores dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento das ações da Assistência Estudantil, especialmente no atendimento ao aluno com auxílios pecuniários. O número de beneficiários é reduzido diante de uma enorme demanda que requer benefícios, reprimindo a perspectiva de igualdade de oportunidades a todos, por meio de um processo seletivo pelo qual poucos são atendidos em detrimento de muitos igualmente demandantes.

Conclui-se, portanto, que a POLAE por meio de seus programas, serviços e ações é instrumento de permanência e de formação do ser humano na sua integralidade, ao possibilitar o atendimento ao estudante nos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e desportivos e instigar o acesso ao conhecimento técnico, científico e cultural. Essas ações permitem a formação para o trabalho de forma emancipadora a partir da compreensão do trabalho como princípio educativo, sendo necessário, para isso, uma ampla divulgação, como forma de possibilitar oportunidades de acesso aos programas da POLAE.

A POLAE, conforme sua definição, visa garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico. Entretanto ressalta-se que essa Política não é a única via de permanência escolar, nem tampouco de formação integral sendo, portanto, mais um instrumento de viabilização do direito à educação com qualidade em conjunto com outros elementos estruturais e humanos que a instituição disponibiliza que devem ser direcionados para a promoção da formação humana omnilateral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2007. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da Assistência Estudantil nas universidades brasileiras**. Consultoria Legislativa. Brasília, DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/2011_4354.pdf Acesso em: 20 dez. 2020.

ANGELO, Williana. Análise sobre a dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social na inter-relação com os docentes: uma reflexão necessária. In: DUARTE, Amanda *et al.* (orgs.). **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Cortez, 2019.

ARAÚJO, Ronaldo; RODRIGUES, Doriedson. Referências sobre práticas formativas em Educação Profissional: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218/201>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antonio Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão Social e direitos. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. Alice; CATANI, A. (orgs.). **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm. Acesso em: 04 dez. 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Presidência da República. Casa Civil. 1934. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileira_s_v3_1934.pdf?sequence=10&isAllowed=y. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937.

Presidência da República. Casa Civil. 1937. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 11 dez. 2020.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946.

Presidência da República. Casa Civil. 1946. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959. Aprova o Regulamento do ensino industrial. Casa Civil. 1959. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D47038.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1961. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967.

Presidência da República. Casa Civil. 1967. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.html. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.html. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. Plano de Ação do Departamento de Assistência ao Estudante – DAE, do Ministério da Educação e Cultura – 1980/1985. 1980. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002937.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Presidência da República. 1993. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.html. Acesso em: 17 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. 1994. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=574&seqPaginaInicial=36>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html. Acesso em: 11 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.html. Acesso em: 11 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.html. Acesso em: 03 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.html. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2007c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Presidência da República. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.html. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF: Presidência da República, 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7234.html. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Institutos Federais: um novo modelo em educação profissional e tecnológica - concepções e diretrizes**. 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 02, de 26 de janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. Brasília. 2010c. Disponível em: http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria_sisu_diario.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Ofício Circular nº 42, de 03 de maio de 2011**. Brasília, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.html. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 21, de 05 de novembro de 2012**. Dispõe sobre o sistema de seleção unificada - SISU. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012c. Disponível em: <https://sisu.furg.br/images/portaria21mec.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014a. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014**. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 2014b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm#art1. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal MEC**. 2018. Componentes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de Área**. Área 46. Ensino. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

CARMO, Gerson Tavares do; CARMO, Cíntia Tavares do. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. *In: Dossiê Educação de Jovens e Adultos*, Volume 22, nº 63, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275031898080>. Acesso em: 02 jul. 2021

CARMO, Gerson Tavares do; ARÊAS, Heise Aires. Introdução. *In: CARMO, G. T. (org.). Dar conta da permanência na escola: da invisibilidade à publicitação de uma pergunta*. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019.

CARMO, Gerson Tavares do; LIMA, Carlos Márcio Viana. Dar conta da permanência na educação – no IFF e na UENF – pode vir a ser uma pergunta para debate público? *In: CARMO, G. T. (org.). Dar conta da permanência na escola: da invisibilidade à publicitação de uma pergunta*. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do Assistente Social: alcances, perspectivas e desafios**. 2013. 257f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação da Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/JOSIELA.CAVALHEIRO_O-Programa-Nacional-de-Assist%C3%Aancia-Estudantil-nos-Institutos-Federais-Ga%C3%Bachos-e-o-Trabalho-do-Assistente-Social-%E2%80%93-alcances-perspectivas-e-desafios.pdf. Acesso em: 03 dez. 2020.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014.

DIAS, Thaís Taila Lima de Freitas; ALENCAR, Erotides Romero Dantas. Estágio supervisionado em psicologia escolar/educacional no contexto do Instituto Federal

do Piauí Campus Parnaíba. In: NEGREIROS, Fauston; SOUZA, Marilene. (org.) **Práticas em psicologia escolar: do ensino técnico ao superior**. Teresina: EDUFPI, 2017. Disponível em: <https://www2.ifmg.edu.br/ribeiraodasneves/noticias/naee-do-ifmg-campus-ribeirao-das-neves-participa-de-coletanea-sobre-praticas-em-psicologia-escolar/volume-01.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

DINIZ, Karolina Nogueira Mendonça. Análise do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE) como instrumentos de permanência para estudantes com fragilidade socioeconômica. In: NASCIMENTO, Danilo Alves et al. (org.). **Estudos sobre gestão pública** [recurso eletrônico]. Teresina, PI: IFPI, 2020. 300p.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25959>. Acesso em: 18 jan. 2021.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Inclusão Social e Cidadania**. 32^a International Conference on Social Welfare. Brasília: 2006. Disponível em: https://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.

FÁVERO, Eunice Teresinha. Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição para o debate no judiciário, penitenciário e previdência social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. Crescimento da oferta e a permanência dos estudantes: o debate sobre a assistência estudantil e os desafios da educação superior pública no Brasil. **Revista COCAR**, Belém, v.10, n. 20, p. 113 a 130 – ago./dez. 2016. Programa de Pós-graduação em Educação da UEPA. Disponível em: <http://páginas.uepa.br/seer/index.php/cocar>. Acesso em: 17 dez. 2020.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior**. Belém: Andifes, 2007. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em: 07 dez. 2020.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012.

FRANKENTHAL, Rafaela. Entenda a escala Likert e como aplicá-la em sua pesquisa. 2021. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/entenda-o-que-e-escala-likert/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100. Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1982.

GUEDELHO, Clefra Vieira. **Avaliação em profundidade da política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Piauí**. 2017. 171f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24384>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IFPI. Conselho Superior. **Resolução nº 020, de 06 de dezembro de 2011**. Aprova o Regimento Interno Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina: IFPI, 2011a. 321 f.

IFPI. Conselho Superior/IFPI. **Resolução nº 21, de 07 de dezembro de 2011**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2010-2014. Teresina: IFPI, 2011b.

IFPI. Conselho Superior. **Resolução nº 69, de 16 de dezembro de 2014**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2015-2019. Teresina: IFPI, 2014a.

IFPI. Conselho Superior. **Resolução nº 14, de 08 de abril de 2014**. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFPI. Teresina: IFPI, 2014b.

IFPI. Conselho Superior. **Resolução nº 31, de 10 de junho de 2014**. Altera o anexo da Resolução nº 14/2014 que aprova a Política de Assistência Estudantil do IFPI. Teresina: IFPI, 2014c.

IFPI. PROEX/DAE. **Relatório I Encontro dos Profissionais da Assistência Estudantil do IFPI**. Teresina: IFPI, 2015.

IFPI. Conselho Superior/IFPI. **Resolução nº 27, de 19 de abril de 2016.** Altera o anexo da Resolução nº 14/2014 e da Resolução nº 31/2014 que aprova a Política de Assistência Estudantil do IFPI. Teresina: IFPI, 2016.

IFPI. Conselho Superior/IFPI. **Resolução nº 09, de 17 de fevereiro de 2020.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2020-2024. Teresina: IFPI, 2020. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/pdi/pdi-2020-2024/documentos/pdi-2020-2024-_anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf/view. Acesso em: 12 mar. 2021.

IFPI. Conselho Superior/IFPI. **Resolução nº 35, de 19 de maio de 2021.** Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil do IFPI e dá outras providências. Teresina: IFPI, 2021a.

IFPI. **Relatório de Gestão:** exercício 2020. Teresina: IFPI, 2021b. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 13 set. 2021.

IFPI. **Guia da POLAE.** 2021c. Disponível em: <https://sites.ifpi.edu.br/guiapolae/> 2021. Acesso em: 01 dez. 2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *In: Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n129/0101-6628-ssoc-129-0285.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo e experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo (27), p. 46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 21 maio 2021.

KOWALSKI, Aline Vieira. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 179f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação:** a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23271/23271.PDF>. Acesso em: 03 dez. 2020.

MARSHALL. Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status.** Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Vol. 1. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a. 760p.

MIOTO, Regina Célia. Estudos socioeconômicos. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Vol. 1. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. 760p.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p.1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110> Acesso em: 08 jul. 2020.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação Pesquisa**, v. 39, n. 3, p.705–720, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

NASCIMENTO, Clara Martins. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. *In: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis* (org.). **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012. p.147-157.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Assistência Estudantil e contrarreforma Universitária nos anos 2000. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFPE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11438> Acesso em: 03 dez. 2020.

NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, A. C. B. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. *In: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis* (org.). **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012. p. 167-79.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *In: Revista Temporalis* – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, a. 2, n. 3, jan./jul. 2001.

OLIVEIRA, Amanda Marques de. **A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): a experiência no IFPI**. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/387> Acesso em: 17 dez. 2020.

OLIVEIRA, Amanda Marques; PASSOS, Guiomar Oliveira. Assistência Estudantil do IFPI aos mais pobres: focalização assegurando o direito à educação. **Rev. FSA**, Teresina, v. 13, n. 5, art. 12, p. 207-229, set./out. 2016.

OLIVEIRA, Gleice Emerick de; CARMO, Gerson Tavares de. Categorização da permanência escolar: percurso metodológico de uma revisão de literatura em direção a um estado da arte. *In*: CARMO, G. T. (org.). **Dar conta da permanência na escola**: da invisibilidade à publicitação de uma pergunta. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. *In*: REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n° 1, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575/437> Acesso em: 01 ago. 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Políticas Sociais: universalização ou focalização? (Entrevista). *In*: **Politizando**. Boletim do núcleo de estudos e pesquisas em Política Social, NEPPS/CEAM/UnB, 1. ed. 2009.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2021.html> 2021. Acesso em: 28 out. 2021.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014 - (Coleção formação pedagógica, v.5). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

RÊGO, Vilson Ribamar; RODRIGUES, Antônio Gerardo. **100 fatos de uma escola centenária**. Teresina: IFPI, 2009.

RESENDE, José. Dar conta da permanência na escola. *In*: CARMO, G. T. (org.). **Dar conta da permanência na escola**: da invisibilidade à publicitação de uma pergunta. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019.

RUIZ, L.; MOTTA, L.; BRUNO, D.; DEMONTE, F.; TUFRÓ, L. **Producción de materiales de comunicación y educación popular**. Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2014. Disponível em: <http://www.sociales.uba.ar/wp-content/blogs.dir/219/files/2015/07/2-Prod-Materiales-B.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SANTOS, José Deribaldo. A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros. *In: Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 230-240, dez. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/20976/15292>. Acesso em: 16 jul. 2020.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v.12, n. 32, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

SERAFIM, Maria Lúcia; SOUSA, Robson Pequeno. Multimídia na educação: o vídeo digital integrado no contexto escolar. *In: SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena M. C. de; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. (org.). Tecnologias Digitais na Educação*. Campina Grande/PB: EduEPB, 2011. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 222p.

SILVA, Lucília Carvalho de. O trabalho do assistente social no contexto da educação profissional: questões para o debate. *In: PEREIRA, L. D; ALMEIDA, N.L.T. (org.). Serviço Social e educação – Coletânea nova de Serviço Social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SOUZA, Jacqueline Domienne Almeida de. **Na travessia: Assistência Estudantil na Educação Profissional**. As interfaces das Políticas de Assistência Social e Educação. 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23610/1/2017_JacquelineDomienneAlmeidaSouza.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**. 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso em: 03 mar. 2021.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**. As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Paris, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192. Acesso em: 22 dez. 2020.